



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ALJUBARROTA: UMA BATALHA DE NARRATIVAS**  
**(Séc. XIV)**

LARISSA ISRAEL MACEDO DE OLIVEIRA

BRASÍLIA  
2023

Larissa Israel Macedo de Oliveira

**Aljubarrota: uma batalha de narrativas**  
**(Séc. XIV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Maria Filomena Coelho

Brasília  
2023

*Aos pais, Emerson José Macedo de Oliveira e Marília Gomes Israel, que para além das comuns formas esféricas da infância, apresentaram meu maior objeto de estudo. O mundo.*

*Às fraternais e lúdicas companhias de Ludmila Israel Macedo de Oliveira e Liana Israel Macedo de Oliveira, que participavam dos curiosos e coloridos jogos de quebra cabeças auxiliando-me a enxergar mapas e fronteiras, e lanças e castelos, em lápis pontiagudos.*

*Aos admiráveis professores e familiares que me instigaram com seu exemplo a perceber o mundo de forma crítica, e deixarem minha mente livre para observar suas fontes, formas e fatos e, quem sabe, contribuir com consideráveis perspectivas, análises e elucidações.*

*E, por fim... como no presente trabalho, vimos reis, bruxas, mestres, heróis e heroínas em jornadas escritas. Deixarei em meu trilhar, homenagem ao meu exército pessoal. Os amigos. Uma hoste bem armada com um composto instrumental de paciência, palavras e carinho, que aveludaram as naturais exigências e percalços, e, ademais, auxiliaram no emocionante aprofundamento que é o trajeto acadêmico em si.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, PPGHIS-UnB, pela oportunidade de realizar a pesquisa e escrita historiográfica apresentada nesta dissertação de mestrado.

Ao Programa de Estudos Medievais, PEM-UnB, pela possibilidade de ampliar minha perspectiva como pesquisadora através de seus interessantes eventos e cursos.

À Professora Doutora Maria Filomena Coelho, quem desde o início exerce com maestria seu papel não somente como acadêmica e orientadora, mas como guia, capaz de iluminar os caminhos das análises, das ideias e da escrita, aperfeiçoando com leveza todo o trajeto em suas diferentes frentes.

À Professora Adriana Maria de Souza Zierer, que atuou como uma importante fonte acadêmica, com a qual tive a honra de contar com o essencial redirecionamento durante e após a qualificação do projeto.

Ao Professor Doutor João Cerineu Leite de Carvalho, que aceitou participar da banca de defesa final.

Ao Professor Doutor Leandro Duarte Rust, organizador de importantes eventos que antecederam minha entrada no mestrado e que atuou também como guia no redirecionamento da qualificação.

À Cíntia Chaves Rodrigues, mestra pelo PPGHIS, pelo suporte acadêmico sobre normas e técnicas, bem como por sua excelente representação discente.

*É IMPOSSÍVEL QUE O TEMPO ACTUAL NÃO SEJA O AMANHECER DOUTRA ERA*

*É impossível que o tempo actual não seja o amanhecer doutra era, onde os homens signifiquem apenas um instinto às ordens da primeira solicitação. Tudo quanto era coerência, dignidade, hombridade, respeito humano, foi-se. Os dois ou três casos pessoais que conheço do século passado, levam-me a concluir que era uma gente naturalmente cheia de limitações, mas digna, direita, capaz de repetir no fim da vida a palavra com que se comprometera no início dela. Além disso heróica nas suas dores, sofrendo-as ao mesmo tempo com a tristeza do animal e a grandeza da pessoa. Agora é esta ferocidade que se vê, esta coragem que não dá para deixar abrir um panarício ou parir um filho sem anestesia, esta tartufice, que a gente chega a perguntar que diferença haverá entre uma humanidade que é daqui, dali, de acolá, conforme a brisa, e uma colónia de bichos que sentem a humidade ou o cheiro do alimento de certo lado, e não têm mais nenhuma hesitação nem mais nenhum entrave.*

*Miguel Torga, in "Diário (1942)"*

## RESUMO

Esta dissertação propõe a realização de um estudo sobre diferentes interpretações do passado, acerca de um fato histórico famoso, a Batalha de Aljubarrota (1385), para compreender como se (re)constrói essa história/memória sob as formas acadêmica (história de síntese e monográfica), escolar e de divulgação, conectadas à força narrativa da cronística medieval. Assim, pretende-se apresentar as narrativas historiográficas sobre a Batalha de Aljubarrota, subdivididas em diferentes tipologias: síntese, monográfica, escolar e de divulgação. Em seguida, estudam-se as narrativas cronísticas sobre Aljubarrota, por meio de três autores referenciais: Pero López de Ayala, Fernão Lopes e Jean Froissart. Por fim, realiza-se uma análise comparativa entre essas diferentes narrativas, a cronística e a historiográfica, com a finalidade de observar os entrelaçamentos, repetições, deslocamentos e contrastes no processo de fixação e transformação da memória sobre a Batalha de Aljubarrota como fato histórico.

**Palavras-chave:** Batalha de Aljubarrota; Portugal Medieval; Dinastia de Avis; Fernão Lopes; Pero López de Ayala; Jean Froissart; Historiografia

## ABSTRACT

This dissertation proposes a study of different interpretations of the past about a famous historical event, the Battle of Aljubarrota (1385), in order to understand how this history/memory is (re)constructed in academic (synthesis and monographic history), scholarly and dissemination forms, connected to the narrative force of medieval chronistics. The aim is thus to present the historiographical narratives about the Battle of Aljubarrota, subdivided into different typologies: synthesis, monographic, scholarly and dissemination. Next, we study the chronicle narratives about Aljubarrota, using three reference authors: Pero López de Ayala, Fernão Lopes and Jean Froissart. Finally, a comparative analysis is made between these different narratives, the chronicle and the historiographical, with the aim of observing the intertwining, repetitions, displacements and contrasts in the process of fixing and transforming the memory of the Battle of Aljubarrota as a historical fact.

**Keywords:** Battle of Aljubarrota; Medieval Portugal Medieval; Dynasty of Avis; Fernão Lopes; Pero López de Ayala; Jean Froissart; Historiography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> The Battle of Aljubarrota (Castile vs Portugal, 1385) .....	51
<b>Figura 2.</b> Armas do Exército de Portugal .....	52
<b>Figura 3.</b> Grito do Exército Português .....	53
<b>Figura 4.</b> “Rua de uma cidade do século XIV” .....	56
<b>Figura 5.</b> “O Mestre de Avis a ser aclamado pelo povo de Lisboa” .....	57
<b>Figura 6.</b> Crónicas de los Reyes de Castilla .....	63
<b>Figura 7.</b> Selo Filatélico .....	115



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA SOBRE ALJUBARROTA.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1. Narrativas de síntese.....</b>	<b>17</b>
<i>1.1.1. O Decisivo Triunfo.....</i>	<i>18</i>
<i>1.1.2. A Esperança Messiânica .....</i>	<i>21</i>
<i>1.1.3. A Refundação do Reino.....</i>	<i>24</i>
<i>1.1.4. Uma escola de disciplina e organização.....</i>	<i>27</i>
<i>1.1.5. El temor a Castilla será una constante.....</i>	<i>28</i>
<i>1.1.6. ... y dio nacimiento a un nuevo Portugal.....</i>	<i>31</i>
<i>1.1.7. Destino manifesto ibérico .....</i>	<i>34</i>
<b>1.2. Narrativas monográficas .....</b>	<b>35</b>
<i>1.2.1. O milagre da vitória pelas sementes da nacionalidade .....</i>	<i>35</i>
<i>1.2.2. Ansiava por batalha.....</i>	<i>39</i>
<i>1.2.3. ...uma batalha que mudaria para sempre a história de Portugal.....</i>	<i>43</i>
<i>1.2.4. O Batismo da crise .....</i>	<i>44</i>
<i>1.2.5. Um dos mais belos episódios da História de Portugal .....</i>	<i>46</i>
<b>1.3. Narrativas de divulgação .....</b>	<b>48</b>
<i>1.3.1. A Fundação Batalha de Aljubarrota – FBA .....</i>	<i>48</i>
<i>1.3.2. O Exército .....</i>	<i>50</i>
<b>1.4. Narrativas escolares.....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 2: ALJUBARROTA E A BATALHA NAS CRÔNICAS .....</b>	<b>60</b>
<b>2.1. A batalha de Aljubarrota nas crônicas de Pero López de Ayala.....</b>	<b>60</b>
<b>2.2. A batalha de Aljubarrota na crônica de Fernão Lopes .....</b>	<b>68</b>
<b>2.3. Aljubarrota nas crônicas de Jean Froissart .....</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 3: HISTORIOGRAFIA X CRÔNICAS: A BATALHA FINAL .....</b>	<b>92</b>
<b>3.1. O vicioso ciclo historiográfico: tratado X batalhas .....</b>	<b>93</b>
<b>3.2. O papel da historiografia de Aljubarrota na construção institucional de Portugal .....</b>	<b>106</b>
<b>3.3. Crônicas lopeanas + historiografia portuguesa .....</b>	<b>111</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>
<b>DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

O conflito pode ser um lugar de nascimento, e o que advém depois dele raramente tem a ver com o que se passava antes dele. Ainda que mínimo ou irrisório, e mesmo ritual. O conflito é uma fissura que traça "outros lugares" e cria novos "estados": ao historiador cabe não apenas relatá-lo, como também instituí-lo como motor de sua reflexão, fonte de seu próprio relato.<sup>1</sup>

As palavras de Arlete Farge traduzem a intenção central desta dissertação, ao apontar como a historiografia transforma um momento em fato histórico. Conflitos ou batalhas tornam-se objetos modulados pela escrita, assumindo dimensões que se modificam no tempo. Eventos que, de acordo com a autora, constituem uma fissura com potencial de criar outros lugares e novos estados, ou possíveis Estados, com “E” maiúsculo.

Trataremos da Batalha de Aljubarrota, apresentada frequentemente como lugar ou tempo de nascimento de uma dinastia, de um modelo, de um destino. O futuro do povo português se não começara ali como consciência identitária, pelo menos se desenharia a partir de novos valores que o guiaria rumo a um próspero destino. A potência com que esse conflito se manifesta nos obriga a pensar sobre os problemas que envolvem tal percepção, refletida na historiografia e na memória sobre Aljubarrota.

A Batalha “grandiosa” ocorreu a 14 de agosto de 1385, em Portugal, na localidade de Aljubarrota. A data é um marco do longo processo de independência portuguesa frente a Castela, amplamente considerado como inauguração de um período de prosperidade e conquistas. A Batalha de Aljubarrota, Batalha Real ou “Mãe de todas as Batalhas”, como às vezes é denominada, tornou-se um evento emblemático, e, dessa maneira, é importante entender como, frente a outras batalhas coevas, ela granjeou, século a século, maior destaque. Tempos após o ocorrido, enquanto fato histórico, observou-se um processo de “monumentalização” da Batalha, alimentado pela própria historiografia, principalmente, a partir do século XIX. As narrativas anteriores, sobretudo, as crônicas dos séculos XIV-XV, como a de Fernão Lopes, a de Pero López de Ayala e a de Jean Froisart são generosos registros de informações e, até mesmo, de argumentos, repetidos e transcritos até hoje, com propósitos de criar modelos políticos, mas também pedagógicos na formação da cidadania portuguesa. Terá a escrita sobre a Batalha de Aljubarrota atendido, de forma instrumental, à abertura de novos caminhos, capaz de modular um passado com vistas ao futuro? Poder como verbo ou substantivo.

Do fato histórico, investigaremos se se decantaram propositalmente intenções que

---

<sup>1</sup> FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009, p.49.

legitimaram reis, fortaleceram ou enfraqueceram instituições, a exemplo do Exército português, que se identifica e se associa com os guerreiros que participaram no evento, reivindicando o direito, inclusive, de ser um dos principais intérpretes do acontecimento, influenciando historiadores na interpretação do episódio.

Manuais escolares serão também fontes que nos permitirão observar o papel da Batalha na elaboração da memória da nação que está em permanente construção. O fato histórico é aparentemente disputado, de acordo com diferentes tipologias historiográficas, muito embora, no geral, essas narrativas se assemelhem mais do que gostariam de admitir. A importância de Aljubarrota continua sendo evidente na atualidade. Como referido, a formação escolar dos pequenos cidadãos portugueses tem em Aljubarrota um fato histórico de “ruptura” que alimenta um imaginário de grandezas do passado da nação, devidamente complementado por políticas públicas de divulgação histórica que contribuem para a modulação de tal memória.

O objeto de estudo que esta dissertação pretende construir é, então, a “ideia de Aljubarrota” que a História de Portugal, em seu viés acadêmico, escolar e de divulgação oferece, a partir das narrativas cronísticas. Trata-se de uma proposta que talvez exceda a capacidade de um mestrado, pelo que, nesta etapa, nos propomos a apenas responder ao “como”, deixando para mais adiante o desafio de tentar entender o “porquê”.

Aljubarrota situa-se e dá forma a um contexto político de ruptura. Pela via militar, ter-se-ia resolvido um impasse com um possível desfecho trágico para a nação portuguesa: a perda da independência. Trata-se da sucessão do rei D. Fernando, que falece sem deixar herdeiros varões. Casado com Leonor Teles de Menezes, o casal teve uma única filha, Beatriz, que se casou com Juan I, de Castela, para cumprir um pacto de paz entre os dois reinos, após tentativas do monarca português de invasão dos domínios castelhanos. Os dois monarcas assinaram, então, o Tratado de Salvaterra de Magos, antevendo soluções para um eventual problema de sucessão dinástica, uma vez que, até aquele momento, a herdeira natural seria Beatriz, convertida em rainha consorte de Castela. Após a morte de D. Fernando, as ações militares de Juan I de Castela com o objetivo de fazer valer seus direitos de marido da herdeira do trono português levaram à conhecida crise de 1383-1385, período denominado *interregno*.

Um processo de crise instala-se em Portugal com a assunção de D. Leonor, viúva do rei defunto. A rainha, conhecida como a aleivosa ou falsa nas crônicas, de fato possuía baixa legitimidade, aumentando a sensação de insegurança, frente à possível anexação do reino a Castela. Com Portugal dividido em facções, eis que então adentra o jogo político o Mestre de Avis. De acordo com as narrativas, com o assassinato do Conde Andeiro, braço direito de D. Leonor, o Mestre envia mensageiros pela cidade de Lisboa, com o povo a gritar “acudam,

acudam o mestre”, sendo o próprio D. João o sujeito da ação. Nota-se uma trajetória política feita com inteligência e sagacidade, estratégias diplomáticas que levaram a grandes conquistas militares, novos papéis entre as classes e um próspero futuro expansionista. O Mestre é retratado com frequência de forma panegírica e necessária, como salvador de um povo que por muitas gerações viveu em permanentes, inconclusivas e violentas campanhas militares contra Castela.

Com o clima revolucionário que se iniciou após a morte do Conde Andeiro, D. Juan I, rei de Castela, considera-se o sucessor mais legítimo ao trono português, por ser casado com D. Beatriz. Dessa forma, o rei de Castela invade Portugal, em janeiro de 1384, dirige-se para Santarém, onde a rainha encontrava-se refugiada, e, pressionada, abdicou ao trono em favor de seu genro e filha. Tal fato também há de ser investigado, pois as versões ora apresentam-na exilada, ora renunciando, ora fugitiva, abrindo caminhos para o partido do Mestre de Avis que tentou buscar apoio diplomático na Inglaterra. Em marcha para Coimbra, onde aconteceriam as famosas cortes que o elegeriam como regedor e defensor do reino de Portugal, teve sucesso no campo jurídico, mas faltava legitimar-se no campo militar, para exercer o poder político de maneira plena.

O exército de Portugal seguiu no encalço das tropas castelhanas em retirada, para tentar recuperar os locais que ainda eram a favor de Castela, dentro de território português. D. Juan tenta uma nova ofensiva em Portugal, em janeiro de 1385, desencadeando um ataque concêntrico, que consistia em bloqueios com meios navais do estuário do Tejo, impedindo reforços. Já tendo adentrado o território português, saqueado por onde passava, mas cansados, os castelhanos sofrem uma emboscada, na chamada Batalha de Trancoso, retratada na historiografia portuguesa com tons animadores, capaz de elevar a moral da tropa portuguesa nas futuras batalhas. A derrota obriga D. Juan a mudar seus planos, marchar para Cidade Rodrigo, onde organiza uma nova invasão a Portugal, que conduziria aos campos de Aljubarrota.

No dia 14 de agosto de 1385, o exército português escolhe o terreno para batalha campal, organizando-o com abatisses, covas de lobo e fossos. D. Juan encontrava-se enfermo, viajando há dias em liteira, mas contava com exército bem equipado e com os melhores soldados da nobreza, além de soldados portugueses que eram contra a causa do Mestre, bem como mercenários advindos da Guerra dos Cem Anos. Portugal organizou sua defesa com suporte de experimentados soldados ingleses. A historiografia militar aponta que boa parte dos homens que seguiam o Condestável estavam temerosos, pois a armada castelhana era superior e vinha com senhores de grande fama bélica. A disposição militar castelhana dividia-se em alas, com soldados franceses, o rei na retaguarda, e contavam com muitos homens a cavalo, o que era

desfavorecido pelo terreno e clima. Os muitos homens apeados caíram nas armadilhas pensadas pelo Condestável, espalhando desespero entre castelhanos, pois muitos foram feridos gravemente pelos atiradores ora portugueses, ora ingleses, provocando muitas baixas de importantes nomes da nobreza. A bandeira de Castela então foi derrubada, e aqui já se observa na historiografia clássica a importância dos símbolos nacionais. Soldados franceses e ingleses, recém-chegados da Guerra dos Cem Anos, trouxeram experiências e novas estratégias de guerra que fariam diferença no teatro de operações e resultado da batalha. Foi um importante momento para as relações internacionais de Portugal e Castela, com a construção de importantes alianças diplomáticas e militares, mudança de visões estratégicas e a percepção de alianças para avanço tecnológico no campo militar. Percebe-se nas narrativas de López de Ayala<sup>2</sup> tons de críticas e ensinamentos aos futuros embates. Na crônica de Fernão Lopes<sup>3</sup>, nuances de posturas e valores atribuídos à futura Íncrita Geração. E na de Jean de Froissart<sup>4</sup> o enaltecimento da presença francesa. Logo, é necessário investigar se os cronistas usaram tal batalha para construir novos paradigmas nacionais de *savoir faire* que sustentariam uma nova ótica ou doutrina na arte de governar e guerrear.

Os eventos narrados ganham mais ou menos ênfase, ou são considerados em seu potencial de gerar consequências políticas, a depender da tipologia das narrativas. De toda forma, há algo comum a todas: o desfecho positivo desse quadro de instabilidade, por meio da via política e militar, na Batalha de Aljubarrota. Essa centralidade protagonista nos levou a tentar analisar como ela é construída nas diferentes narrativas.

Na seleção da historiografia portuguesa percebe-se que a Batalha de Aljubarrota está presente em praticamente todas as obras que se dedicam à Idade Média, ao contrário da castelhana. Selecionamos algumas obras consideradas importantes, inclusive por leitores não acadêmicos. Dividimos as narrativas em historiografia de síntese, historiografia monográfica, historiografia escolar e de divulgação.

Aljubarrota nas narrativas de síntese se insere num amplo contexto de formação do poder estatal (reduzido à monarquia) da Península Ibérica no século XIV. A relação entre os

---

<sup>2</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero. **Cronicas de los Reyes de Castilla**. Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III, por Pedro Lopez de Ayala, Chanciller Mayor de Castilla, con las enmiendas del secretario Geronio Zurita: y las correcciones e notas añadidas por Don Eugenio de Laguno Amirola. Caballero de Ila Orden de Santiago, de la Real Academia de la História. Tomo I. Que comprende la crônica de del Rey Don Pedro. Madrid: En la Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1780.

<sup>3</sup> LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Biblioteca de Clássicos Portugueses. I. Escritorio 147 – Rua dos Retrozeiros 147. Lisboa. 1897. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Chronica\\_de\\_el\\_rei\\_D\\_Jo%C3%A3o\\_I/I\\_xCAQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA3&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Chronica_de_el_rei_D_Jo%C3%A3o_I/I_xCAQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA3&printsec=frontcover). Acesso em: Fev de 2021.

<sup>4</sup> Em: **The Online Froissart**, Fol.1r, reproduction in Ainsworth, Peter, and Godfried Croenen (ed.). The Online Froissart, version 1.5. Sheffield: HRIOnline, 2013. Acesso em: 2 mai 2020.

reinos ibéricos (Castela, Leão, Navarra, Aragão e Granada) configura uma problemática central para a história portuguesa e castelhana, orientada por uma abordagem teleológica, que deságua na vitória da centralização do poder pelos reis. Para a historiografia portuguesa, Castela, como o maior reino da Península, teria uma natureza anexionista, o que legitimaria a resistência lusitana com características de resiliência heroica. Nesse sentido, a Batalha é um ponto de inflexão notório, como se observa na historiografia que adota tom ufanista, com olhos postos num futuro grandioso. É como se os participantes do confronto tivessem trabalhado antecipadamente com a consciência de que levariam o emancipado Portugal às navegações e descobrimentos dos séculos seguintes, respaldados por bons modelos políticos.

Nas narrativas de síntese, Aljubarrota não é apenas parte da história de Portugal, mas um “marco/agente” da gloriosa História portuguesa. A historiografia monográfica, por outro lado, permite concentrar o foco, para tentarmos perceber as formas pelas quais são construídos os personagens, que dão fama aos protagonistas e, até os dias de hoje, têm suas biografias revisitadas, tal como os lugares e até mesmo as ossadas dos defuntos. Escolhemos alguns autores consagrados, bem como estudos realizados por pesquisadores mais jovens, reunidos em obras coletivas.

A perspectiva escolar possibilita observar alguns problemas e estratégias, relativos à produção de memória, entre os quais se encontra a pedagogia histórica que forma os pequenos cidadãos portugueses: coragem frente aos inimigos da pátria, atitudes que reforçam o sentimento de pertencimento à nação.

Nas narrativas de divulgação, incluímos a produção textual e midiática da Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), que possui um Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), bem como o material produzido pelo Exército português, em cujo site oficial a instituição se apresenta como participante ativa dos nove séculos de existência da nação, e em seu papel fundador e primordial na Batalha.

Numa segunda etapa trataremos das narrativas cronísticas, cujo objetivo não é o de promover uma acareação com a historiografia, mas de comparar estratégias discursivas desses autores no seu tempo. É interessante notar nas várias tipologias historiográficas interpretações bastante similares àquelas que a cronística dos séculos XIV-XV apresenta como versão dos fatos. Fernão Lopes era escrivão e cronista oficial do reino e o quarto guarda-mor da Torre do Tombo, ou seja, chefe de arquivo do Estado, o que lhe permitiu acessar importantes documentos para a escrita de suas crônicas. Pero López de Ayala ocupou importantes postos no exército castelhano, sendo testemunha ocular em Aljubarrota.

Tais cronistas militaram através de sua escrita, contratados para escreverem a biografia

de duas nascentes dinastias: a de Avis e a Trastâmara. Depreende-se, então, que ambos os cronistas respondiam a agendas políticas claras, das quais estavam conscientes, tal como se pode observar na maneira engajada como narram os acontecimentos.

Portanto, é com esse pressuposto que trataremos de analisar o contraste entre as narrativas, com a finalidade de perceber os diferentes propósitos políticos, que nos dirão muito a respeito do tempo de ambos. A crônica de Fernão Lopes, escrita anos depois da de López de Ayala, parece sugerir as dificuldades do autor por meio de intenso recurso ao engrandecimento qualitativo e quantitativo dos acontecimentos. O castelhano apresenta-se no vantajoso lugar de testemunha, o que daria mais credibilidade ao seu relato, enquanto o português precisaria se esforçar mais para convencer os leitores de estar apresentando a verdade “nua e crua” dos fatos. Aliás, no caso de Fernão Lopes, é interessante notar como o fato de ele ter ocupado por muito tempo a direção da Torre do Tombo o dotaria de uma espécie de aura de verdade, pela proximidade com os arquivos. Considero ainda importante mencionar que, frequentemente, esses cronistas são classificados como historiadores, mas, também, como poetas e estadistas, como no verbete da Wikipedia<sup>5</sup>, dedicado a Pero López de Ayala.

A Batalha de Aljubarrota é considerada um marco para Portugal afirmar-se como um reino forte e independente. Para a historiografia lopesiana, o Mestre de Avis, segundo a vontade divina vencera o cismático rei de Castela, e “[...] conduziria a nação a uma nova era de conquista ultramarina e de mercantilismo burguês intrafronteiras [...]”<sup>6</sup> Por meio da escrita fortalece-se o futuro Estado Português, construindo elementos e instrumentos conceituais. Conceitos em comum formam uma sociedade política e uma unidade política, logo, observaremos se as crônicas sobre a Batalha de Aljubarrota, ou se o peso do conceito sobre Aljubarrota em si, não se construiu no tempo para mudar a autopercepção de povo, e, dessa forma, propiciar maior coesão nacional, com seus elementos construtivistas do nacionalismo.

Entra em cena, então, um dos principais papéis da historiografia da época, onde não só há o ato de narrar a história em si, mas o de, por meio da narrativa, fortalecer reinos, legitimar reis e transmutar percepções. Cronistas, enquanto escritores da história, juizes das ações de governos e classes, tornam-se grandes criadores de modelos e padrões que serão assimilados pelas gerações vindouras.

---

<sup>5</sup> A citação ao verbete no sítio da Wikipédia objetiva chamar atenção à como o senso comum descreve o autor, fazendo parte de uma perspectiva que se relaciona à História pública e de divulgação.

<sup>6</sup> MATTOSO, José. **Naquele Tempo**: Ensaios de História Medieval. Lisboa: Temas e Debates, 2009.; MATTOSO, José. **Identificação de um país**. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Editorial Estampa, 2015.

Estudos historiográficos, antropológicos, sociológicos e políticos ganham corpo e legitimam ou contestam as crônicas. Mais recentemente, somam-se análises arqueológicas às várias reinterpretações de Aljubarrota, mas que adensam a promoção de uma Dinastia escolhida, necessária para inaugurar um período de soberania e de formação nacional, desencadeando um processo de pertencimento e de alteridade, realocando Portugal no concerto das nações.



## CAPÍTULO 1

### A HISTORIOGRAFIA SOBRE ALJUBARROTA

O dia 14 de agosto de 1385 transformou-se em um dos marcos de mudança na escrita da História de Portugal. Esse longo e dinâmico processo de construção de memória iniciou-se no próprio dia, e, desde então, tornou-se uma grande batalha, não apenas no campo, mas nas narrativas que assumem diversos formatos e interpretações para além da oralidade e da escrita. Autores, desde a Idade Média até o século atual, desembainham suas penas, canetas e teclados, coordenam e escrevem livros, como armas estratégicas para tentar marcar no tempo o início da curva ascendente dos “bons tempos” políticos do reino de Portugal.

A Batalha de Aljubarrota tem seu alvorecer pelas mãos de cronistas do século XIV, e continua a se desenrolar na historiografia contemporânea, por meio de inúmeros instrumentos. Nas histórias de síntese, insere-se a Batalha na longa duração, como princípio e causa de um futuro. Também nas histórias monográficas, Aljubarrota surge magnética, assumindo protagonismo e responsabilidade sobre dinastias e destinos. Aparece como ação, como criação autoral, capaz de delinear comportamentos e percepções, cujas estratégias desenvolvem-se por meio de múltiplas narrativas de divulgação, que nesta dissertação serão representadas pela voz do Exército português e da Fundação Batalha de Aljubarrota – FBA, instituição responsável pela memória e História do evento-monumento, e, por fim, ao final deste capítulo, se verá como essa torrente alcança também os manuais escolares, influenciando na formação da identidade portuguesa. Nas diversas tipologias de narrativas sobre Aljubarrota observa-se certa repetição, com perspectivas contadas e recontadas com propósitos políticos, alimentadas por certos valores identitários de cunho nacionalista, que cravam aquela data como marco da consolidação da independência “definitiva” de Portugal do reino de Castela.

#### **1.1. Narrativas de síntese**

Uma tarde, um dia, uma batalha, algumas horas. Aljubarrota acontece no tempo de um turno, configurada a partir das crônicas como um acontecimento, mas que ganhará longa duração, principalmente por meio da historiografia de síntese

Ao analisarmos essa tipologia narrativa, o principal interesse é perceber como os historiadores “encaixam” Aljubarrota num amplo arco temporal, e de que forma esse acontecimento-monumento assume papel de pivô para explicar a síntese histórica. Assim o manifesta Bernardo Vasconcelos e Sousa:

Perdeu-se o sentido de conjunto ou passou a acreditar-se na possibilidade

de chegar à História geral através da simples justaposição de pedaços e fracções. Mas o conhecimento histórico não é apenas uma colecção de monografias. A visão global é uma ocasião para pôr em relação dados e ideias dispersas, e pode servir de inspiração à investigação monográfica. Sem síntese, a análise corre o risco de se resumir à repetição, para cada caso, de uma mesma ideia geral nunca verdadeiramente exposta e discutida<sup>7</sup>.

Para percorrermos essa linha interpretativa, seleccionamos autores portugueses e espanhóis, tentando compreender as diferentes estratégias narrativas e explicativas.

### *1.1.1. O Decisivo Triunfo...*

Iniciaremos pela “História de Portugal”, de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, cuja parte medieval é de autoria do segundo autor, que apresenta o contexto de Aljubarrota como a “refundação” de um reino e o início de uma Dinastia, a de Avis.

Continuaram as campanhas miliares, com nova vitória dos portugueses em Trancoso, 29 de maio. Seguiu-se aquele que haveria de ser **o decisivo triunfo**, na Batalha de Aljubarrota, lugar situado entre Leiria e Alcobaça, em 14 de agosto de 1385, tendo então o exército de D. João I contado com o importante apoio de tropas inglesas<sup>8</sup>.

A obra divide-se em três partes, que somam 27 capítulos, e Aljubarrota encontra-se no Capítulo V da primeira parte, subdividido da seguinte forma:

CAPÍTULO V	
A dinastia de Avis e a refundação do reino (1383-1438) .....	135
João I - bastardo, mestre, rei.....	136
Fernão Lopes .....	144
«Crise» ou «revolução»? .....	146
Refundado o reino, estabilizar a dinastia .....	148

De acordo com Bernardo Vasconcelos e Sousa, o contexto de Aljubarrota inicia-se após a morte de D. Fernando, em 22 de outubro de 1383, que, ao não ter herdeiros do sexo masculino, colocava a situação do reino nos termos previstos no Tratado de Salvaterra de Magos, entre Portugal e Castela, pelo qual se estipulava que D. Leonor Teles seria regente até que o filho varão de D. Beatriz, com D. Juan, completasse 14 anos. A crise do período de 1383 a 1385, conhecida como interregno, é o cenário, portanto, em que Aljubarrota e seus personagens surgirão. O autor segue tal caminho, apresentando D. João, promovido de bastardo a Mestre, e de Mestre a Rei, num passo a passo crescente de legitimação moral. Aljubarrota, mesmo como “decisivo triunfo”, ocupa apenas um parágrafo em meio a outras batalhas, e é contada, fato a fato, calcada nas crônicas de Fernão Lopes.

<sup>7</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **História de Portugal** (8ª ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, p. II.

<sup>8</sup> Ibidem, p.139. Grifos nossos.

Para o autor, a assunção de D. Leonor à regência do trono causou uma série de “revoltas populares” em diferentes camadas sociais. A morte do Conde Andeiro recai sobre o Mestre de Avis, porém, como ato de salvação do reino e, não, como assassinato. Além disso, destaca que D. Leonor pede auxílio a seu genro castelhano, Juan, para renunciar em seguida.

E mesmo entre a nobreza foi crescendo a oposição a Leonor Teles e à influência do conde Andeiro. De tal maneira se agudizavam as tensões que este último veio a ser morto às mãos de D. João, o mestre da ordem militar de Avis, no final de 1383 (6 de dezembro), apenas um mês e meio após o falecimento de D. Fernando. Este episódio, bem como a intensa revolta popular que alastrou em Lisboa e noutros locais, terá sido decisivo para que Leonor Teles pedisse auxílio a Juan I, a fim de garantir a continuação da regência. Ainda no mês de Dezembro, concretizou-se a invasão castelhana, comandada pelo próprio monarca. Em Janeiro de 1384, Leonor Teles renunciou à regência, em favor da sua filha e do rei de Castela.<sup>9</sup>

É importante observar, desde sua pergunta retórica sobre “Crise ou Revolução”, a possível intenção do autor ao escolher a palavra “invasão”. Presume-se aí uma estratégia de legitimação territorial portuguesa, pois o termo remete ao desrespeito a soberanias territoriais já consolidadas, sem levar em consideração outros aspectos, como o da sucessão dinástica, que havia sido reafirmada pelo Tratado de Salvaterra de Magos. O autor sublinha ainda a importância dos “boatos” que surgiram naquele momento, sobre uma possível conspiração contra a ascensão do Conde Andeiro, inclusive com a participação de importantes figuras da nobreza, preparando, assim, o surgimento legítimo de um defensor do reino. O termo “boato” é recorrentemente utilizado no texto, e seu conteúdo tem o efeito de sugerir que o desfecho provável seria a morte do Mestre pelas mãos do Conde. Portanto, quando a autoria do assassinato se inverte, justifica-se moralmente o ato, sem precisar de palavras: o Mestre mata o Conde e torna-se o Regente.

O eficaz boato, lançado pelos que apoiavam o executor do conde galego, fez de imediato acorrer às ruas uma multidão de populares que expressou de maneira clara o seu ódio ao amante da rainha. A dinâmica então criada culminou na nomeação de D. João, mestre de Avis, como «Regedor e Defensor do reino». A população de Lisboa marcava assim o ritmo do que iriam ser aqueles vertiginosos tempos.<sup>10</sup>

Outro ponto importante da explicação é a forma geopolítica dessa “ruptura histórica”: do grande centro (Lisboa) para as diversas localidades do reino. Em termos dos apoios das ordens superiores, destacam-se as dificuldades em torno do clero, dividido pelo Cisma do Oriente, no apoio ao Papa Urbano VI, e, relativamente à nobreza, buscando o suporte dos

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>10</sup> Idem.

secundogênitos, bastardos ou de linhagens colaterais, aos quais a historiografia tradicionalmente atribui dificuldades para se afirmarem socialmente. Diante dessa conjuntura belicosa, surgiria um dos grandes nomes do período, Nuno Álvares Pereira, braço armado do Mestre.

O próprio D. João, como já colocado, era bastardo. Bernardo Vasconcelos e Sousa ressalta o começo dessa uma jornada, que será - e muito - realçada pela historiografia até os dias atuais.

Nascido em 1357, D. João fora logo colocado por seu pai, em 1364, com apenas 7 anos de idade, à frente da Ordem de Avis, como mestre desta rica e poderosa milícia. Este terá sido, aliás, o primeiro acto, por parte da Coroa portuguesa, para controlar as ordens militares, nomeadamente e como foi o caso, através da colocação de bastardos régios como seus mestres.<sup>11</sup>

Note-se que, nesse sentido, o autor acaba por juntar como antecedentes essenciais do personagem sua experiência social como bastardo e a formação militar. Uma vez chegado ao poder, D. João, ainda como regente, e não como rei, teria fortalecido sua estrutura administrativa, nos planos jurídico e militar, nomeando João das Regras e o Condestável Nuno Álvares Pereira.

Surgem, então, importantes campanhas militares destacadas pelo autor, todas vencidas por Portugal, como a de Atoleiros e a do Porto. A legitimação militar começava uma campanha gloriosa em 1384, mas faltava a validação nas Cortes. Convocadas entre os dias 3 de março e 10 de abril na cidade de Coimbra, com importantes nomes do jogo político, incluindo nobreza e clero. A obra nos apresenta o corpo político do futuro reino com membros estruturados, pelas armas e pela lei, faltando somente a cabeça coroada. D. João é aclamado rei, no dia 6 de abril, conseguindo ainda um empréstimo de 400 mil libras, justificado pelas necessidades de defesa e de segurança, dando ao leitor mostras do que já se desenha como “sentimento de nação”.

No passo seguinte, o autor chega ao “decisivo triunfo”, a Batalha de Aljubarrota. Acontecimento apresentado como marco definitivo da independência frente a Castela, ainda que, anteriormente e posteriormente, tenham ocorrido outros embates.

Seguiu-se aquele que haveria de ser o decisivo triunfo, na Batalha de Aljubarrota, lugar situado entre Leiria e Alcobaça, em 14 de Agosto de 1385, tendo então o exército de D. João I contado com o importante apoio de tropas inglesas. A escolha do local do embate, uma meticulosa preparação do terreno (com fossos e «covas de lobo» onde a pesada cavalaria castelhana literalmente se afundou) e a destreza de peões armados de arco ou besta, aliadas a um eficaz comando militar encabeçado pelo condestável Nuno Álvares Pereira, permitiram reverter

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 137.

a desvantagem numérica da hoste luso -britânica (cerca de 10 mil homens) face às tropas castelhanas (entre 20 mil e 30 mil combatentes). A «Batalha Real » como a designou Fernão Lopes, traduziu-se num enorme sucesso para o campo português e numa pesada derrota para o rei de Castela, que aí perdeu milhares de homens. No confronto direto entre os dois monarcas, D. João I de Portugal, aclamado cerca de três meses antes nas Cortes de Coimbra, levou a melhor sobre o seu homólogo invasor e passou uma prova decisiva”.<sup>12</sup>

Aljubarrota no texto é narrada de maneira diferente do tom empregado para outros enfrentamentos, como os ocorridos em Valverde e em Trancoso. Esse fato ganha destaque e torcida. É único e eleito como “decisivo triunfo”. Se o texto fosse uma canção, após Aljubarrota poderíamos ouvir a fanfarra: Portugal vencedor e, finalmente, em paz. Destacam-se ainda as capacidades diplomáticas, por meio de tratados assinados com a Inglaterra (Ayllon e Windsor), resultando em casamentos que mudam os planos da Inglaterra relativamente à Península Ibérica. Neste momento do texto, já se podem vislumbrar os navios aportando com a finalidade de levar Portugal e sua “Ínclita Geração” além-mar, embalando-nos em sua cadência e levando-nos a considerar ser algo bem tramado.

O Mestre de Avis triunfa e causa o que o autor chama de “uma viragem”<sup>13</sup> na história de Portugal.

E, com revolução ou sem ela, Portugal entrou, de facto, numa nova fase da sua História. Inserido no quadro geral do Ocidente europeu e no cenário da Península Ibérica, o reino não deixará de revelar a sua especificidade, em larga medida conferida pela longevidade, pela extensão, mas também pela dispersão e pela fragilidade do império ultramarino que irá construir. Construção essa para a qual o primeiro passo foi dado com a tomada de Ceuta, ainda no reinado do fundador da nova dinastia saída dos acontecimentos revolucionários de 1383-1385.<sup>14</sup>

### *1.1.2. A Esperança Messiânica*

Outra importante obra escolhida para análise é a de José Mattoso, “Naquele Tempo – Ensaio de História Medieval”<sup>15</sup>. O autor entende que a História Militar é a que melhor explica as autonomias fronteiriças e a formação da nacionalidade. Nas suas estratégias narrativas, enxerga-se o peso da centralização do poder régio na História de Portugal, o que fundamentaria a capacidade de reconquistar os territórios em mãos muçulmanas. Apesar de ainda não existir um conceito específico de soberania, já se notaria uma associação entre poder centralizado e o controle de alguns territórios e concelhos, que não necessariamente apoiavam o rei. A lógica

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 139-140.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 147-148.

<sup>15</sup> MATTOSO, **Naquele tempo...**, p. 10.

dos apoios respondia à economia dos benefícios. Mas, ainda mais importante, é a opinião de Mattoso sobre os autores dos anos 30 e 40, que muito se dedicaram, talvez propositalmente, ao estudo da nacionalidade e da criação de fronteiras, considerando a percepção de Estado da época.

Atualmente, há muita dificuldade em se recordar, que se o país surgiu como Estado independente em 1128, teria de ser precedido de uma realidade política bem diferente. Foi precisamente pelo facto dos autores de 30 e 40, que se ocuparam muito deste assunto, terem partido de uma noção de Estado independente análogo a o que hoje existe, que eles postularam a existência de formas por assim dizer proféticas da nacionalidade, que se teriam ocultado antes porventura desde a pré-história sob aparências diversas, e que eles procuraram descobrir, como quem descobre um tesouro. A ideia de Pátria como realidade sagrada, e por isso mesmo eterna, exigia que a fundação da nacionalidade não fosse mais que a resposta a um apelo da natureza injustamente reprimido.<sup>16</sup>

O autor chama, portanto, a atenção para os problemas do nacionalismo anacrônico. A perceber, a única semelhança entre épocas seria a da escrita política com função calmante. Quando o social não converge com as pretensões anacrônicas dos autores encontra-se o remédio na centralização do poder. “Nessas perspectivas as dificuldades de entendimento e as divergências de interesses dos vários grupos sociais teriam encontrado sempre uma solução pacífica mediante a sábia intervenção de um poder político forte e respeitado”.<sup>17</sup>

Na visão de Mattoso, há um consenso entre alguns historiadores de que a única revolução ocorrida em Portugal foi justamente a do contexto que recortamos para este trabalho. A Revolução aconteceu entre 1383 e 1385, sendo este último ano, justamente, o de Aljubarrota. Outras querelas eram consideradas revoltas ou batalhas pontuais, sem capacidade para alterar a ordem estabelecida, o que difere das chamadas crises, que, por sua historicidade, traumatizam e rompem com o antes. De toda forma, adiante veremos que tal opinião está longe de ser unanimidade. Autores do período salazarista, por exemplo, construíram suas narrativas negando a existência de luta de classes, no Portugal medieval, e, assim, a ocorrência de uma revolução, associando o reino a um “modelo ideal de equilíbrio social sob a tutela de um Estado cuja autoridade não poderia sofrer contestação”.<sup>18</sup>

Note-se que tal perspectiva acentua a percepção de que o poder centralizado “resolve” os eventuais conflitos, como solução de estabilidade através da autoridade. “Apenas se observa uma certa **esperança messiânica** num chefe que deveria instaurar uma era nova, mas que

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 448.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 411.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 409.

exprime em termos espirituais e utópicos”.<sup>19</sup> Nesse sentido, a historiografia terá importante papel difusor e pedagógico.

O primeiro conflito predominantemente popular teria ocorrido logo após a morte de D. Fernando. Em 1380, a nobreza envolve-se na disputa, dividindo Portugal em duas facções<sup>20</sup>. Com a morte do rei, parte da população era contra a coroação de sua filha, D. Beatriz, por ser casada com D. Juan, rei de Castela. Instala-se, então, acirrado clima de tensão e violência, seguido do assassinato de uma importante personagem na história, o Conde Andeiro, braço direito de D. Leonor Teles, viúva de D. Fernando, com a participação do Mestre de Avis.

Todavia, a 6 de dezembro de 1383, o clima de tensão está violentamente devido ao assassinato do favorito de Leonor Teles, o Conde galego João Fernandes Andeiro. A conjuntura partiu de um pequeno grupo de nobres entre os quais teve papel importante outro meio-irmão de D. Fernando, o bastardo D. João, Mestre da Ordem de Avis. O grupo destinava-se, indubitavelmente, a atingir o grupo de nobres reunido em torno da rainha viúva, e representava o antagonismo entre as facções da nobreza. Mas ~~obteve~~ mediamente o apoio popular numa grande manifestação de rua, o que veio a desencadear nos dias seguintes, outros actos localizados de violência, contra indivíduos que simbolizavam ou pertenciam de facto, à minoria protegida por Leonor Teles.<sup>21</sup>

O autor sublinha o fato de a rainha ainda governar após a morte de seu marido, mas que sua posição política fora afetada pelo fato do rei de Castela estar casado com a filha única do rei D. Fernando. Neste momento percebe-se que D. Leonor estava associada ao seu favorito, bem como à minoria da nobreza. O clima de tensão era provocado por ela. Quando D. João, meio-irmão do rei, age, seria apenas com o intuito de atingir a pequena facção que a rodeava a viúva, e tal fato foi o gatilho necessário para a revolução. O movimento foi considerado necessário. D. João almejava entregar o cargo ao outro meio-irmão que se encontrava preso, mas de passagem, o autor lembra que o problema se resolverá nas cortes, em 1385, com o apoio dos concelhos e o reconhecimento do Mestre como autoridade legítima. O povo que se considerava injustiçado pelas mazelas de seu tempo de fome e de guerra, atribuído às más escolhas de um rei, agora esperançava-se com um líder messiânico, fundador de um novo tempo, ou, como cita o autor, o que instaura uma nova era.

O Mestre enfrenta as invasões castelhanas com o traquejo militar de seu Condestável, oferecendo oportunidades aos homens vilões e aos secundogênitos das linhagens que outrora não tinham voz. Mattoso, porém, considera que as mudanças foram apenas socioeconômicas e

<sup>19</sup> Ibidem, p. 418. Grifos nossos.

<sup>20</sup> Na época, a palavra facção se assemelhava a o sentido de partido, que também já existia no período.

<sup>21</sup> MATTOSO, **Naquele tempo...**, p. 417.

não estruturais, apesar de algumas transformações que afetaram a aristocracia. O Mestre reforça a centralização do poder, necessário para fazer frente a um contexto ainda fraturado, beneficiando os menos abastados e os letrados, oferecendo-lhes oportunidades administrativas. A seguir, não cita especificamente Aljubarrota, mas uma outra série de desafios que a nova nobreza viria a enfrentar, a qual acabará por se enredar nas velhas estruturas feudais de outrora. Mattoso compara as estruturas sociais e políticas de Castela e de Portugal, apontando suas diferenças, e mostrando que as decisões régias portuguesas são consideradas amplamente favoráveis à alta nobreza, ocasionando constantes revoltas urbanas. Mas, apesar das diferenças, o desenlace global seria bastante semelhante: a forte coluna estrutural feudal e a permanência dos interesses da nobreza não impedirão o apoio da burguesia e o envolvimento no comércio e nas grandes navegações.<sup>22</sup>

A acreditar na maneira como Fernão Lopes relata os acontecimentos, sessenta anos mais tarde numa crônica destinada a fazer apologia do mestre de Avis, tais esperanças concentravam-se no próprio Mestre. Assim, não é estranho que os representantes do movimento popular tenham aderido ao movimento de cavaleiros e da pequena nobreza, apesar de os seus motivos serem diferentes. Mas aderiam também os homens bons dos concelhos e um número considerável de mercadores endinheirados que financiaram o mestre de Avis. Este demonstrou sua capacidade militar e restabeleceu a ordem, o que lhe transmitiu a confiança e lhes evitou de ter de optar por apoiar o grupo associado a Leonor Teles, que, uma vez dominada a situação, restabeleceriam ou agravariam a situação do tempo de D. Fernando.<sup>23</sup>

### 1.1.3. A Refundação do Reino

Partiremos agora para outro importante livro, “História Medieval de Portugal (1096-1495)” de António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, que contemplará a crise de 1383-1385 dentro de um contexto europeu e ibérico, compreendido a partir da Guerra dos Cem Anos. Os autores optam por um tom dramatizado, e assumem logo à partida uma postura teleológica:

La historia que vamos a contar se presenta, por tanto revestida de una intensidad particular dramática. Como fue posible que Portugal superase la crisis y encontrase un nuevo camino para su futuro? Cuáles son los acontecimientos que al largo de esos sesenta y seis años (1383-1449) llevaron si non a una “reinvención del pequeño reino lusitano” a una renovación profunda de su identidad, en un período ya bastante tardío de su historia medieval? Es de crisis y de reconstrucción de lo que vamos a hablar, centrando nuestra narrativa en los aspectos políticos, militares y diplomáticos, aunque sin descuidar las referencias culturales y económicas, siempre que se

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 419. O autor apresenta nota onde cita Antônio Sérgio, Joel Serrão e Antônio Borges Coelho, que, embora com variantes significativas, consideram a adesão dos burgueses como o verdadeiro motor dos acontecimentos e não apenas como uma participação *a posteriori*. Grifos nossos.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 419.



justifiquen.<sup>24</sup>

Em seguida reconhecem que a principal fonte é a “monumental” obra escrita por Fernão Lopes sobre a Dinastia de Avis, que, de forma escatológica e influenciada pela historiografia religiosa da época, construiu praticamente uma nova “certidão de nascimento” para Portugal. Nesse sentido, o mote de “revolução” teria o propósito de sublinhar a regeneração da sociedade portuguesa. De toda forma, os autores reconhecem que a adjetivação do cronista e dos historiadores que o seguem têm motivação política e propagandística. Mas não deixam de atribuir a mencionada “certidão” à vitória militar de D. João, mestre de Avis, e de Nuno Álvares Pereira, o condestável. Vemos, como na maioria das citações acima, as locuções que remetem ao futuro, “após” ou “a partir de”, juntar-se ao substantivo Aljubarrota. A partir desta tudo muda. A batalha na historiografia legitima o passado e transforma o futuro.

A dinastia, que os autores mencionam ser Joanina ou Avisina, também será considerada nos termos problemáticos de “crise” ou “revolução”. A visão de síntese e o contexto do referido livro tomam por base Fernão Lopes, cujas palavras entremeiam fartamente a fundamentação documental da obra, construindo o momento a partir de uma nova certidão de nascimento para Portugal, com propósitos políticos e propagandísticos da nova dinastia de Portugal, e sua impressão de ruptura da crise de 1383-1385.

Así, en un contexto más de cambio substantivo y de reorientación que de “revolución”, y tomando como base un modelo gubernativo más exigente y profesional, se crearon las condiciones para la “**refundación del reino**” fuera de sus límites geográficos tradicionales y para el inicio de una nueva fase en la historia de Portugal, ahora a camino de la construcción de un disperso y frágil imperio ultramarino (Sousa, 2009 147-148). Es esta excitante aventura que incluye los reinados de Juan I y Duarte I, así como la regencia del infante don Pedro la que a partir de ahora trataremos de evocar (...).<sup>25</sup>

Evoluindo para um perfil expansionista, apesar das crises econômicas recorrentes, inclusive nos tempos de Lopes, os autores passam adiante a evolução política pós crise sucessória, ocasionada pelo falecimento de D. Fernando e a assunção de sua viúva D. Leonor.

A explicarem o Tratado de Salvaterra de Magos, assinado por intenção do próprio rei D. Fernando, comentam o boicote de localidades como Lisboa, Leiria e Santarém ao formato de governança que se estabelecia via tratado. A nobreza solicita a seu meio-irmão, Mestre de Avis, que encabece um golpe, assassinando o suposto amante da rainha, o Conde Andeiro, responsável pelas grandes alianças, celebradas inicialmente com a Inglaterra e em seguida com

---

<sup>24</sup> MONTEIRO, João G.; OLIVEIRA, António R. de. **Historia Medieval de Portugal (1096-1495)**. Granada: Univ. de Granada, 2018, p. 180. Grifos nossos.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 184. Grifos nossos.

Castela, o que criou um clima “revolucionário” em Lisboa. O rei de Castela e sua esposa, D. Beatriz, vão a Lisboa, forçando a rainha a abdicar do trono, construindo alianças com a nobreza e cercando a capital. O mestre que parecia ter a causa perdida, consegue apoio do “povo” e dos “grandes”, fazendo-se regedor e defensor do reino, o que claramente foi selado em troca de benefícios e mercês. Seu exército é constituído por secundogênitos e bastardos, ligados às ordens militares, que gostariam de introduzir mudanças sociais, por meio da promoção da ordem da cavalaria. Seu apoio financeiro também advinha de mercadores e do clero, além das riquezas conseguidas por meio do confisco dos bens dos oponentes, redistribuídos aos seus partidários.

Para se fortalecer, organizou um conselho constituído por juristas, mas sua principal arma eram as muralhas fernandinas, as estratégias de Nuno Álvares Pereira e a peste, que se abateu sobre o exército de Castela, em Lisboa. Na batalha política e jurídica o Mestre também vence, ao mostrar que os outros candidatos eram tão bastardos quanto ele.

El 2 de octubre se celebró una nueva reunión em el monastério de Santo Domingo de Lisboa, y en ella se aclamó al maestre como regidor, defensor y gobernador del reyno. Cuatro dias más tarde, en los palácios del rey, muchos hidalgos prestaron pleito homenaje al maestre, quien el 10 de diciembre fue tomar Alenquer y después intentó en vano, apoderarse de Torres Vedras. Tras ello, y tal y como se había establecido en Santo Domingo, se dió paso a la batalla política, que se libraría entre marzo y abril de 1385 en Coimbra.<sup>26</sup>

O Mestre é aclamado décimo rei de Portugal, e dá início à dinastia de Avis, segundo os autores, a mais célebre de toda a história portuguesa. Porém, a guerra estava longe de acabar. Engrandecido politicamente, segue em seu projeto de proteger o reino, conclamando o apoio dos ingleses. A ideia era ter o suporte de Santarém para abrir a “chave do reino”: Lisboa. A grande batalha tornou-se inevitável. No dia 13, um dia antes da batalha, Nuno Álvares Pereira faz o reconhecimento do local e escolhe o terreno para a interceptação. Em uma batalha não comum na Idade Média, os exércitos se encontram, com a posição de Castela em um declive desfavorável, frente ao sol da tarde. Estes conseguem retornar, desfavorecendo o exército de Portugal. Um dispositivo de defesa construído em poucas horas com covas de lobo e fossos à maneira inglesa, convidava os inimigos a que “mordiesen el anzuelo”. Com a noite prestes a cair, os franceses, aliados dos castelhanos, são os primeiros a atacar, caindo com seus cavalos nas armadilhas; os cursos de água e as depressões no terreno não favoreceram Castela.

---

<sup>2626</sup> Ibidem, p. 187. Grifos nossos.

#### 1.1.4. Uma escola de disciplina e organização

Abordaremos agora um aspecto mais *strictu* da Batalha e seu contexto, numa perspectiva da História Militar, mais especificamente, na obra “A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média” de João Gouveia Monteiro<sup>27</sup>. Baseado em fontes narrativas (crônicas) e doutrinárias (tratados militares), o autor analisa o fato histórico Aljubarrota em estreita ligação com o futuro, que anuncia a “próxima etapa” de Portugal. Mas é interessante notar como a proposta militar da abordagem oferece outros elementos técnicos “de peso”:

(...) percebe-se a importância do armazenamento de ferro que, não sendo usado, em pouco tempo se enferrujava de tal modo que se tornava mui útil para o combate. Mais adiante compreendemos com todo o rigor como foram adaptados em Portugal processos táticos ensaiados em França durante a Guerra dos Cem Anos e a importância dos arceiros ingleses recrutados por D. João I, ou em que consistiu a peculiaridade da batalha de Aljubarrota, e, enfim, por que razão se ganhavam ou perdiam guerras e batalhas. A partir daí podemos apreciar com maior conhecimento de causa em que consistia o gênio militar de Nun’ Alvares Pereira, e medir os meios que D. Fernando e D. João I tiveram de congregar para conseguirem sustentar a guerra com Castela. Fica-se impressionado com o enorme esforço de guerra efetuado por Portugal por comparação com outros países europeus da época, sobretudo em número de homens recrutados para o combate. Percebe-se, enfim, que a guerra não foi só mais uma das desgraças que se abateram sobre Portugal durante a dura crise do século XIV, mas também **uma escola de disciplina e de organização** que preparou o País para a conquista de Ceuta e para o grande empreendimento dos Descobrimientos.<sup>28</sup>

A História Militar enquanto campo de estudo é o paradigma do texto. O autor entende que a partir daquele contexto, a função militar se torna cada dia mais parecida com a atualidade; soldos, fardas, hierarquia e disciplina. Uma passagem chama especialmente a atenção, ao anunciar na introdução que a segunda parte da obra será a mais ambiciosa, atribuindo ao Senhor General Manoel Freire Thermudo Barata<sup>29</sup> o “milagre da ressurreição” da História Militar portuguesa, conferindo uma espécie de identidade acadêmica aos pesquisadores desse campo, que antes trabalhavam de forma solitária e atomizada.

Outra interessante informação é o financiamento da guerra, e como seus desdobramentos vão muito além do objetivo militar concreto, abrangendo as próprias estruturas do poder monárquico. As fontes de financiamento dependiam da capacidade de coleta sobre a igreja, os concelhos e até as comunas de judeus.

<sup>27</sup> MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Ed. Notícias, 1998, p. 17.

<sup>28</sup>Ibidem, p. 23. Grifos nossos.

<sup>29</sup> General do Exército, Presidente da Comissão Brasileira de História Militar no período de 1989 a 2003 e Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota (1985- 86).

Notamos que a guerra possuía - como ainda possui - inúmeras funções dentro de uma estrutura de poder. Para Portugal, essa ligação com o passado militar, tão mencionada em livros e manuais, parece cumprir propósitos políticos. Os valores cavaleirescos presentes na literatura, oriundos de lendas arturianas, marcam as trajetórias de muitos personagens de Aljubarrota. A batalha cumpre aqui funções disciplinares, do campo militar para a nação. Aprende-se com os “virtuosos” da guerra.

Os exércitos neste período evitavam as chamadas batalhas campais, e talvez essa seja uma questão não menos importante, que ajudou a transformar Aljubarrota em acontecimento especial na historiografia portuguesa. Vencer Castela, em uma batalha campal, num contexto em que as guerras se davam atrás de muros, cercando fortalezas, matando à fome o inimigo, contando que as doenças ajudassem a dizimar o outro exército, que o cansaço levasse à rendição, vitórias em batalhas campais tinham forte significado. Aljubarrota é considerada como “guerra guerreada, feita de razias e enfrentamentos” o que nem sempre ocorria, haja vista as desastrosas consequências. Optava-se, antes, por negociações entre as partes. A realidade dos exércitos era de contingentes restritos, bastante heterogêneos e mal preparados. De forma geral, os meios defensivos eram superiores aos ofensivos.

A importância de considerar esta obra é justamente demonstrar como Aljubarrota é objeto de destaque principalmente no prólogo e agradecimentos, guiando-nos como referência para o objeto de estudo que é a guerra, em si. Mais do que nunca, vemos o quanto ela assume um papel proeminente que nem sempre é percebido, não somente por seus possíveis fatos e feitos, mas como interesse historiográfico que ajuda a alimentar uma tradição que aponta Aljubarrota como ponto de virada.

#### *1.1.5. El temor a Castilla será una constante...*

Da historiografia de síntese espanhola foi selecionada a “Historia de España de la Edad Media”, coordenada por Vicente Ángel Álvarez Palenzuela<sup>30</sup>. Nesta obra, Aljubarrota será citada em apenas uma página, num oceano de outras 915, mais especificamente no capítulo *La internacionalización de los conflictos*, escrito pelo próprio coordenador. A relação de Castela com os reinos de Granada, Navarra, Leão e Aragão tem bastante destaque no texto, e Portugal tem pouco peso. As relações externas, alianças entre Castela e França e a relação entre Portugal e Inglaterra assumem relevância diante do temor dos castelhanos em serem invadidos pelos ingleses.

El fin de las tréguas de Brujas, que habían supuesto un alto en las

---

<sup>30</sup> ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. **Historia de España de la Edad Media**. Madrid: Ariel, 2002.

hostilidades de la Guerra de los Cien Años, produce, en 1377, un breve pero intenso entreacto bélico, en el que se desarrolla un nuevo intento Lancaster contra la Castilla Trastámara, en el que pretende involucrar a Navarra y Aragón: con éxito en el primer caso, mucho más remiso Pedro IV.<sup>31</sup>

É interessante a análise do autor a respeito do Cisma do Ocidente, também como fator preponderante na balança de poder. Aponta como consequência da divisão da igreja e da cristandade, o alinhamento das diferentes monarquias em função de seus interesses políticos e alianças externas. França e seus aliados, caso de Castela, apoiando Clemente VII, já instalado em Avignon, e Inglaterra e seus aliados, como Portugal, se “proclamam campeones de la obediencia urbanista”, forma como se refere aos que se submetiam à autoridade do Papa Urbano VI. Para o autor, o Cisma incrementou a consciência nos quatro reinos hispânicos da sua correlação mútua, de pertencer a uma nação – no sentido medieval – “espanhola”, e da necessidade de adotarem uma posição comum em relação à fratura. O momento renovou tensões entre os reinos, tornando-se argumento para uma nova e mais decidida ação dos Lancaster.

D. Leonor e o Conde Andeiro entram na narrativa espanhola. Ele, como um “viejo petrista”, exilado na Inglaterra, que logo se converteu em amante da rainha Leonor Teles, motivando o mau governo de D. Fernando I. Este, com sua participação na guerra, teria manchado as boas ações do início do reinado, como a construção de muralhas, reforma na administração pública, promulgação da Lei das Sesmarias, fundação da Companhia das Naus, entre outras. Destaca-se um momento:

En julio de 1380 se firmaba en Entremoz un acuerdo secreto que preveía una acción anglo portuguesa sobre Castilla para substituir al Trastámara por Juan de Lancaster que también se titulaba Juan I, y un matrimonio inglés para la heredera portuguesa”.<sup>32</sup>

Com frequência, Álvarez Palenzuela classifica como traição a posição assumida por Portugal no contexto da Península, ao apoiar as campanhas da Inglaterra para invadir Castela, oferecendo seus portos como ponto de apoio para ações navais. Quanto ao exército inglês, comportou-se como invasor do território português, causando “terribles violencias y estragos”. O mau governo de Fernando e suas más decisões diplomáticas são o fomento da crise de 1383-1385. O descontentamento, segundo o autor, atingia todas as classes: a burguesia insatisfeita pelas dificuldades em aproveitar as rotas comerciais, a nobreza “petrística” frustrada em seus anseios, além de “outros”, entre os quais, o Mestre de Avis, pouco conhecido até então. A causa

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 688.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 690.

do descontentamento geral seria “o notório escândalo das relações ilícitas da rainha com o conde Andeiro”. Afirma, ainda, a clara hegemonia castelhana em algumas batalhas comerciais anteriores, o que consolidaria o fracasso da política inglesa na região, pelo tratado assinado entre os reis Fernando e Juan, em Elvas, em agosto de 1382, tendo como resultado as vias diplomáticas, como o acordo que levaria ao casamento de Beatriz com Fernando, secundogênito do rei castelhano.

Castela, comercialmente fortalecida em Flandres, com alianças e suporte da França, contava com o descontentamento social em Portugal, onde ocorre um fato novo, somente destacado pela historiografia espanhola. Leonor de Castela, esposa de Juan, falece, acelerando o processo de união dos reinos. D. Leonor de Portugal oferece a mão de Beatriz, que tinha dez anos à época, ao rei viúvo. Para o autor, tal decisão vincularia Portugal ao bloco castelhano-francês. De toda forma, compreende-se, por parte de Portugal, o excesso de cautela no acordo que visava obter garantias de que o reino seguisse tendo personalidade própria. O Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril de 1383, como ressaltado por Álvarez Palenzuela, previa que, em algum momento, Portugal acabaria por ser jurisdição de Castela, ainda que se respeitasse a sua autonomia relativa. O Tratado tem mais peso e força na percepção historiográfica espanhola.

El acuerdo final que se firmó en Salvaterra de Magos, en abril de 1383, establecía todas las cautelas para garantizar la separación de las dos coronas. Al fallecer Fernando I sin hijo varón, lo que era prácticamente inevitable, heredarían, el trono los hijos de su hija Beatriz y de Juan I, y ejercería Leonor la regencia de su nieto hasta que éste cumpliera 14 años; Castilla sería herencia de los hijos del primer matrimonio de Juan I, solamente si no hubiese hijos del matrimonio ahora acordado, ni de los infantes Juan y Dionis, Portugal sería herencia del rey de Castilla, pero, en todo caso, como reino separado de éste.<sup>33</sup>

Para Portugal, vantagem seria contar com o apoio de Castela, e, para esta, incluir os portugueses no grupo de aliados da França e dominar a rota comercial da Inglaterra a Bruges. Após o casamento configura-se a crise, por descontentamento de ambas as partes. O autor entende que o rei de Castela considerava a regência falida, e seria conclamado pela própria nobreza portuguesa a assumir o trono. Porém, o Mestre de Avis assassina o Conde Andeiro, e embora pensasse em exilar-se na Inglaterra, acabou nomeado como regedor do reino, para pôr fim ao desgoverno que se instalara. Na visão do autor, então, a ascensão do futuro João I é fruto de um golpe.

Juan I, que experimentaba la carencia de cobertura legal, decidió dar un golpe definitivo marchando sobre Lisboa, em cuyos alrededores se sitúan tropas

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 693.

castellanas desde febrero de 1384. El cerco de la ciudad, por tierra y mar, quedó formalizado en el mes de mayo; su caída debía completarse con la toma de las fortalezas del valle del Mondego, en particular Coimbra, que aseguraban el camino de Castilla”<sup>34</sup>

Segue-se a Batalha de Atoleiros, vencida pelos portugueses, e mesmo que tenha sido uma vitória militarmente insignificante, restaurou politicamente e moralmente os ânimos afetados pelo cerco de Lisboa, que consumia todos os recursos. A peste passa também a ser um fator negativo a enfrentar. O Mestre de Avis, militarmente legitimado como herói e santo, além de superar sua origem revolucionária, pela escrita nasce com o dom da vitória, escolhido por Deus, o que a propaganda saberia aproveitar adequadamente. A faltar a legitimação nas cortes que se reuniram em 1385, João das Regras, doutor por Bolonha, assume o protagonismo da legitimação jurídica, em favor do reconhecimento do rei, recorrendo aos principais argumentos: perda dos direitos de Beatriz e Juan por invadirem Portugal e ilegitimidade de todos os filhos de Pedro e Inês. Dessa forma, consegue que o Mestre de Avis seja proclamado rei de Portugal. A oratória panegírica une-se à outra interpretação jurídica na transcrição do presente.

Álvarez Palenzuela mostra que a situação em Castela e Portugal era economicamente desastrosa. Entretanto, o embate definitivo impunha-se. Com a “internacionalização dos conflitos” João alinha-se ao bloco da Inglaterra, declara obediência a Urbano VI e declara apoio ao Duque de Lancaster, em sua pretensão ao trono de Castela. O autor sublinha o desejo de João em promover um grande confronto no que viria a ser “A Batalha”. Em 14 de agosto de 1385, soldados subiram a colina, em marcha, esgotados pelo calor. Foram dizimados pelos arqueiros ingleses, consumando-se a catástrofe. As perdas foram grandiosas em número e nomes. Portugal sai vitorioso, porém em condições terrivelmente desastrosas.

Una desesperada coyuntura económica y las heridas abiertas de un país que sale de la guerra civil. Se iniciaba una nueva dinastía que haría vivir a Portugal una de sus etapas históricas más brillantes. La historia dinástica portuguesa se vuelve sobre sí misma, en una endogamia extraordinaria a la que la normativa canónica parece absolutamente sometida. La experiencia de matrimonios castellanos era suficientemente amarga como para quedar relegada durante casi un siglo. **El temor a Castilla será una constante** durante mucho tiempo: la paz tardará en llegar, precedida únicamente por treguas temporales”<sup>35</sup>

#### *1.1.6. ... y dio nacimiento a un nuevo Portugal...*

Outro importante autor espanhol é Luis Suárez Fernández, de cuja autoria escolhemos a

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 694.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 697. Grifos nossos.

“Historia de España – Edad Media”<sup>36</sup>. Na sua perspectiva, o período caracteriza-se por intensa dinâmica política, marcada por crises políticas e soluções complicadas. O reinado de Enrique de Trastámara teria sido “excessivamente nobiliárquico” - assim como na França - e a nobreza foi se tornando antipática à burguesia castelhana e portuguesa. Castela surge com um “violento imperialismo”, principalmente no que tange a áreas inglesas. “Esta violenta aparición de imperialismo castellano, modificó el punto de vista de los Comunes, que aceptaran el pensamiento del duque de Lancáster acerca de la necesidad de emprender operaciones en la Península recurriendo al servicio de aliados”.<sup>37</sup>

O autor apresenta essa visão após analisar a disputa comercial por Flandres, entre Castela e Inglaterra. Concluída a trégua de Bruges, em 1377, uma potente frota espanhola saqueia ilhas britânicas e outros locais na costa do Canal. Tal estratégia foi adotada por Juan I, que, ao mesmo tempo, é considerado um grande criador de instituições que formam a estrutura política da Espanha do século XIV. Nota-se que, desse contexto político, Portugal está ausente, dando-se apenas destaque às incursões castelhanas aos portos ingleses, às rotas de aprovisionamento do Canal da Mancha, bem como ao Cisma do Ocidente, fatores pouco observados na historiografia portuguesa.

Para Suárez Fernández, a tendência de Portugal em seguir o papa romano, seria apenas uma cortina de fumaça para encobrir a negociação secreta levada a cabo pelo amante da rainha Leonor, o Conde Andeiro, que estaria negociando com o Duque de Lancaster a invasão de Castela com o apoio português. Mas, de forma geral, na historiografia espanhola considera-se que o suporte inglês causou “más daño que provecho”, atropelando a população portuguesa e causando grande descontentamento. Suárez Fernández entende que se interpreta mal a questão de Aljubarrota, uma vez que atribuem tal desastre a Juan I, mas que a política de Leonor Teles e do Conde Andeiro era a de estreitar laços com Castela. A visão estratégica castelhana era de fato unir os reinos peninsulares para fazer frente aos ingleses, dominando desde Flandres ao Estreito de Gibraltar. Eram ações mais ambiciosas e estratégias a nível continental, e Portugal fazia parte desse plano, senão por vias matrimoniais, por anexação e juridicamente respaldado pelo Tratado previamente assinado.

Os “emperegilados”<sup>38</sup> também são frequentemente mencionados na crise do interregno português, como se a historiografia sugerisse a superioridade de Castela ao ressaltar a influência de seus partidários em outros reinos.

---

<sup>36</sup> SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia de España**. Edad Media. Madrid: Gredos, 1970.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 460.

<sup>38</sup> Adeptos do Rei Pedro de Castela.



El 22 de octubre de 1383 murió Fernando I. Leonor Tellez pasó a ocupar el Gobierno con un equipo de antiguos emperegilados – Juan Fernández de Andeiro, Fernán Alfonso de Zamora y Juan Alfonso de Baez. Sin duda, Juan I contaba con el odio que tal Gobierno despertaría y esperaba que la oposición le llamase a fin de restablecer la legalidad.<sup>39</sup>

O Conde Andeiro foi assassinado em 1383, e envolvidos estavam o Mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira e seu tio, Ruy Pereira, a quem atribuem ter espalhado o já mencionado boato de que o Mestre se encontrava em perigo, levando o povo a apoiar sua causa e a transformá-lo em regente. Leonor refugia-se e o governo se divide em três possibilidades. O Mestre de Avis com apoio em Lisboa, Leonor Teles em Santarém, e Juan I na Guarda. Suárez Fernández considera o papel da cidade de Lisboa e o que ali se passou como uma autêntica *revolución burguesa*<sup>40</sup>.

Ao adotar a classificação de “revolução burguesa”, iniciada em Lisboa, e que se estenderia ao Porto, o autor parece assumir também o peso que tal ruptura sinaliza na historiografia portuguesa como crise da nacionalidade. Para ele, a reação era esperada e a compara com o ocorrido na Catalunha. Como o “monopólio e imperialismo” espanhol eram percebidos como ameaça direta, o Mestre de Avis ganha confiança de alguns oficiais que apoiavam Juan I. Esse revés, somado ao medo da peste e alguns triunfos militares do Mestre, levaram Juan I a retornar a Castela. O Mestre se afirma nas cortes com defesa de João das Regras, e o direito à escolha do rei é recuperado, do qual “las cortes eran expresión”. Dia 6 de abril, João I era proclamado rei da “dinastia mais gloriosa” de Portugal, apesar da fama no mar ser castelhana. O novo rei tinha duas opções: diplomacia ou guerra. Optou pela segunda, mesmo sem preparo. Suárez Fernández finaliza tal recorte temporal com a seguinte afirmação, sem florear Aljubarrota:

El nuevo soberano portugués atrajo al enemigo muy al interior del país, lejos de sus bases, y le causó una tremenda derrota usando habilmente trincheras y archeros ingleses. Aljubarrota demostró que el imperialismo castellano tenía más pretensiones que fuerza, invalidó el papel hegemónico que Francia e Castilla se arrogaban desde hacia diez años **y dio nacimiento a un nuevo Portugal**, de alientos económicos y empresas marineras que, un siglo más tarde hallaría el camino de la India.<sup>41</sup>

Entre Alcobaça e Villanova de Ourém, o Mestre dispôs duas forças em uma colina próxima à localidade de Aljubarrota, travando um inesperado combate nas últimas horas de 14 de agosto. Desorganizados pelas fortificações portuguesas, sendo dizimados pelos arqueiros

<sup>39</sup> SUÁREZ FERNANDEZ, op. cit., p. 465.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 466

<sup>41</sup> Ibidem, p. 467. Grifos nossos.

ingleses que consumaram a vitória, ou, na visão do autor, a catástrofe que ratifica o “juízo de Deus” e consuma a fama de Nuno Álvares Pereira, o *santo condestable*. Castela foge em desespero, temendo uma reação Lancaster. É importante notar que nas narrativas castelhanas o respeito militar, bem como a possível dissuasão, sempre parte do suporte militar inglês, e raramente se demonstra temor a Portugal. De fato, após Aljubarrota, no campo diplomático e religioso as costuras inglesas foram no sentido de Castela, o que nos leva a crer que para historiografia castelhana, Aljubarrota se torna historicamente associada à perda de poder do reino com relação à Inglaterra ou em consideração à influência desta na Península Ibérica. Para Portugal, o significado é a sua independência de Castela.

La primera conclusión que, desde Inglaterra, se obtiene es que es nuevamente posible para el duque de Lancaster alcanzar el trono de Castilla. En octubre de 1385 el Parlamento otorgaba subsidios para una nueva expedición en la que, corrigiendo viejos errores, Juan de Lancaster actuaría como verdadero rey de Castilla, sería también Juan I, y contaría con el apoyo de una infraestructura diplomática. A comienzos de abril, Juan de Lancaster era reconocido por Urbano VI rey de Castilla y pocos días después contaba con el respaldo de dos nuevos Tratados: uno firmado también en Westminster a finales de abril, de alianza entre Inglaterra y Castilla Lancaster; otro, el de Windsor, de comienzos de mayo, con Portugal, de colaboración mutua y apertura de las rutas comerciales.<sup>42</sup>

#### *1.1.7. Destino manifesto ibérico*

Para a historiografia portuguesa, a sucessão de confrontos bélicos é importante até chegar à batalha decisiva. Porém, decisiva apenas para Portugal. Aljubarrota, que por marcar o fim de um conflito deve ser considerada um exemplo de choque campal, é também conhecida pelas inovações táticas que de fato fazem do século XIV um momento diferenciado em matéria de tecnologia militar. Por último, e mais importante, pelo papel que a historiografia atribuiu a Aljubarrota.

Ao pesquisar e oferecer a perspectiva de Castela, ou da própria historiografia espanhola a respeito do tema, deve-se ressaltar primeiramente a dificuldade em encontrar fontes a respeito do contexto e da batalha. O que se percebe é a pouca importância dada ao contexto das crises, lançando a tal historiografia outro olhar.

Como foi possível observar, para a síntese histórica espanhola, Aljubarrota é um acontecimento militar que se integra em outro tema. Para a Espanha, trata-se de problemas dinásticos dos Trastâmaras, sendo que o principal fio condutor historiográfico leva ao único ponto “importante” de chegada: o reinado dos Reis Católicos. As pretensões teleológicas são tão ambiciosas como as da historiografia portuguesa, embora Aljubarrota não seja um elo

---

<sup>42</sup> Ibidem, p.698.

importante dessa corrente. O que nos parece é que a batalha de narrativas entre Portugal e Castela neste aspecto parece ser sobre o endógeno e o exógeno. Castela expira e Portugal inspira, ou seja, a primeira pensa para fora e o segundo em não ser anexado. A interpretação da historiografia castelhana também é de destino manifesto, como, de resto, a portuguesa. Talvez o pensamento de potencial colonizador mesclado ao temor em ser colonizado seja um pensamento ibérico. Investigaremos mais a respeito nos próximos capítulos.

## 1.2. Narrativas monográficas

Nos estudos monográficos trataremos da batalha de Aljubarrota, propriamente dita, quando ela assume lugar nos textos, como protagonista, pungente e única, decorada com seus adornos, que neste caso são suas personagens e seus detalhes, que, imaginados, ou não, nos chegam hoje pela ação da escrita.

### 1.2.1. *O milagre da vitória pelas sementes da nacionalidade*

Iniciaremos pela obra mais antiga, escrita pelo Tenente de Engenheiros A. Osório de Vasconcellos, em 1875, intitulada “Batalhas dos Portuguezes”<sup>43</sup>, que pretende descrever os eventos bélicos importantes da nação, dedicando dezoito páginas a Aljubarrota. Logo no prólogo, o autor destaca a força e a vontade quase perenes da nação pela liberdade e independência.

Este livro não é tão sómente uma commemoração de feitos heroicos, é um estímulo e um incentivo. São os epitaphios para as nações mortas. Os povos que têm condições de força e vida possuem na sua historia um pantheon, que cada vez se vae enriquecendo mais e mais. Não assim as nações extinctas. Para essas é a história um mausoléu. A questão está, pois, em saber se Portugal é um povo viril ou um povo caduco, uma nação vivaz ou uma nação extincta. Para nós a dúvida seria um sacrilégio. Temos fé inabalável nos destinos deste paiz. Julgamos que o torrão portuguez é ainda bastante feraz e produtivo para poder alimentar fartamente a árvore da civilização, e concorrer posto que modestamente, para grande obra da humanidade. Se não fora esta fé sincera e convicta, que sempre nos alentou, apesar das vozes aterradoras de alguns Jeremias, aliaz de grande fôlego, que bradam de contínuo que a nacionalidade portugueza é um edificio carcomido, prestes a desabar e a destruir-se; se nao fora este sentimento profundo e enraizado, porventura mais instinctivo do que fructo do estudo dos factos sociaes. Mostrar, pelo grande facto social — a guerra — como se formou e robusteceu esta nacionalidade; como venceu os perigos enormes, que lhe hã o cortado a longa existencia; como sempre reagiu contra a conquista e a absorpção; como, atravez de todos os baldoes, soube cumprir, muitas vezes com gloria, sempre com dignidade, a sua missão; como alcançou manter a independencia e a liberdade durante sete seculos, saindo

---

<sup>43</sup> VASCONCELOS, A. Osório de. **Batalhas dos Portuguezes**. Lisboa: Editores C. Safrá & COMP<sup>a</sup>. Proprietários da Livraria Encyclopedica, 1875. Disponível em: <https://archive.org/details/batalhasdosportu00vasc/page/n5/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 28 jan 22.

incolume de revoluções enormes que mudaram a face da Europa; tal é, seja-nos licito dizer-lo, o fim d'esta pequena serie de narrativas, tal é a qualidade unica, intrinseca, subjacente, que recommenda este livrinho. (...) Se durante sete seculos, que hao decorrido desde a batalha de S. Mamede, Portugal affirmou sempre e com extremada heroicidade a sua existencia, é porque na sua organização intima e mollecular a forca congenita sobrelevava a todos os elementos adversos. Este o facto, que a historia demonstra a posteriori. Esta a lição, que o estudo do preterito nos lega, como ensinamento e precaução<sup>44</sup>

As páginas que se seguem são arrebatadoras, tomadas pelo espírito militar. O autor atribui a ruína em que a França se encontrava em 1865 por não ter esse espírito, e que a nação portuguesa, apesar de “enfezada e raquítica, com anões no governo”, tinha dentro de si o espírito da nacionalidade, tornando-a valente e vencedora, com fronteiras definidas há 7 séculos. “Extinto, porém, esse fogo sacro, extingue-se a nação”. O intento é percebido pela necessidade da criação e manutenção de um Exército permanente, como instituição e não como instrumento, um notório desafio na época, pois soldados com uniformes, cavalos e bandeiras tinham *status*, obrigações e, logicamente, benefícios.

Como já dissemos, consiste em assentar dois pontos, que julgamos cardeaes: 1º a necessidade de avigorar e fortalecer o espirito militar do nosso povo; 2º a carencia de uma organização, que tome o exército uma instituição útil e aproveitável, e não uma excrecência e uma sobejidão, de sorte que no interior assegure a liberdade pelo concurso de todos esforços e no exterior mantenha a independência da pátria.<sup>45</sup>

Ao adentrar no capítulo de Aljubarrota, somos recebidos com a seguinte frase: “A batalha de Aljubarrota é um d'esses grandes feitos que echoam na historia portugueza como num Uambre de oiro. Nao ha portuguez, que ouvindo este nome, não estremeça e não sinta vibrar a fibra do entusiasmo e do patriotismo”.<sup>46</sup>

Essa batalha é considerada pelo autor como das poucas querelas internacionais em que o país se envolveu. Nos tempos feudais, os senhores pouco se importavam se governasse castelhano ou português. Portugal, entretanto, existia no espírito do povo, a quem o autor atribui protagonismo:

Quem fez o milagre? o povo. Como se fez o milagre? Pelas sementes de nacionalidade que os primeiros reis haviam lancado a flux, pela colonisação, pela alforria, pelo municipio, pelos foraes, como por vezes temos dito e como não cançaremos de repeti-lo. Os reis da primeira dynastia tiveram o bom juizo de transformar os servos em homens. Descemos muito, temos sido o ludibrio da Europa, a nossa decadencia é miseranda e aviltante; apesar de tudo, gloria-se um homem de ser portuguez, quando, folheando as nossas velhas chronicas, se lhe depara, resplandecente com os nomes mais gloriosos de que se ufana Roma; de que se ufana a França, este nome que por si vai um poema — Al-

<sup>44</sup> Ibidem, p. 6-7. Prólogo.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 65.

jubarrota.<sup>47</sup>

O tom panegírico e ufanista ultrapassa as crônicas, lança Portugal nas bocas e braços do mundo, justamente quando menciona que ao folhear aquelas memórias percebe Aljubarrota como um milagre, que abrangeu o país inteiro, que operou esforços magnânimos, que alcançou resultados extraordinários não somente para Portugal, mas para a humanidade. Transcreve Pinheiro Chagas: “Aljubarrota é mais que um poema, é a pedra fundamental de uma nacionalidade assaz forte, para firmar o seu pendão por todas as plagas do universo!”<sup>48</sup>

A cada linha da narrativa é um regozijo heroico, ou quase um “recrutamento” literário. Já antes de Aljubarrota, ao mencionar o Milagre de Ourique, considera Portugal uma nação predestinada a enfrentar graves acontecimentos que colocaram a nacionalidade dessa jovem nação em perigo, mas cujos desdobramentos levam à modernidade.

Em todos os graves acontecimentos, que puseram em perigo esta nacionalidade incipiente; logo nos primeiros passos e quando balbuciava as primeiras palavras, como que a pythia antiga na sua tripode sybillina, ou antes como que uma inspiração imortal e sublime Ihe estava segredando os altos destinos, influindo-Ihe alentos e forças para resistir, mostrando-Ihe o bom trilho e o meio de alcançar gloria, renome e o direito de iniciar a Europa nos mistérios de uma civilização inteiramente diversa do seu modo de ser feudal.<sup>49</sup>

Portugal está isolado em sua localização “açoitado pela braveza do mar e pela fúria de rivais poderosos e cheios de ódios e malquerenças, angustiado pelo círculo estreito”, mas que resultou em grandes homens e nomes que levantaram o princípio da nacionalidade, provocando a revolução social necessária à transmutação da Europa, em termos político-jurídicos, econômicos e governamentais. São os filhos de Portugal e sua invencibilidade os responsáveis pelo destino europeu e quiçá mundial, identificando o Mestre de Avis como exemplo desses grandes tempos.

Ao recorrer ao clamor quase mágico da força dos povos que livrou Portugal das garras de Castela, a questão institucional assume dupla face: a guerra e o direito. Ela resume a tal força mágica: a tríade de grandes homens, predestinada e panegírica. Cada um responsável por uma função: o Mestre de Avis na governança, João das Regras no direito, e Nuno Álvares Pereira na guerra.

É interessante observar que, para o autor, o lado castelhano é “ainda” presa de questões feudais sucessórias, enquanto Portugal assume motivações “nacionais” de qualidade superior:

Nas campinas de Aljubarrota nao se digladiam duas ambições feudaes nem se destrinça, pela força, a meada enredada dos direitos de suzerania. duas nações

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 67-68.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Ibidem, p.49.

inteiras, empenhando todos os seus recursos, atirarem-se uma à outra, em duello a todo o trance. Uma d'essas nações, invocando o velho direito da successão, brande a espada, meneia o montante, floreteia a lança e encurva o arco para obrigar a outra a respeitar esse direito e a dobrar a cerviz. Mas a segunda consulta a vontade nacional, conhece que um lago intimo estreita e vincula a todos os portuguezes, descortina, acima do direito da herança, o direito muito mais alto da conserva-lo, e reage e protesta e combate contra a conquista mal disfarçada e afinal, após um continuo lidar, consegue afirmar sua independência nos planos de Aljubarrota.<sup>50</sup>

O milagre realizado pelo povo teve suas raízes na nacionalidade, e foi deveras grande pelas suas causas e consequências. As glórias da batalha ressoaram na humanidade, além de Portugal, sendo um pendão contra as pragas da humanidade.

Portugal começa a reescrever sua história, como ator legítimo da modernidade, com consequências historiográficas. A tradição panegírica/nacionalista de Aljubarrota se manifesta com frequência, sendo que em alguns autores, como no caso deste tenente-narrador, o tom não se acanha. Compara Portugal com a situação da Inglaterra e Escócia, por exemplo, e invoca Nuno Álvares Pereira e o Mestre de Avis como os “responsáveis” pela liberdade e paz do País. O povo que se abraçava em festejos e arraiais apenas se preparava para, em breve, se lançar nos braços da Índia e da América.

Por último, observamos que para Osório de Vasconcelos a batalha teria ocorrido no dia 16 de agosto de 1385. Os portugueses eram calados e poucos, mas com uma fé que não os abandonava. Uma desproporção de um para oito, com os castelhanos que, apesar de terem escolhido o terreno, não puderam usufruir dessa vantagem. O autor enaltece a rivalidade e o ritmo bélico de Aljubarrota, e celebra o ritmo imprimido pelo cronista Fernão Lopes, a quem admira por agir como um arqueiro de seu tempo, narrando o acontecimento.

Ordenadas e dispostas as phalanges de um e outro lado, passou-se a noite no campo, estando tudo 72 horas prestes para começar a grande batalha, que devia ao fim decidir o sanguinoso pleito em que andavam as duas nações visinhas e rivaes.<sup>51</sup>

Seguem-se páginas descrevendo e detalhando uma batalha imaginada. O Mestre vale por um exército, pelo entusiasmo que espalha. O rei de Castela, triste e doente, chegava a dar pena. O autor, para confirmar suas palavras, convida o leitor a se aprofundar:

Os que quizerem lèr com mais fructo e extensão a descripção da batalha de Aljubarrota, podem consultar, alem de Fernão Lopes, Pero Lopes de Ayalla, chrouista castelhano, testemunha, e actor no drama, Froissard, o celebre chronista francez, Schceffer, o grande historiador allemão, e Pinheiro Chagas, na sua história de Portugal, ainda em publicação.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 78.

Finaliza sua narrativa, comentando que a data de Aljubarrota é um dia fúnebre para os castelhanos, e deve ser fortemente celebrada pelos portugueses como um marco contra o velho direito de sucessão.

### *1.2.2. Ansiava por batalha*

Aljubarrota vem à cena na biografia de um de seus principais personagens, D. João I, escrita pela historiadora da Universidade de Coimbra, Maria Helena da Cruz Coelho. Começamos por destacar um trecho extraído do capítulo “Da Legitimação à Acção”:

Da perigosa conjuntura externa que ameaça o reino e a agitada movimentação social interna exigiam um chefe incontestável e comumente aceito que tomasse as rédeas do poder. Não bastava que o Mestre fosse regedor ou defensor, tinha que ter como cabeça um Rei. Não o herdando, tinha que o escolher.<sup>53</sup>

O léxico ganha especial importância, como instrumento da análise da autora, que para tanto divide seu texto em três partes: Jogo das Palavras - Proposição, Jogo das Palavras – Refutações, e Jogo das Palavras - Argumentos Finais. Na primeira parte, o foco se estabelece nas cortes, sublinhando o adjetivo “revolucionário”, também atribuído à parte jurídica; em tempos de revolução, as cortes adquirem a mesma característica. Em sua visão, Fernão Lopes apresenta uma encenação ficcionada com finalidades de memória, utilizando-se de vozes e instrumentos como, por exemplo, quando conclama: “Arraial, arraial, Portugal, Portugal! Por el-rei dom João! Em boa hora venha o nosso rei”. Ao interpretar as crônicas e analisar os registros das cortes, a autora comenta as estratégias de criação do enredo e de personagens, como João das Regras. O jurista defende o argumento da ausência de herdeiros, e coloca nas mãos do destino a escolha. O Mestre necessita, portanto, de outras estratégias que lhe garantam a vitória nos demais campos, além do jurídico. A autora comenta como o jurista atribui grande peso à argumentação clerical, mobilizando a autoridade do Papa, e fortalecendo a fala de João das Regras que deslegitima facilmente D. Leonor por ser anteriormente casada, traidora, com filhos e marido:

Declara-se que D Leonor era casada com João Lourenço da Cunha, tendo o mesmo obtido da cúria pontifícia dispensa de consanguinidade para efetivar esse matrimonio, e dele teve um filho. Veio então a desposar D. Fernando, sendo uma mulher casada, com prole e marido vivo. Acrescenta -se que D. João Lourenço da Cunha era terceiro co-irmão de D. Fernando, sendo deste modo D. Leonor sua cunhada. Finalmente, como terceira e última proposição, a mais grave de todas, declara -se que D. Leonor infamou o rei D. Fernando e, nessas circunstâncias, nunca se poderia saber qual era o progenitor de sua

---

<sup>53</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 78.

filha.<sup>54</sup>

Ainda sobre as cortes, a autora descreve o “auto de eleição”, que era um modo de escolher o rei, baseado na teoria pactícia e popular do poder, já existente no direito romano. Tratava-se da obediência de um povo ao monarca, assentada num pacto ou contrato entre ambos, mas que diante da vacância do poder retornava àquele a capacidade de escolha de um novo soberano. Os pilares para legitimar o rei em cortes eram as quatro virtudes: ser de boa linhagem, lutar em defesa do reino, amar seus súditos e demonstrar bondade e devoção. O Mestre nega a pretensão ao cargo, sob o argumento de ser clérigo e ilegítimo, porém, adiante aceita e admite a possibilidade, que lhe é apresentada pelo Condestável, de legitimar sua posição por meio das armas. E prossegue a autora:

Mas tal pacto, que legitimava o poder do soberano, impunha-lhe também, à luz do pensamento dos juristas, teólogos e moralistas, o objetivo supremo do seu exercício em prol do bem comum, teorização plenamente consagrada pelo infante D. Pedro no seu Tratado de Virtuosa Benfeitoria.<sup>55</sup>

O primeiro rei escolhido em cortes partirá, assim, para a guerra, cujos movimentos precisam ser estrategicamente definidos e financiados. Os concelhos se comprometeriam a arrecadar a verba necessária, que seria diferenciada de outros gastos públicos. Um pedido de 400 mil libras para financiamento da guerra, apoiado pelo que é classificada como uma “monarquia constitucional”<sup>56</sup>, seguindo o modelo inglês. O rei governa com apoio de um conselho, com regimento, e suas decisões são submetidas à aprovação e consultas, considerando-se aquele aparato estatal “mais democrático”.<sup>57</sup>

Pela via militar, é iniciada a retomada de fortalezas e cidades favoráveis a Castela. A estratégia desta era sufocar Lisboa, partindo para tal “guerra guerreada”. Diferentemente dos concelhos portugueses, que consideravam que não se deveria enfrentar o exército castelhano por ser numericamente superior, sendo melhor ganhar tempo até a chegada do apoio inglês. A opinião do Condestável era distinta.

**Ansiava por batalha.** Parecia-lhe covardia não enfrentar o rei de Castela. Que já estava em Portugal. Buscava razões para demover os contrários. Lisboa necessitava de ajuda, pois subscrevia a ideia de que tomada esta cidade, perdido estava o reino. E na capital estava já “alguma má semente” (...) entre o trigo limpo, capaz de traiçoeiramente facilitar a entrada do inimigo.<sup>58</sup>

A decisão de enfrentar os castelhanos em batalha é associada à defesa de Portugal, e o

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 86-87.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 104. Grifos nossos.



Condestável, apresentado tanto nas crônicas como na historiografia contemporânea, como herói, mostra-se corajoso e obstinado, tomando decisões sobre a guerra à revelia do rei, afirmando que iria, nem que fosse sozinho. Transcrevendo Fernão Lopes, inclusive no que se refere às intervenções divinas, a autora informa que após ouvirem a missa, no dia 14 de agosto, num local escolhido pelo Condestável, os portugueses decidem interceptar o rei de Castela, em uma encosta próxima da confluência do rio Lena com a Ribeira da Calvaria. Antes, houve uma tentativa de diálogo de uma pequena comitiva castelhana, com a presença do cronista Pero López de Ayala, no sentido de demover Nuno Álvares Pereira de guerrear, oferecendo-lhe honrarias e benesses, mas sem sucesso. Ao comentar as inúmeras dúvidas que ainda pairam sobre a batalha, deixadas pela própria historiografia, a autora se refere principalmente aos dados numéricos, como a desproporção de cinco para um, na diferença da hoste e das armas. A historiadora tampouco comenta o forte apoio inglês recebido pelos portugueses no confronto, limitando-se a lembrar que o exército português deveria ganhar tempo para a chegada do apoio inglês, cujos soldados estavam treinados e experimentados pela Guerra dos Cem Anos. Adiante veremos que a batalha de Aljubarrota contou com amplo suporte militar advindo da Inglaterra. Construíram-se abatizes, covas de lobo e fossos. Em uma escrita que vai aos poucos mesclando Fernão Lopes com os estudos de João Gouveia Monteiro, avança “com as forças portuguesas, adotando uma tática nitidamente defensiva, depois de terem forçado o combate utilizando uma estratégia vincadamente ofensiva” e, ainda, sem destacar o apoio inglês, não deixa de mencionar que além da superioridade numérica, os castelhanos contavam com suporte francês. Entretanto, a vanguarda franco-castelhana, embora impetuosa, quando apeada, perde para as lanças portuguesas e as armadilhas preparadas no campo. Um parágrafo adiante, a bandeira de Castela é derrubada, com castelhanos fugitivos e portugueses em celebração. A vitória estava consumada: “concretizada no seu todo, por um excelente comando de D. Nuno, por um eficiente desempenho dos arqueiros ingleses e besteiros portugueses, maioritariamente posicionados nas alas, e por uma pronta e precisa movimentação de retaguarda”.<sup>59</sup>

Maria Helena da Cruz Coelho, porém, não deixa de assinalar a necessidade de adotar cuidados relativamente às versões do evento:

Muitos têm sido os estudos sobre toda ambiência e desenrolar desta Batalha que é a mãe de todas as Batalhas da História militar portuguesa. Mas as dúvidas pairam ainda sobre muitíssimos detalhes. Fernão Lopes põe-nos logo de sobreaviso sobre as muitas versões que corriam, de acordo com as diversas facções, sobre os contingentes disponíveis. Perante o desfecho do recontro, se se enfatizasse a grandeza da hoste castelhana aumentava-se a honra da vitória portuguesa; diminuindo-se esses valores, tornava-se o feito português menos

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 112.

grandioso.<sup>60</sup>

Ainda sob a perspectiva da mesma autora, selecionamos o artigo intitulado “A Monarquia Portuguesa na conjuntura de Aljubarrota”<sup>61</sup>. Neste caso, a abordagem é menos militar e mais social, com enfoques na política externa. Utiliza o termo convulsão, ao invés de crise, mas revolução ou revolta ao se referir a 1383-1385. Considera também a perspectiva de D. Leonor, que ao assumir apoiava-se em sua linhagem, no cumprimento do Tratado de Salvaterra de Magos, e da lealdade que o Conde Andeiro lhe devia. Prefere, ao tratar da crise *pos mortis* de D. Fernando causada pelas questões e querelas da família, o termo golpe, para referir-se às ações do Mestre de Avis, ainda que com atenuantes; “o golpe já fora tentado sem êxito anteriormente, mas nesta conjuntura o Mestre de Avis foi o escolhido para o perpetrar, tendo, porém, hesitado muito em o aceitar, pois bem sabia dos riscos que corria”.<sup>62</sup>

Quando D. João assume a regência, ressurgem lógicas que apontam para a troca de benefícios por apoios, sendo estes entendidos como serviço na esfera militar. A voz da autora soma-se à de Fernão Lopes para mostrar que a guerra era excelente veículo de legitimação política.

Por isso, no dia 2 de outubro, os fidalgos e cidadãos renovaram o preito e menagem ao seu senhor. Mas decidiram que «fossem chamados aquellos Conçelhos que por Portugall mantiinham voz; e todos em Coimbra com os fidalgos e prellados que ahi fossem juntos, fallassem sobre o proviimento da guerra, e donde se poderiam a ver as despesas pera ella neçessarias». Ainda que sob o pretexto explícito da guerra, ficava desde então marcada uma reunião alargada de todos os corpos sociais do reino, que não apenas os homens de Lisboa e os cortesãos que rodeavam o Mestre.<sup>63</sup>

Em seguida, a capacidade jurídica e argumentativa de João das Regras, a pressão e capacidade dissuasiva de Nuno Álvares Pereira, e a fraca oposição interna ao Mestre de Avis, eram os elementos finais para legitimar o novo rei. Sobre Aljubarrota, um breve parágrafo menciona o que a maioria dos autores já afirmou: o momento em que D. João se legitimou pelas armas, provocando consequentemente o reconhecimento diplomático com apoio da Inglaterra, casando-se o Mestre com Felipa de Lencastre, de cujo enlace nasce a “Ínclita Geração” e uma série de ações necessárias para constituir um novo panorama “civilizatório”:

Logo após o matrimônio, as Cortes do Porto de 1387 decidiram sobre a criação da casa do rei e a da rainha, que permitiram a constituição da família alargada da corte régia, integrando o seu séquito de vassallos, donas e donzelas e a sua domesticidade, um tecido social que partilhava os espaços materiais e

<sup>60</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>61</sup> COELHO, Maria Helena da C. A Monarquia Portuguesa na conjuntura de Aljubarrota. *Actas de la XLIII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra*. 19-22 de jul. 2016.

<sup>62</sup> Sobre este ato, sua preparação e consequências, ver COELHO, M. *D. João I...*, pp. 44-50.

<sup>63</sup> COELHO, M. *A Monarquia Portuguesa...*, p. 232.

simbólicos da realeza na sua cerimonialização e ritualização, e um corpo de pessoal e de instituições que acompanhavam o desempenho público e privado do monarca e da sua consorte. A vida cortesã passará a pautar-se por um cuidadoso cerimonial, etiqueta e aparato e por elevados códigos e valores morais, cultos e cavaleirescos, tornando-se modelo e exemplum.<sup>64</sup>

### 1.2.3. ...uma batalha que mudaria para sempre a história de Portugal...

“Aljubarrota revisitada”<sup>65</sup> é uma obra coletiva, organizada por João Gouveia Monteiro, que, entre 1995 e 2000, capitaneou um esforço muito interessante de especialistas para tentar compreender melhor os vestígios materiais da batalha. Assim, Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, e Helena Catarino realizam estudos osteológicos e pedológicos, por meio de sondagens e de outros espólios arqueológicos. Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos dão voz a microrganismos, biomas e outros elementos da natureza, por meio da paleobiologia. Um novo tipo de História é realizado, ainda que Gouveia Monteiro chame a atenção para certas limitações:

... sabemos de antemão que jamais será possível chegar a uma reconstituição exacta e exaustiva do que aconteceu em S. Jorge, naquele fim de tarde de 14 de Agosto de 1385. A História não é um trabalho de 'duplicação' da realidade, mas uma sua 'representação', cuja infalibilidade e precisão matemática são sempre artificiais. Não vale, por isso, a pena perder muito tempo com a elaboração minuciosa de esquemas de reconstituição táctica exaustiva do evento, quase 'soldado a soldado', digamos assim, respeitamos o esforço meritório de todos os que o têm ensaiado, mas não duvidamos de que a realidade foi infinitamente mais rica e imprevisível do que aquilo que a geometria desses esquemas nos poderá alguma vez propor.<sup>66</sup>

As conclusões a que cada grupo de especialistas chega são cuidadosamente apresentadas, sublinhando as dificuldades de oferecerem certezas, o que obriga a retornar aos cronistas. No último capítulo, em vários momentos, são essas vozes do passado que oferecem as informações. De toda forma, apesar das incertezas há um aspecto que permanece inabalável: “o historiador militar pôde, então, reavaliar a narrativa da batalha, precisar alguns dos seus aspectos mais controversos, sugerir novas interpretações, iluminar, enfim, a leitura de **uma batalha que mudaria para sempre a história de Portugal**”.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>65</sup> MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota Revisitada**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001. Disponível em: <https://digitalisndsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32668/3/Aljubarrota%20Revisitada%20%282001%29%20Figuereido%20e%20Catarino.preview.pdf>. Acesso em: 14 de mai 21.

<sup>66</sup> Ibidem, pp. 193-194.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 281. Grifo nosso.

#### 1.2.4. *O Batismo da crise*

A continuar nossa análise, usaremos a obra de Luís Miguel Duarte, “Batalhas da História de Portugal: Guerra pela Independência - Aljubarrota (1383 – 1389)”.<sup>68</sup>

O autor anuncia nas primeiras páginas que o resultado do confronto bélico definiria se Portugal seria ou não independente. O futuro decidido em um momento, ao qual assistimos como em um filme:

São cinco horas da tarde do dia 14 de agosto de 1385. A vanguarda da cavalaria do Rei Juan I, rei de Castela acaba de se por em movimento. Percorrerá alguns metros a trote, antes de se lançar decididamente a galope, com as lanças bem seguras apertadas sob o corpo, sob a axila do braço direito. Como chegamos até aqui, D. Fernando era um rei Formoso, mas inconstante e casou-se com a bela mais aleivosa (traidora, venenosa).<sup>69</sup>

Mas, antes da batalha, João das Regras é quem estraçalha, no plano jurídico, os outros candidatos ao trono e consagra o Mestre como rei de Portugal. Faltava, na visão do autor, o mais difícil: empunhar as armas contra os castelhanos. Entretanto, nesta obra não se assume a versão heroica dos cronistas lusitanos quanto à inferioridade numérica. Ao contrário, esclarece-se que na época não existiam exércitos permanentes, nem grandes estados administrativos aptos a capacitar contingentes militares, bem como a fazer frente ao alto custo de sua manutenção em termos de logística alimentar, vestimenta, armas e etc. É interessante observar que o autor questiona o nome dado ao recorte temporal escolhido. Afirma que os principais historiadores perderam tempo com o batismo da cronologia: problema de sucessão, crise ou revolução social, e nos surpreende a necessidade de nomear uma sucessão de fatos, amarrá-los e deixá-los conectados, haja vista o papel que atribui a Aljubarrota como responsável por colocar fim à guerra civil do momento. As batalhas de Atoleiros, de Trancoso e de Aljubarrota garantem a independência portuguesa e, para firmar o final feliz, segue-se a “brilhante” aliança militar entre Portugal e Inglaterra que, por sua vez, gera outra aliança, a amorosa, entre o Mestre de Avis e Felipa de Lencastre, pais da “Ínclita Geração”.

Os historiadores portugueses perderam demasiado tempo a **baptizar os acontecimentos de 1383-1385**. Para alguns uma simples crise de sucessão; para outros uma revolução social das boas, com vanguarda e massas, exploradores e explorados; para outros ainda, uma crise sem mais, que tendo excedido claramente – porque está a vista que excedeu – os meandros de uma sucessão dinástica acidentada, tampouco chegaria aos desvarios marxistas, até porque estes serviriam para o proletariado inglês do século XIX e para mais ninguém. Na minha opinião, perdeu-se ao etiquetar uma energia preciosa que seria muito melhor empregue a estudar primeiro, e a tentar compreender para

<sup>68</sup> DUARTE, Luís Miguel. **Batalhas da História de Portugal**: Guerra pela Independência – Aljubarrota (1383-1389). Vol. 4. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 4-5.

explicar, depois.<sup>70</sup>

De todo modo, em termos militares, as considerações parecem obedecer ao tom glorioso a que a memória da batalha já nos tem acostumado: “comparativamente com os outros reinos europeus, ponderadas a superfície a população e a riqueza, Portugal poderia ser uma máquina militar e revelava uma capacidade de mobilização muito superior às suas forças aparentes”.<sup>71</sup>

Na historiografia portuguesa pouco se fala sobre o fato de o rei Fernando tentar expandir seu reino para leste e para norte, aspecto que Luís Miguel Duarte não deixa de abordar. As investidas de Castela sobre Portugal, então, são interpretadas como defesa. Porém, como as investidas antes da crise não funcionaram, a memória coletiva apresenta um monarca à beira da morte. D. Fernando arrepende-se, o Mestre de Avis assume riscos e Nuno Álvares Pereira pressente a ação do inimigo e prepara o terreno para a vitória. Os personagens têm propósitos teleológicos.

O Tratado de Salvaterra de Magos é, então, abordado, embora na opinião do autor o instrumento esteja longe de ser um “primor do Direito”, pelo que até hoje juristas têm dificuldade em resumi-lo. Assim, para ele, não é o caso de adentrar nos detalhes do tratado, até porque não chegaram a vigorar. Mas não deixa de mencionar López de Ayala, ao informar que a primeira pessoa a convidar o rei de Castela para entrar em Portugal fora o Mestre de Avis. O próprio autor reconhece que não se fala muito a respeito, embora faça sentido, dado o cenário político à época em que D. Leonor iria assumir o trono, e o fato desta ter ordenado a prisão do Mestre alguns anos antes. De todo modo, para a construção da memória da nação, esse fato atribuiria a D. Leonor uma atitude aleivosa. A candidatura do Mestre era vista como salvadora.

Ao tratar da batalha, que em diversas narrativas tem início com a incitação “Castilla! Santiago”, e, do outro lado, “São Jorge! Portugal!”, o autor dedica apenas três linhas. Em uma manhã de segunda-feira, os portugueses partem para o campo de batalha devidamente escolhido por Nuno Álvares Pereira. Quando chegaram para preparar o terreno, havia uma “multidão a cobrir a terra”. O autor menciona que até Fernão Lopes assume que os números castelhanos são difíceis de precisar, pois quem os sabia teve vergonha de dizer, e, quem disse, fantasiou. A proporção mais difundida é de cinco para um, em Fernão Lopes, *quatre contre ung*, em Froissart, mas Duarte, seguindo a Gouveia Monteiro, aventa ser, no máximo, dois por um. A batalha contemporânea agora é objetiva, trata de proporções e números, tornando-se então a referência para as páginas seguintes, onde a vitória do combate começa a se desenhar nas boas

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 7. Grifos nossos.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 10.

escolhas do Condestável, que previu tudo o que iria ocorrer, preparando seu exército com armadilhas em um tempo exíguo, aproximadamente, entre as 15h e 18h.

### *1.2.5. Um dos mais belos episódios da História de Portugal*

Em “Aljubarrota 1385 – A Batalha Real”, João Gouveia Monteiro apresenta o fato com tintas românticas, cheio de simbolismo, multifacetado. Nas palavras do autor:

Este livro recorda **um dos mais belos episódios da História de Portugal**. Concebido para o leitor comum, sem formação especializada na área de História, mas atento aos problemas culturais e curioso dos grandes temas do nosso passado, será escrito de uma forma não excessivamente erudita, mas rigorosa e, tanto quanto possível, clara e sedutora. Inserido no âmbito de uma vasta coleção subordinada ao tema genérico “Batalhas de Portugal”, privilegiará a vertente militar, sem esquecer completamente as restantes, que lhe servem de moldura e lhe dão sentido próprio.<sup>72</sup>

Ora massacre, ora milagre, ora destino, Aljubarrota assume pelas mãos do autor diferentes nuances que inexoravelmente chegam sempre ao mesmo ponto. São 124 páginas com um recorte cronológico muito bem especificado. Logo no primeiro capítulo - Cronologia (1383-1411) –, delimita-se o início, meio e fim de uma etapa fundante da História de Portugal. Em seu introito, com a expressão “O rosto da Batalha”, é apresentado o Mestre de Avis. Ao confessar que a escrita será sedutora, porém, não erudita, percebe-se o intuito de cativar o leitor. Habilmente, convoca a memória comum, “como é sabido”, que evidencia o quanto o acontecimento já alcançou grau de natureza.

A batalha ferida dia 14 de agosto de 1385, resolveu de vez uma longa crise política aberta em outubro de 1384, na sequência imediata da morte de D. Fernando, o Belo. Como é sabido, o desfecho da batalha garantiu a independência portuguesa em face a Castela ao consagrar a vitória do Partido do Mestre de Avis, e com ele a chegada de uma nova geração de gentes, aquilo que o magistral Fernão Lopes consideraria o início da sétima idade do mundo.<sup>73</sup>

O autor apoia-se fartamente nas fontes cronísticas, como se comprova pela extensão das notas de rodapé, citando Fernão Lopes, López de Ayala e Froissart. Ao que percebemos, os textos de Monteiro são transcrições das crônicas, acrescidas de dados e novidades em linguagens mais científicas e contemporâneas. Podemos notar, no entanto, uma análise comportamental e sociológica sobre como as decisões régias, principalmente as negativas, podem influenciar no destino da nação. A esposa de D. Fernando, Leonor Telles, que costuma ser mal avaliada na historiografia, assume também um papel diplomático e político,

<sup>72</sup> MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota - 1385 – A Batalha Real**. Lisboa: Tribuna da História, 2003, p.6. Grifos nossos.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 6.

principalmente em sua proximidade a exilados castelhanos e galegos. O julgamento da rainha - suas companhias e decisões - foi se desenrolando ao longo dos séculos, sempre com tom de vingança histórica e com o objetivo de evidenciar a “moral da história”: os perigos da traição à pátria. Ela, aleivosa ou traidora, apoia-se na nobreza castelhana e nos maus portugueses que buscam poder e não se importariam com a anexação de Portugal a Castela; talvez até a desejassem. Em contrapartida, os bons portugueses, do partido do Mestre de Avis, que contava com secundogênitos, bastardos, e guerreiros associados às ordens militares mais importantes.

É possível adiantar desde já algumas ideias muito simples e diretamente relacionadas com a repartição de forças na crise de 1383-1385 em geral, e na Batalha de Aljubarrota em particular. Não deve espantar-nos que em torno de Leonor Teles e do Andeiro (numa primeira fase) ou de Dona Beatriz e D. Juan I de Castela (a partir de 1384, data em que a rainha é obrigada a entregar a regência a favor da filha e do genro) cerrem fileiras sobretudo de famílias cortesãs, profundamente reconstituídas durante os reinados de D. Pedro I e D. Fernando e totalmente polarizadas em torno de Castros, Teles, Meneses, (eles próprios, tal como os Albuquerque, um ramo saído dos Teles) e outras linhagens de exilados Castelhanos e Galegos. A elas se unem, por alianças e compromissos matrimoniais habilmente urdidos por Leonor Teles, algumas famílias portuguesas tradicionais, como os Ataídes, os Portocarreiros, os FONSECAS, os Pimentéis, os de Meira, ou os próprios Souza, entre outras, enquanto que Azevedos, Melos e Silvas, tendo conquistado também posições interessantes logo no reinado de D. Pedro I, ou até então vão ficando na corte e aceitando, nem sempre de boa vontade, a influência dominante dos Teles. Este é o grupo que defende o status quo dominante, porque tal os favorece, e que sabe que no quadro do triunfo a Dona Beatriz o poderão ver perpetua do. O ideólogo deste partido é até dezembro de 1383, o conhecido conde Andeiro, um homem de notável talento diplomático e um grande jogador da política ibérica. Ao contrário, em torno do Mestre de Avis agregam-se sobretudo filhos bastardos e secundogênitos, e boa parte deles com carreiras feitas no seio das Ordens Militares de Avis, do Hospital, de Cristo ou de Santiago. Não pode passar-nos despercebido o facto de a liderança deste partido pertencer ao Mestre de uma dessas Ordens Militares, ele próprio um bastardo régio (porque filho ilegítimo de D. Pedro I) e, complementarmente a Nun'Álvares Pereira, filho secundogênito de uma família profundamente ligada à Ordem do Hospital. Estes homens pouco ou nada têm a perder, pelo que apostam no único partido capaz de, pela guerra, operar uma mudança radical, em proveito próprio, na composição da alta nobreza da corte de Portugal”.<sup>74</sup>

Considera-se que os partidários de Avis são o “braço armado da revolução”, e que independentemente dessa visão ser muito patriótica e revolucionária é a mais realista. Assim como na obra “A História Militar de Portugal”, analisada anteriormente, o autor relembra que nos últimos anos o campo dos estudos militares históricos foi profundamente renovado, superando a mera abordagem *évènementielle*, criticada no século passado por March Bloch e Lucien Febvre. A renovação permitiu, por meio também da História das Mentalidades,

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 14-15.

considerar o mito do herói, da coragem e dos medos, das crenças e devoções, possibilitando perceber “o rosto da batalha”. Segundo o autor, em Portugal, tal transformação deve-se aos grandes processos da historiografia, ao interesse do grande público pelos temas militares, o que levou à criação de uma Comissão Portuguesa de História Militar, extremamente ativa e exemplarmente liderada pelo Tenente-General Themudo Barata<sup>75</sup>. Em termos acadêmicos, a renovação chegou ao ensino superior:

Além disso, a história militar medieval já é ensinada em algumas universidades portuguesas, tem sido objecto de cursos de pós-graduação e, em conformidade tem constituído tema de dissertações de mestrado e doutoramento e de outros trabalhos relevantes, alguns dos quais começam agora a ser conhecidos no estrangeiro.<sup>76</sup>

No capítulo “Arte da Guerra Portuguesa”, Aljubarrota surge como um dos mais lembrados teatros de operação da história de Portugal. Entre desenhos, armaduras, mapas, selos, castelos, figuras e funções das armas do passado, como trabucos, trons, espadas e armadilhas, como fossas-de-lobo, o autor conclui que o leitor tem, “portanto, um mundo maravilhoso para descobrir nesta matéria que em boa verdade aconselharia ainda algumas palavras sobre as cercas urbanas, residências senhoriais e igrejas fortificadas”<sup>77</sup>. A estratégia narrativa é bastante atrativa e parece eficaz na tarefa de atrair o público.

### 1.3. Narrativas de divulgação

Neste subcapítulo abordaremos as principais instituições que dominam a difusão da memória de Aljubarrota para um público mais leigo, ora de forma pedagógica, ora lúdica e turística, conectando o passado da batalha com o presente.

#### 1.3.1. A Fundação Batalha de Aljubarrota – FBA

O apogeu simbólico erguido da batalha, eis o tom da narrativa da Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), bem como do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA). Este poderia ser comparado a um museu militar associado a um parque temático medieval, tendo ambas as instituições um discurso muito semelhante. No ano de 2002, foi iniciado um projeto de revalorização do Campo de São Jorge, como iniciativa do Ministério da Cultura e do Ministério da Defesa, com o principal objetivo de apresentar a Batalha ao público, “de uma

---

<sup>75</sup> “Dedico este livro à memória do Senhor General Manuel Freire Themudo Barata, grande impulsionador da renovação dos estudos de História militar portuguesa, grande mestre e grande amigo”. Ibidem, p. XXX.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 70.



forma rigorosa, instrutiva e cativante”<sup>78</sup>.

O *site* da FBA é bastante interativo e didático, no qual se disponibilizam várias informações acerca da possibilidade de receber grupos escolares, oferecendo atividades lúdicas, como paisagismo, arborismo, entre outras, e de promover as instalações, como o restaurante temático. Para o objetivo deste capítulo, interessa analisar algumas características da linguagem e das estratégias discursivas do *site*. Na aba “A Fundação”, apresenta-se a justificativa para a sua criação e a do CIBA: valorizar importantes fatos históricos e lugares do patrimônio que estavam abandonados à própria sorte. Uma batalha que assegurou a independência à nação, e definiu em um dia todo seu destino, também encontra no presente justificativas que requerem sua preservação memorial, no âmbito do Estado, com implicações econômicas e culturais. A estrutura do *site* possui tom e formato hierárquico, além de expressar vários objetivos estratégicos. Estes mesclam-se, item a item, com pautas específicas, e interligadas. São treze no total, com objetivos e propósitos de conscientização e sensibilização da memória do povo português. Mas o que mais se destaca é a preponderância de uma “investigação científica”, cujos resultados estariam ali apresentados, dando a impressão que toda comunidade científica especializada no tema é voz uníssonas sobre a importância e os fatos que comprovam a batalha.

Em outra parte, relativamente à história da Fundação, apresenta-se a biografia do seu fundador, António de Sommer Champalimaud<sup>79</sup>, nacionalista, empresário e grande industrial português, que aportou 50.000 euros para essa iniciativa, segundo a descrição do patrimônio afetado pelo Estado, declarado no próprio *site*, sendo a FBA, por 99 anos – com possibilidade de renovação -, usufrutuária dos terrenos em que se instalou. A FBA apresenta ainda uma série de acordos e planos de cooperação com instituições estatais e escolares.

Observe-se parte do discurso relativamente aos motivos que justificam sua existência:

Por fim, e no que concerne à Batalha de Aljubarrota, a mesma representa um fomento decisivo de afirmação de Portugal como reino independente, marcando pela sua força simbólica o imaginário de muitas gerações. Além da sua importância histórica, que assinalou o fim da crise sucessória de 1383 - 1385, e coincidiu com a consolidação de D. João I como rei de Portugal, o primeiro da dinastia de Avis, e com uma orientação geopolítica dirigida para a expansão territorial fora da Europa, a batalha foi igualmente pretexto para o desenvolvimento de uma tática militar inédita, apurada na Guerra dos 100 Anos e posta em prática por D. Nuno Alvares Pereira, de que é testemunho o complexo sistema defensivo, constituído por cerca de 800 covas-de-lobo e dezenas de fossos, posto a descoberto nas campanhas arqueológicas que decorrem desde 1958.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.fundacao-aljubarrota.pt/page/centro-de-interpretacao#centro-de-interpretacao>. Acesso em: 14 de fev 22.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.fundacao-aljubarrota.pt/page/a-fundacao#descricao-do-patrimonio-inicial-e-do-patrimonio-afecto-pelo-estado>. Acesso em: 15 de fev 22.

<sup>80</sup> **DIÁRIO da República**, 1ª série. Nº 250-28 de dezembro de 2010, p. 5968.

No tempo presente, atingindo um público amplo e diversificado, uma instituição de utilidade pública, chancelada pelo Ministério da Cultura de Portugal, e apoiada na produção historiográfica e nos resultados científicos da Arqueologia, a FBA revitaliza as narrativas sobre Aljubarrota.

Em vídeo, disponível na internet, revela-se o peso que a Batalha tem no imaginário português. No discurso realizado, no dia 13 de novembro de 2018, na sessão do 1º encontro da FBA, o Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, ressalta que ao final do século XII, o ‘sentimento autônomo forte’, adquirido anteriormente aos campos de Aljubarrota, foi o responsável pela navegação e expansão futura para outros continentes, e para superar depois, novamente, a perda da independência com a Restauração, enfrentar as Invasões Napoleônicas, os ditames da imprescindível presença inglesa, as fortes crises financeiras ao final de XVII e XVIII, o Ultimato, o pessimismo do século XIX, a instabilidade do início do século XX, as vicissitudes da Grande Guerra, o longo ocaso do império novo, enfrentar as ambições dos poderosos vizinhos. A memória aparece de maneira extremamente conectada, gerando um fio condutor que potencializa Aljubarrota como conexão necessária à realização do futuro.

Ao final do discurso, Aljubarrota torna-se um comparativo para as adversidades que surgirão adiante, tanto para Portugal quanto para Europa, contra as quais se deverá lutar, contar com aliados, mas, principalmente, consigo próprio, ter bons líderes espelhados no Condestável Nuno Álvares Pereira, unir forças, ter patriotismo, e manter a vontade de ser soberanos e diferentes. O registro do evento encontra-se no sítio oficial de informação da Presidência da República Portuguesa, na aba atualidades<sup>81</sup>. Aljubarrota e seus atores são modelos de conduta e de saber governar.

### *1.3.2. O Exército*

Existe uma relação bastante simbiótica entre a História de Portugal e a História Militar, como se pode observar no livro “Nova História Militar de Portugal”<sup>82</sup>. Neste sentido, cabe esclarecer que os estudos do passado militar de Portugal, relativamente à Idade Média, devem ser limitados ao Exército, uma vez que, obviamente, não havia o braço da Força Aérea, e as incursões marítimas eram realizadas também pelas tropas terrestres. Em termos institucionais, o Exército português assume essa identidade secular, que se comprova em seu sítio oficial, na aba

---

<sup>81</sup> Disponível em <https://www.presidencia.pt/a tua lida de/toda -a -a tua lida de/2018/11/presidente-da - republica - no-1-o-encontro-da -fundacao-batalha-de-aljubarrota/>. Acesso em: 20 jul 22.

<sup>82</sup> BARROCA, Mário Jorge.; DUARTE, Luís Miguel.; MONTEIRO, João G. **Nova História Militar de Portugal**. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

“9 séculos de História”, com importantes justificativas que tentam explicar tal associação.

A História do Exército Português está diretamente ligada à história de Portugal, desde a sua fundação. As Forças Terrestres estiveram presentes na luta dos portugueses pela sua independência contra leoneses e muçulmanos no século XII, contra os invasores castelhanos no século XIV, contra os ocupantes espanhóis no século XVII e contra os invasores franceses no século XIX. Participaram, ainda, nas campanhas portuguesa no ultramar e exterior, desde o século XV.<sup>83</sup>

Em seguida, menciona-se a participação mais recente em Missões de Paz. Os conteúdos imagéticos do sítio têm objetivo ilustrativo, e recorrem a figuras e imagens bem conhecidas do grande público, inclusive fartamente reproduzidas em manuais escolares, como a da Batalha de Aljubarrota, das Crônicas de Jean de Wavrin (séc. XV).

**Figura 1.** The Battle of Aljubarrota (Castile vs Portugal, 1385)



Fonte: Jean de Wavrin (1480)<sup>84</sup>

A continuar a pesquisa encontramos a aba *Símbolos e Tradições*,<sup>85</sup> na qual se apresenta a heráldica do “esforçado” Exército português:

<sup>83</sup> Disponível em: <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/historia>. Acesso em: 22 de jul. 22.

<sup>84</sup> Iluminura da Batalha de Aljubarrota, na “Crônica de Inglaterra” de Jean de Wavrin [Jehan de Wavrin] (1400+1473), filho bastardo de Robert VII de Wavrin, foi a fama do cronista francês, cavaleiro, militar e Senhor de Forestel, autor da célebre “Anciennes Chroniques d'Angleterre”.

<sup>85</sup> Disponível em <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/simbolos-e-tradicao>. Acesso em: 25 de jul. 22.

**Figura 2.** Armas do Exército de Portugal



Fonte: <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/simbolos-e-tradicao>.

A divisa cimeira, “Portugal e São Jorge”, destacam-se no conjunto. A heráldica é regulamentada pela Portaria 24107, de 3 de junho de 1969<sup>86</sup>, em clara alusão ao vínculo de patrocínio que se estabeleceu entre o reino e o santo depois de Aljubarrota, em 1387. De acordo com as crônicas, no confronto, os castelhanos evocavam São Tiago e os portugueses São Jorge. Na explicação oferecida no site detalha-se: “num listel de branco ondulado, sobreposto ao timbre, em letras de negro, maiúsculas, e estilo elzevir «**PORTV GAL E SÃO JORGE**».

Ainda na mesma página, apresenta-se a seguinte imagem, com a opção de áudio acoplado:

---

<sup>86</sup> Disponível em <https://heportuga1.wordpress.com/regulamento-de-heraldica-do-exercito/>. Acesso em: 25 de jul. 22.

**Figura 3.** Grito do Exército Português

Fonte: <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/simbolos-e-tradicao>.

O interessante a sublinhar é o movimento de retroação que o Exército operou relativamente à evocação de São Jorge que, de orago da época de Aljubarrota, será associado a outro momento fundacional da “história da nação”, a Batalha de São Mamede, ocorrida em 1128. Nela, D. Afonso Henriques e seus apoiadores venceram os partidários de sua mãe, a rainha Teresa, e de seu padraсто galego, fundando a primeira dinastia portuguesa. Entretanto, ao contrário do que reivindica o Exército, não há notícias de que São Jorge tivesse sido evocado em São Mamede. Aliás, isso seria muito pouco provável, uma vez que a devoção ao santo não era da tradição dos envolvidos no confronto. Este santo faz parte dos símbolos que ajudaram a consolidar o “espírito” de Aljubarrota, cujo peso, como se vê, acaba por “naturalmente” se estender a outros momentos-chave da história da nação.

#### 1.4. Narrativas escolares

Com relação às narrativas selecionadas para esta pesquisa, talvez seja a escolar a mais importante, na medida em que alcança praticamente a totalidade dos cidadãos portugueses, tendo, portanto, grande eficácia em termos da construção da memória.

Partiremos de um manual escolar do 7º ano do 3º ciclo básico, “História Sete”, escrito

por Maria Emília Diniz, Adéríta Tavares, Arlindo M. Caldeira<sup>87</sup>, sob a coordenação de José Mattoso. O marco inicial, relativamente a Aljubarrota, arranca da Revolução de 1383 e suas subdivisões consequentes. Antes de adentrar na parte textual, salienta-se num quadrante da página alguns importantes conceitos, em formato de vocabulário, como o conceito de revolução: “Conjunto de mudanças relativamente rápidas, que provocam uma transformação profunda nas condições econômicas, sociais, políticas ou culturais de uma sociedade”.<sup>88</sup>

A sucessão do trono, assim como nas narrativas anteriores, é o ponto de partida.

O casamento do rei Fernando com D. Leonor causa um momento de agitação popular, além das guerras com Castela que ampliavam as crises econômicas do momento. Quando o rei falece, Leonor tornar-se-ia regente até que um filho de D. Beatriz, filha única, casada com rei de Castela, mas ainda com 11 anos, atingisse a maioridade. As questões sociais, tais como o apoio de uma pequena nobreza a D. Leonor, que considerava defender os interesses de Castela, bem como da “arraia-miúda”, ou seja, os assalariados e artesãos, que apoiava o Mestre de Avis, o qual defendia os interesses de Portugal. Podemos perceber já no primeiro parágrafo que o formato escolar prepara um entendimento sobre a relação de Portugal e Castela como a de inimigos naturais.

Da conspiração de palácio à supramencionada revolução, as personagens têm pautas políticas definidas de como e para onde querem levar o reino. O Conde Andeiro é o “dono da política”, manobrando sua amante D. Leonor, que era por Castela, o Mestre que protegia Portugal, e todo jogo em ação desenrola-se contra um pano de fundo de “luta de classes”. Nobreza *versus* burguesia, com suas representações personificadas, imbuídas de valores socialmente negativos e positivos, chancelados pelo próprio povo. Os interesses identificados como portugueses são virtuosos, os castelhanos são escusos, numa linguagem de “gamificação”.

A “voz do povo” surge como instrumento de legitimação do Mestre, com forte paralelismo aos processos democráticos da modernidade. A sugestão se comprovaria pela forma como mercadores e outros grandes burgueses foram chamados à “Câmara de Lisboa” para serem perguntados se aceitavam o Mestre como regedor.

Ocorre a invasão castelhana, o cerco de Lisboa e, então, a peste ajuda a expulsar os inimigos. A resistência militar e política tem outro nome, também de peso: Nuno Álvares Pereira, jovem e corajoso, essencial para a consolidação da independência. Aljubarrota, em

---

<sup>87</sup> DINIZ, Maria Emília.; TAVARES, Adéríta.; CALDEIRA, Arlindo M. **História sete**: caderno de atividades: 7º a no 3º ciclo do ensino básico. História sete: saber & fazer: [1ª ed., 1ª tir.]. Lisboa: Raiz, 2015.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 6.

destaque, ocupa outro quadrante da página: “Factos e Feitos em 1385”.

A Batalha de Aljubarrota foi o momento decisivo da Guerra de Independência. Teve lugar perto de Leiria, num local escolhido pelos portugueses, uma encosta entre ribeiras. O número de soldados castelhanos era muito superior ao dos portugueses. Segundo Fernão Lopes. Talvez exagerando, seriam trinta mil contra 6500. Além disso, os Castelhanos utilizavam uma arma nova: traziam, pela primeira vez em Portugal, bombardas, um antepassado do canhão, a que então se chamou “trons”. A tática militar escolhida por D. João I e D. Nuno Álvares Pereira revelou-se a mais adequada. O exército português formou em duas linhas, com infantaria os arceiros à frente e não a cavalaria, como era habitual. E, depois de uma luta violenta, conseguiu pôr em debandada o poderoso exército de Castela. Em memória da vitória portuguesa, o rei D. João I mandou construir perto do local do combate, o belo Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ou Mosteiro da Batalha.<sup>89</sup>

E, assim, os autores concluem que novos caminhos se abririam para Portugal, a partir de Aljubarrota. Entrou o rei de Castela com um poderosíssimo exército, contra “poucos” portugueses. Na área de exercícios, “Saber e Fazer”, solicita-se que os alunos consultem dicionários e enciclopédias para escreverem uma biografia de 15 linhas sobre o Mestre de Avis ou de Nuno Álvares Pereira, o que evidencia a facilidade de se encontrarem informações sobre esses personagens.

Outro manual escolhido é de autoria de Fátima Costa e António Marques, com a colaboração de Cristina Maia e colaboração científica de Luís Miguel Duarte: “História e Geografia de Portugal - 5º ano”.<sup>90</sup> Inicia-se com a Revolução de 1383-1385 e os problemas relativos à sucessão de D. Fernando. Recorrendo a uma interessante e bastante detalhada ilustração, os alunos são levados a enxergar os referidos “tempos difíceis”. Portugal com suas ruelas infestadas de ratos, à espreita, simbolizam um tempo caótico.

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>90</sup> COSTA, Fatima.; MARQUES, António. **História e Geografia de Portugal**, 5º ano. Colaboração Cristina Maia. Porto: Porto Editora, 1993.



**Figura 4.** “Rua de uma cidade do século XIV”



Fonte: COSTA, Fátima.; MARQUES, António. **História e Geografia de Portugal**, 5º ano. Colaboração Cristina Maia. Revisão Científica: Luís Miguel Duarte. Porto: Porto Editora, 1993.

Na mesma página, em outro chamativo quadrante de “Factos e Feitos”, não há como não mencionar as estratégias discursivas que ajudam a desenhar o tal cenário de crise, que teria motivado as revoltas sociais, contrapondo a rainha ao corajoso espírito do povo.

Uma das razões do descontentamento popular no reinado de D. Fernando foi o casamento do monarca. D. Fernando tinha escolhido para esposa D. Leonor Teles, uma mulher casada que trocou o marido pelo rei, depois de conseguir a anulação do seu casamento. Esse facto desagradou a muita gente. Além disso, D. Leonor Teles pertencia à grande nobreza senhorial e o seu casamento com D. Fernando reforçou o poder e os privilégios do pequeno grupo que o rodeava. Os protestos não se fizeram esperar. Em Lisboa amotinaram-se numerosos mestirais (artesãos), sob a chefia de Fernão Vasques. Tratava-se de um alfaiate lisboeta que, com a sua coragem e os seus dotes oratórios, conseguia arrebatá-los às multidões. Face à agitação popular, o rei fugiu secretamente da capital e foi casar a Leça do Balio (Matosinhos). A nova rainha, cheia de desejos de vingança, dirigiu logo o seu ódio contra Fernão Vasques. O alfaiate, que tinha ousado desafiar-la, foi condenado a morrer na forca e executado em Lisboa, nesse mesmo ano.<sup>91</sup>

<sup>91</sup> Ibidem, p.6.



A interpretação do contexto da época apoia-se fortemente em Fernão Lopes, repetindo, inclusive, as adjetivações que o cronista aplica a ações e personagens:

Quando D. Fernando morreu, D. Leonor Teles, por influência do seu conselheiro galego, o conde João Fernandes Andeiro, mandou aclamar D. Beatriz como rainha de Portugal. A aclamação foi aceite por grande parte da nobreza e do clero. Contudo o povo de Lisboa, que já não gostava de D. Leonor Teles, e temendo que Portugal fosse dominado pelo rei castelhano, revoltou-se contra a aclamação de D. Beatriz (...) O povo de Lisboa nunca gostou da rainha Leonor Teles. Já em 1371, Fernão Vasques liderou um movimento popular que se opunha ao casamento de D. Fernando com D. Leonor (...). Era costume, nesta altura, o legítimo herdeiro ao trono ser aclamado por toda a população (nobres, clérigos e povo). A aclamação era a aprovação pública, por meio de aplausos e brados de: - Viva o rei! ou Viva a rainha!<sup>92</sup>

A divisão entre classes sociais, compreendida de maneira dicotômica, embasa também a narrativa: nobreza, clero X povo, burguesia. O “corajoso, honrado e rico burguês” Álvaro Pais chefiou o assassinato do Conde Andeiro, em conjunto com D. João, Mestre de Avis. Ao final da página outra ilustração afirma que era este o herói e o líder do povo de Lisboa necessário para fazer frente à constante ameaça de uma invasão castelhana. O povo se reuniu para escolhê-lo como Regedor e Defensor, diz o livro, desconsiderando o peso que teria tido a elaboração jurídica de João das Regras. A burguesia é apontada como a financiadora das despesas de guerra, que propicia materialmente a alegria da “arraia-miúda”. A independência é conseguida pelo Mestre com apoio de seu povo, uma imagem que, no contexto do livro, contrasta fortemente com a anterior:

**Figura 5.** “O Mestre de Avis a ser aclamado pelo povo de Lisboa”



Fonte: COSTA, Fátima; MARQUES, António. **História e Geografia de Portugal**, 5º ano. Colaboração Cristina Maia. Revisão Científica: Luís Miguel Duarte. Porto: Porto Editora, 1993.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 111.

Como referimos, embora o papel de herói seja fundamental na estratégia da narrativa, o jogo em ação é sustentado pelo enfrentamento entre nobreza e burguesia, com suas representações personificadas. De certa forma podemos verificar que grande parte das narrativas acadêmicas e não acadêmicas trabalham com este formato dicotômico. Personagens com políticas bem definidas obedecem a padrões quase estereotipados atinentes às classes sociais do medievo. A nobreza como retrocesso, favorecedora de Castela, a burguesia como modernidade, impulsionada por valores como honra e coragem na defesa de Portugal.

Adentrando propriamente nos fatos que envolvem Aljubarrota, informa-se que o rei de Castela invade Portugal, a mando de D. Leonor. O povo de Lisboa resiste bravamente, sob a liderança do Mestre. Mas, antes, ocorrem outros confrontos, como batalhas que compõem o cenário bélico da defesa da independência: Atoleiros, Trancoso e Valverde. Nas páginas seguintes apresentam-se os detalhes sobre Aljubarrota.

Na batalha, o Condestável aparece em destaque não somente figurativo, mas também como defensor do reino desde os treze anos de idade, dedicando sua vida a dois grandes ideais. À defesa ao reino de Portugal e à devoção a Nossa Senhora, cuja imagem sempre carregava em sua bandeira, sendo em 2009 considerado como um dos santos da igreja católica. Os manuais escolares refletem também conteúdos religiosos católicos.

Perto de Leiria, no dia 14 de agosto de 1385, o negrito texto informa que poderoso exército castelhano, com cerca de 32 mil homens, foi totalmente derrotado pelos portugueses, que eram cerca de 8 mil. Aqui os arqueiros ingleses já não são nem poucos, nem muitos, mas nenhum. Não são citados. Com relação ao posterior tratado de Windsor, por exemplo, sublinha-se que era de amizade e somente seria utilizado, caso fosse necessário. O casamento de Felipa de Lencastre com o Mestre de Avis assume personalidade portuguesa, diminuindo a possibilidade de se perceber a força da Inglaterra em todos os acontecimentos. O foco incide sobre a autonomia portuguesa de reger seu destino independente que, ainda assim, permanecia ameaçada até depois da morte de D. Beatriz: “contudo, apesar de períodos de tréguas, o rei de Castela não desistia de ser rei de Portugal. Só muitos anos depois da morte de D. Beatriz, em 31 de outubro de 1411, o problema é definitivamente resolvido com um tratado de paz entre Castela e Portugal”.<sup>93</sup>

\* \* \*

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 122.

À luz do apresentado, é patente que a forma como o contexto de Aljubarrota é tratado na historiografia escolar portuguesa obedece a um problema mais amplo, criticamente analisado por João Paulo Avelãs Nunes:

Privilegiou-se, deste modo, a história de Portugal (“Metrópole, Ilhas Adjacentes e Colónias”); assinalaram-se os “antepassados ilustres da portugalidade”, datou-se o nosso surgimento como Estado-Nação unitário no século XII d.C., escamoteou-se a presença de contributos tidos como negativos (judeus, muçulmanos, negros). Caracterizaram-se os portugueses como sendo essencialmente patriotas e católicos, colonizadores mas “humanistas e universalistas”; integrou-se o nosso percurso nacional no universo mais amplo da “Civilização Ocidental”, isto é, reivindicou-se para os portugueses uma posição intermédia ou superior na hierarquia de povos (ou de “raças”) inerente à adopção da mundividência darwinista social; organizou-se a “história pátria” em períodos de apogeu e de decadência.<sup>94</sup>

Na verdade, essa configuração afeta igualmente à historiografia académica, e, de maneira ainda mais evidente, às narrativas elaboradas para atrair um público mais amplo, que se insere também na indústria do turismo. Nesse sentido, Aljubarrota é considerada o “pontapé inicial” de uma longa trilha política, pensada, organizada e sistematizada pela historiografia.

---

<sup>94</sup> NUNES, João Paulo Avelãs. Reflexões sobre historiografia, didáctica e ensino da História a propósito das Metas Curriculares. **Revista Portuguesa de História**, Tomo 46, 2015, p. 487-507. Disponível em: <https://coimbra.academia.edu/Jo%C3%A3oPauloAvel%C3%A3sNunes>. Acesso em: 17 de ago 22.

## CAPÍTULO 2

### ALJUBARROTA E A BATALHA NAS CRÔNICAS

Este capítulo se dedicará à análise das fontes cronísticas, que são a base referencial da histografia e do que se entende sobre a importância e a grandeza da batalha. Levaremos em consideração a tipologia documental, em termos das agendas políticas em que os autores estavam envolvidos, de modo a ressaltar as implicações que tais posições têm nos argumentos apresentados por eles.

Iniciaremos pelas crônicas de Pero López de Ayala e suas estratégias discursivas sobre a batalha, por ter sido o primeiro a escrever sobre o acontecimento. Considerado fonte das fontes, no que se refere a Aljubarrota, o cronista permite-nos perceber a diferença do peso da batalha para a memória lusitana e espanhola, haja vista como reverbera nas narrativas póstumas, alcançando diferentes graus de importância, tanto no imaginário quanto na historiografia dos dois países. López de Ayala, além de cronista, foi também testemunha ocular do embate militar.

Fernão Lopes será outro dos cronistas analisados. Não o primeiro, mas certamente o principal narrador da batalha, é o que mais falará a respeito em sentidos quantitativos e qualitativos. O enaltecimento do evento pelo autor português, influenciou a historiografia, bem como toda história política de Portugal. É através de sua escrita, que Aljubarrota vai fixar-se no tempo, abrir possibilidades e oferecer adjetivos ao discurso nacionalista português. Independência, soberania, coragem, honra e a permanente sensação de livramento de Castela, conecta o passado ao futuro de Portugal, constituindo premissas pensadas no tempo do autor, mas assumidas como verdades através do tempo, fortalecendo-se propositalmente no presente, com vistas ao futuro.

Por fim, a análise segue para Jean Froissart, um francês que concebe sua crônica a partir de ricos e interessantes testemunhos, com perspectiva diferente. Ele é também membro da corte inglesa e colhe testemunhos na fronteira da França com Castela, sobre eventos que envolvem Portugal. Sua crônica nos permite sair de uma visão demasiadamente ibérica, para uma percepção mais alargada, incluindo as relações de fundo em torno da Guerra dos Cem Anos, que certamente influenciou e modificou a balança de poder, bem como o tom das narrativas sobre aquele contexto.

#### **2.1. A batalha de Aljubarrota nas crônicas de Pero López de Ayala**

Castela X Portugal. Irmãs e inimigas. Sabemos que fronteiras, em diferentes tempos, são as mais prováveis fontes de conflito. Conquistar, anexar, defender, combater. O outro lado

do muro, o outro lado do rio, enfim, o de lá. O outro desperta ao longo da história as mais diversas ações e motivações para atravessar “a fronteira”. Tais pedaços de terra possuem uma gama de nomenclaturas, e que propositalmente neste contexto chamaremos de território, apesar deste ser um conceito difuso no séc. XIV, tem a Península Ibérica como teatro de operações que vai além do geofísico. Há também o embate de percepções e intenções de legado. Soldados defendem territórios e a historiografia defende o passado e a memória dos que viveram, cada um com suas armas ou penas. Ao defender os meus, construo os possíveis nossos.

A investigação agora olhará para Aljubarrota, nas *Crónicas de los Reyes de Castilla, Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III, por Pedro Lopez de Ayala, Canciller Mayor de Castilla*.<sup>95</sup> Ainda no preâmbulo da edição de 1780, em notícias sobre as características de Pero López, apresenta-se sua grande linhagem paterna e materna, bem como sua descrição, autoridade, além de sua capacidade como bom conselheiro em tempos de guerra ou paz. Diz-se ter sido amado pelos reis com quem conviveu, realizado grandes feitos de guerra, ainda que derrotado, como quando foi heroicamente preso em Nájera e em Aljubarrota. Temente a Deus e às ciências, percebe a importância da escrita por considerar fraca a memória das pessoas, sendo necessário que grandes feitos do passado sejam lembrados, e que de certa forma possa influenciar outros para que seja feito o bem e não o mal. É importante ressaltar que a narrativa advém justamente de suas próprias memórias e não necessariamente de documentações distanciadas de seu tempo. Para López de Ayala, a memória dos homens era fraca para recordar grandes feitos do passado, sendo necessário escrever sobre eles e guardá-los, para oferecer bons exemplos através dos livros.

Nosso ponto de partida será a “Crónica Del Rey Don Juan, El primero de Castilla e de León”, assim como em Portugal reina seu homônimo, João I. Começaremos pela crítica de interpretação do Tratado de Salvaterra de Magos e com a promessa de casamento entre D. Beatriz filha de D. Fernando com Henrique, filho do rei Juan de Castela. O contexto da França assume bastante proeminência, referindo-se a acontecimentos, como a morte do rei francês que chega a tomar um capítulo. Assim como na historiografia que apresentamos, o Cisma do Ocidente também é um fato de destaque. Outro aspecto é a maneira como a história de Castela vai sendo entrelaçada à dos demais reinos ibéricos: Navarra, Leão, Granada entre outros.

---

<sup>95</sup> LÓPEZ DE AYALA, Pero. **Crónicas de los Reyes de Castilla**. Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III, por Pedro Lopez de Ayala, Chanciller Mayor de Castilla, con las enmiendas del secretario Geronio Zurita: y las correcciones e notas añadidas por Don Eugenio de Laguno Amirola. Caballero de la Orden de Santiago, de la Real Academia de la Historia. Tomo I. Que comprende la crónica de del Rey Don Pedro. Madrid: En la Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1780. No preâmbulo nos deparamos com uma interessante informação do editor sobre o fato da Espanha ser uma nação que sofreu mais mudanças e revoluções que outros países, nunca tendo cedido a pressões de guerras em ações gloriosas de homens ilustres.

Aragão, França, Babilônia, Itália, Armênia, entre outras geografias, estão presentes na crônica de Castela. Portugal é apenas outra coroa, sobre a qual o cronista fala em termos do direito sucessório que Beatriz deveria passar ao marido. Tal fato é apresentado com naturalidade, sem ressentimentos ou paixões, ao contrário do tom com que se refere à Inglaterra, inimiga natural da França, reino apoiador de Castela. O tom da narrativa sugere a traição portuguesa, ao permitir a entrada inglesa na Península Ibérica. Em contrapartida, Portugal recebe o suporte da Inglaterra nas investidas contra Castela, para reaver o que considera seu de direito, também por questões matrimoniais. As tentativas de D. Fernando em fazer guerra contra o reino vizinho aparecem como importante pano de fundo para demonstrar o suporte inglês a Portugal, com armas e dinheiro.

Otras veces, estando el Rey y D. Juan en Salamanca, oyeron nuevas de que Monsen Aymon, conde de Cantabrigia, aficionado al Rey de Inglaterra, que después había de ser duque de York, estaba dispuesto a ir a Portugal, para ayudar al Rey y a D. Ferrando de Portugal contra él, que traía consigo mil Omes de armas, mil Frecheros, y que traía la voz y demanda del Duque de Alencaster su hermano del derecho que tenía al Reino de Castilla, por doña Costanza su fija mujer del Rey D. Pedro. Otra vez oyó el Rey Don Juan la nueva de que Mosén Aymón ya estaba en la mar para venir a Castilla: otra vez oí la nueva de que el Rey Ferrando de Portugal le quería hacer la guerra, y que cada día se prepararía así en armar galeras y una gran flota, como en pagar a toda su gente por tierra y sueldos.<sup>96</sup>

É evidente que o autor não chega a considerar que a verdadeira disputa seja contra Portugal, um ator político considerado inferior naquele contexto, mas contra o Duque de Lancaster. França e Inglaterra estavam num patamar superior, uma posição que Castela desejava alcançar.

Desde sopo el Rey Don Juan como Mosen Aymon Conde de Cartabrigia, é los ingleses que con él venian eran llegados á la cibdad. de Lisbona, envióle sus cartas, por las cuales le facia saber, que él sopiera como el dicho Mosen Aymon, é muchos buenos Caballeros usados de guerra, e Omes de armas eran llegados á Lisbona por facer guerra em el Regno de Castilla so título é voz del Duque de Alencastre en ayuda del Rey de Portugal.<sup>97</sup>

Após tal peleja, os dois reinos voltam às negociações matrimoniais, com a mão de D. Beatriz novamente colocada como condição, só que, desta vez, com outro interessante arranjo político. O rei de Castela tinha dois filhos, sendo o primeiro, Henrique, natural herdeiro do trono de Castela. O segundo era Fernando, que, se viesse a se casar com D. Beatriz, herdaria o reino de Portugal, mas sem a necessidade de unir os reinos. Ainda que houvesse a possibilidade de Castela ter preponderância política por meio dessa situação. De forma que, então, a paz

---

<sup>96</sup> Ibidem, p. 152.

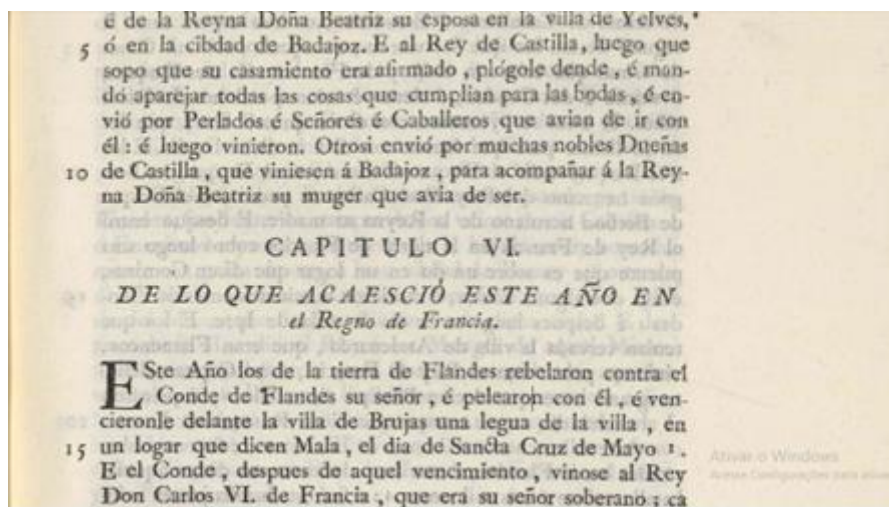
<sup>97</sup> Ibidem, p. 154.

retorna, mas por pouco tempo. A rainha D. Leonor de Castela, esposa do rei Juan falece, sendo proposto então o casamento entre o próprio rei e a filha de D. Fernando de Portugal, Beatriz. Isso muda a situação.

Mais adiante, depois da morte do monarca português, o rei de Castela percebe que o Mestre de Avis liderava, a partir de Lisboa, um movimento de resistência à união dos reinos. Mas, outros conselhos continuam a chegar aos ouvidos do rei, sobre a possibilidade de se unir a D. Leonor, para que ela, por meio da distribuição de mercês, conseguisse angariar apoios para Castela. Outros conselhos diziam ser melhor prendê-la, haja a vista o fato de ela estar resguardada por tratados assinados com D. Fernando. O rei seguiu o segundo conselho, prendendo-a em Tordesilhas. A crônica registra ainda outros conselhos sobre cercar ou não Lisboa em tempos de peste. O rei a todo tempo é retratado como permeável às manipulações de dois ou três grupos, que oferecem múltiplas possibilidades, com resultados inconstantes.

Como ocorre frequentemente no texto, a história com Portugal é interrompida por acontecimentos na França.

**Figura 6.** Crônicas de los Reyes de Castilla



LÓPEZ DE AYALA, Pero. Crônicas de los Reyes de Castilla. Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III, por Pedro Lopez de Ayala, Chanciller Mayor de Castilla. Cap. VI, p.163.<sup>98</sup>

Em um dos momentos da crônica, referem-se assédios de importantes homens de Portugal para garantir o direito do rei castelhano, entre os quais surge o nome do Mestre de Avis. E é desta forma que ele adentra a cena. Teleologicamente e, ironicamente, Juan de Castela foi convidado a invadir Portugal pelo futuro D. João I.

<sup>98</sup> Parte frequente da crônica que busca contextualizar a própria história a partir de diacronias francesas.

Fechas de las Cortes de Segovia, salió de allí el Rey, pasó por los puertos, y fue a tierra de Toledo a un lugar que dice Torrijos: era su deseo ir a Sevilla. Estando en el mes de octubre de este año, oí nuevas de que el Rey Fernando de Portugal, su suegro, había muerto; aun he oído cartas de grandes esposas del Reino de Portugal en que me avisan, pidiéndole que por favor fuese allá. Y el primer nombre del Reino de Portugal que le escribió por haber muerto el Rey Ferrando, y urgiéndole que fuese o tomase el Reino de Portugal, que por derecho pertenecía a la Reina Beatriz su mujer, fue Juan Mestre Davis, hermano del Rey y de Fernando de Portugal, que después se llamó Rey de Portugal, según Oyredes. Y el Rey salió de Torrijos, fue a Toledo, y allí hizo 15 complacencias del Rey de Portugal. Y luego tomó voz y armas de Portugal: y de esto no suplico a todo vuestro consejo; que algunos quieren que yo asista primero a saber la voluntad de los del Reino de Portugal.<sup>99</sup>

O rei era aconselhado de duas formas. A tomar Portugal por ser esposo de D. Beatriz, a herdeira de D. Fernando, e a não invadir Portugal, mantendo-se cumpridor dos acordos diplomáticos, enviando embaixadores e não soldados.

Toda sorte de possibilidades para a entrada do rei castelhano em Portugal foram consideradas: invadir, negociar, e até modificar o tratado. Mas o principal conselho foi oferecido pelo Bispo da Guarda, conselheiro do Rei D. Fernando e, depois de D. Beatriz, quando esta se casou. Apresentado como bom e honrado, informa ao rei de Castela que sua cidade, a Guarda, localizada na fronteira entre os dois reinos, era forte, e que todos lá o obedeciam. Acreditando nessa informação, Juan I partiu para a Guarda.

No capítulo XII da crônica, o autor inicia a narrativa do que se passou em Lisboa, após a morte de D. Fernando. Um cavaleiro da Ordem de Santiago leva cartas aos importantes estamentos portugueses, comunicando que D. Beatriz, como única herdeira do trono, seria rainha, e Juan de Castela, na qualidade de marido, rei. Cavaleiros e senhores informam estar de acordo com a situação, e o capítulo seguinte intitula-se “Como as pessoas tomaram voz por D. Beatriz em Lisboa”. Entretanto, várias apoiaram outro D. João, irmão de D. Fernando e do Mestre de Avis, que havia sido preso a mando do rei de Castela. O Mestre é mencionado pela segunda vez na crônica pois sua importância é, até aqui, considerada pequena na perspectiva castelhana, mas aumentará mais adiante, acusado de se fazer chamar de rei de Portugal, ou, como registra o cronista: o autoproclamado. O Mestre adentra com quarenta homens o palácio de D. Leonor, armados e cobertos, matando o Conde Andeiro. Logo, correu a voz de que o Mestre havia sido assassinado, causando a ira do povo de Lisboa, que se acalmou apenas quando se esclareceu o engano. O Mestre segue tomando conta da cidade. A narrativa sugere a imagem de alguém que vai conquistando e tomando o poder através da persuasão e das armas, aproveitando-se de um vácuo de poder. D. Leonor, quando percebe que arriscava a vida ao

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 175.



disputar o trono, negocia suas prerrogativas e foge para Alenquer. Na percepção da crônica, tal fuga soa como renúncia.

QUE FUE ANO DEL NASCIMIENTO DE  
 Nuestro Señor Jesu-Christo de mil treientos é ochenta é quatro;  
 é del Criamiento del mundo, segund la cuenta de los Hebreos,  
 cinco mil ciento é quarenta é quatro; é de los Alárabes,  
 en que Mahomad comenzó su seçla , setecientos  
 é ochenta é seis. i  
 CAPITULO I.  
 COMO EL REY DON JUAN FUE PARA  
 Santaren, e lé renunció la Reyna Doña Leonor su suegra,  
 el governamiento del Regno de. Portugal.

Querido pelo povo de Lisboa, como líder carismático, porém sem direitos pelo signo da bastardia, o Mestre lidera um terceiro partido. Os partidários de D. Beatriz começam a diminuir, e, na interpretação do autor, aumentam os motivos das rusgas e inimizades entre Portugal e Castela.

La Reyna Doña Leonor /quando oyd que esto era fecho, ovo grand miedo de estar en la dicha cibdad de Lisbona, é trato con el Maestre D avis, que estava ya apoderado en la cibdad, sus pleytesias, é partid de alli para Alanquer, una villa é castillo cerca dende, é luego fuese para la villa de Santarem, é alli estovo. E el Maestre Davis finco en la cibdad de Lisbona muy apoderado della, é bien quisto, é de todos bien amado é querido: é todos los que con él eran decian públicamente, que non querían aver por Reyna á la Reyna Doña Beatriz muger del Rey Don Juan de Castilla, nin al Rey Don Juan por Rey, salvo seyendo el Maestre Davis Regidor del Regno. E fué creciendo la enemistad entre los de Portugal é los de Castilla.<sup>100</sup>

A guerra se aproximava, como resultado do cenário de instabilidade, contando com apoiadores aristocratas portugueses de Castela e de Beatriz, que outrora receberam mercês e favores de D. Fernando.

O capítulo VI se ocupa em explicar, pelo viés jurídico, as estratégias adotadas para o Mestre de Avis se proclamar rei de Portugal. O cenário é Coimbra, onde se reúnem mestres, cavaleiros, letrados, procuradores de Lisboa e de outras cidades. Estes o convencem o Mestre

---

<sup>100</sup> Ibidem, p. 184.

que, pelo fato de D. Fernando não ter tido filhos herdeiros, por ele descender da mesma linhagem real, e por ter demonstrado ser um bom defensor do reino, poderia, portanto, proclamar-se rei. Mas, pela crônica, outros grupos defendiam diferentes soluções, como esperar o nascimento de um filho de Beatriz ou a volta do outro irmão preso, chamado também João, pelo que o Mestre deveria apressar-se. Em Coimbra, a estratégia de fazer-se rei através do convencimento dos letrados, parecia funcionar.

Adiante, o autor relata como o Mestre se legitima em outras praças-fortes que antes eram pela rainha D. Beatriz. A sublinhar que, sempre que o Mestre de Avis é mencionado, o cronista acrescenta: aquele que se fez chamar de rei de Portugal.

E el Maestre D avis, que se le llamaba Rey de Portugal , desde ovo cobrado la villa é castillo de Guimaranes, gano' en aquella comarca la cibdad de Braga, é otro lugar que dicen Puente de Lima , do' estava um Caballero natural de Galicia que decian Lope Gómez de Liria, que era Merino de aquella tierra de entre Duero é Miño por el Rey de Castilla, é por la Reyna Doña Beatriz su muger: el qual fizo mucho por le defender; pero algunos Portugueses que eran con él dieron la puerta de la villa al Maestre D avis, que se llamaba Rey de Portugal, é despues fué el dicho Lope Gómez de Liria combatido, é puesto fuegos á las puertas del castillo que estaba, en guisa que lo *non* pudo sufrir, é tomáronle preso á él , é á su muger é fijos. E así gand el dicho Maestre Davis todos los otros logares daquela comarca, salvo la villa de Valencia sobre Duero, que la tenia Ferrand Perez de Andrade, Un Caballero de Galicia <sup>101</sup>

Ocorre a batalha de Trancoso, onde a ordem era acabar com todas as plantações de cereal e vinhedos da cidade. Na percepção castelhana, a guerra é uma constante sucessão de batalhas, que vão tendo consequências como o aumento das rusgas e o excesso de maus conselhos que se arrastam até Aljubarrota. Entrar ou não em alguma cidade, sair para curar-se e depois voltar, aproveitar o ensejo e dominar Portugal de vez, enfim, todas as possibilidades são frequentemente descritas na narrativa como as vozes do conselho que acompanhava o rei de Castela, que estava disposto a arriscar tudo no campo de batalha.

Entre os fatos que ocorreram antes do confronto, destaca-se uma carta de Nuno Álvares Pereira ao rei de Castela, tentando um acordo para evitar o enfrentamento. Mas, se tal não fosse possível, que fosse feita a vontade divina.

Diredes al Rey de Castilla, que mi señor el Rey de Portugal, é todos los suyos naturales del su Regno de Portugal, que están con él, le dicen de parte de Dios, e de Sant Jorge, que él non quiera destruir la su tierra de Portugal: é que por servicio de Dios, seyendo guardada la honra de mi señor el Rey de Portugal, é fincando el Rey mi señor Rey de Portugal, que él farà con el Rey de Castilla buena avenencia aquella que fuere razonable. E non queriendo el Rey de Castilla dexar, nin desembargar, é partirse del dicho Regno de Portugal

---

<sup>101</sup> Ibidem, p. 217.

libremente, mi señor! el Rey de Portugal lo pone en la mano de Dios, é lo quiere librar por batalla, é quiere sobre esto atender el juicio de Dios.<sup>102</sup>

Em resposta:

Decid vos á Nuño Alvarez Pereyra, que él sabe bien com o yo casé con la Reyna Doña Beatriz mi muger fija del Rey Don Ferrando de Portugal, é fice bodas con ella, en la mí cibdad de Badajoz, é el Maestre Davis, que se llama REY, é todos los otros Grandes del Regno de Portugal vinieron y , é le besáran la mano por su Reyna, é señora del dicho Regno de Portugal, é á mi asi como su marido, despues de los dias del Rey Don Ferrando: é de esto ficieron sus ciertos tratos, é lo juraron sobre el Cuerpo de Dios. E que yo he derecho i este Regno de Portugal por la dicha Doña Beatriz mi muger; é si el dicho Maestre Davis, é los que con él son, quieren venir á la mi merced, non catando el mucho deservicio que me han fecho é facen, yo partiré con ellos este Regno, asi en tierras, como en officios grande, é honradas mercedes, en guisa que ellos sean pagados. E si esto non quisieren, salvo perseverar en su rebeldía é desobediencia, é lo quieren librar por batalla, yo tengo que Dios me ayudará con el buen derecho que yo hé: é que yo los iré buscar.<sup>103</sup>

Segunda-feira, décimo quarto dia, na véspera de Santa Maria de Agosto. Um rei que estava doente há quinze dias, olhando para um campo plano. Os principais cavaleiros, como Nuno Álvares Pereira têm uma última conversa antes da batalha na qual os do lado de Castela afirmam terem sido assinados tratados por D. Fernando e jurados em nome de Deus pelo casamento de D. Beatriz e D. Juan, e que D. Leonor havia renunciado. Pelo lado de Portugal, acusa-se a invasão às terras portuguesas não respeitando os mesmos tratados mencionados, tendo sido, portanto, o Mestre o defensor e regedor do reino. A batalha aconteceria por juízo e por direito, mas observa-se que nenhuma das partes respeitou o tratado, no qual se estipulava que D. Leonor deveria assumir o trono até que o rei de Castela e D. Beatriz tivessem um filho que completasse quatorze anos. E ambos sustentaram suas posições, recorrendo a argumentos jurídicos, políticos e militares. D. Leonor, pela percepção portuguesa, trai e foge para Castela, contando que o genro assumiria o trono, mas acaba presa em Tordesilhas com outras “donas”. Mas, pela narrativa castelhana, ela renunciou antes, e foi presa por cautela.

Retornando à batalha, doente e em campo fechado, estava D. Juan, com um dos conselheiros que conversara com Nuno Álvares Pereira, alertando-o sobre todas as vantagens em batalhar naquele dia. Final de tarde, calor, fome, cansaço, sede e a ausência de algumas alas militares portuguesas, além da superioridade no número de soldados de Castela. Além disso os suprimentos eram suficientes para mais dias, caso a batalha não se resolvesse rapidamente, diferentemente de Portugal que não se preparou logisticamente da mesma forma. Se os

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 226.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 227.

portugueses não vencessem a batalha, rapidamente, desistiriam. Bastava, portanto, resistir um tempo, pois o medo do inimigo era notório, e sua fuga, hipótese quase certa.

No entanto, Portugal não esmoreceu diante das estratégias do inimigo e lutou com o que tinha, dando início à batalha de forma amadora, literalmente com pedradas, sendo acusado na crônica de não respeitar antigas regras, lutando seus exércitos como primatas, chegando a infringir a regra de burlar o ataque por trás.

Los Peones é Lanceros de Portugal eran muchos, é tiraban muchos dardos é saetas, é piedras, en guisa que los Caballeros non podian entrar en ellos. E aún, segund dicen, ovo otro daño, que los peones de Portugal fuyeran salvo por los de caballo de Castilla que estaban á sus espaldas de aquella parte, é non podian salir: é asi forzadamente se avian á defender é pelear. E esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar em las batallas, que nunca ome debe poner a su enemigo en las espaldas ninguna pelea, por le dar logar para foir.<sup>104</sup>

Pela primeira vez, surge Aljubarrota: uma aldeia próxima ao campo de batalha. O rei castelhano estava adoentado e fraco e os responsáveis pelo seu bem-estar colocaram-no em uma mula, e quando viram que os demais soldados recuavam, o levaram para longe do teatro de operações.

Meia hora é o tempo que o cronista afirma que durou a batalha, e como nossa fonte, em meia página a batalha teve início rápido, meio e fim. As consequências durarão mais que a batalha em si.

O rei ao perceber que perderia a “desbaratada batalha” partiu para Santarém, a cavalo. Foi informado dos muitos importantes nomes que partiram em Aljubarrota. Um texto que é finalizado com tons suaves de *mea culpa*. Percebemos, então, a pouca importância de Aljubarrota para a crônica, cuja atenção vira-se para outras paragens, principalmente para a França.

## 2.2. A batalha de Aljubarrota na crônica de Fernão Lopes

(...) Fernão Lopes estava historiando os antecedentes de uma crise que poderia ter seus antecedentes na própria concepção de monarquia abraçada pelos herdeiros de João I, sua tarefa, construir a representação dos fatos do passado, mas era homem do seu tempo, desígnio do qual ninguém conseguiu fugir.<sup>105</sup>

Pouco se sabe sobre este homem pobre de origem humilde, que chegou a guarda-mor da Torre do Tombo, e dedicou-se a escrever a *Crônica de D. João I*, por volta de 1440 e

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 234.

<sup>105</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (Séculos XIV E XV):** O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 55.

1448”<sup>106</sup>. Em grande diversidade de textos, arquivos e sites, ao pesquisarmos a respeito de Fernão Lopes é fácil deparar-se com a frase: “pai da verdade nua e crua”<sup>107</sup>.

A verdade, associada ao autor, apoia-se em um formato de escrita, na qual é percebido o natural ato de narrar de forma pensada e moralizada, orientada pelos arquivos e fontes, incluindo a crônica de Pero López de Ayala.

Ao ser convocado a escrever crônicas de importantes reis, Lopes imbuí-se também de um papel político, utilizando conceitos que carregam preceitos morais, pedagógicos e religiosos, que se confundem com fatos, mas, ainda assim, classificados como verdadeiros. É de suma importância relacionar Lopes a todo um tempo póstumo que sabidamente é conhecido como glorioso e áureo, cujos atores assumem o papel de marco inicial da própria Dinastia de Avis, do qual a Batalha de Aljubarrota é parte essencial.

É na Biblioteca de Clássicos Portugueses que encontramos a Crônica de El-Rei D. João I, escrita por Fernão Lopes<sup>108</sup>. No prólogo, de autoria do conselheiro Luciano Cordeiro, Lopes é chamado de patriarca da história portuguesa e segundo fundador da nação. A crônica de D. Fernando, que antecede a saga de Avis, denuncia a bigama, traidora e amante Leonor, preparando a criação do Estado português. Para o autor do prólogo, a narrativa é filosófica e oferece verdades sequenciais. Ele ressalta o que considera um disparate doutrinário de Castela, no sentido de querer constituir uma obsessiva trama permanente chamada de União ou Federação Ibérica, sempre combatida bravamente por Portugal, por séculos, desde o Mestre de Avis.

A chronica do Rei de «boa memoria» que foi, a bem dizer, o segundo fundador da Nação, é a necessaria illação da do Rei « Formosos que abre, com as suas loucuras e com a sua subserviencia à traição machinada pelas ambições da Rainha bigama, - aos dois maridos, adultera --- a terrível prova real da consolidação do Estado e do Povo portuguez. Vae este provar se deve desaparecer, perante a Historia e o Futuro, na massa obscura e informe dos povos sem nome; - se os prodomos singularmente gloriosos da sua existencia militante, se a intrepidez, a habilidade, o valor, a vontade heroica durante três seculos posta, ininterruptamente, na afirmação do seu direito á vida e da sua rasão politica, foram apenas um simulacro de individualidade ethnica e social que podesse ruir e desfazer-se facilmente na conjuração das sofregas cubiças

<sup>106</sup> ZIERER, Adriana. Fernão Lopes, o rei D. João I e a historiografia luso-brasileira: algumas considerações. In: RIBEIRO, M. E.; FRANÇA, S. (Orgs). **A escrita da História de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

<sup>107</sup> GIANES, Bruno. **FERNÃO LOPES (C. 1380/90-1459†)**: Crônica e História em Portugal (Séc. XIV E XV). Niterói, 2009. A “verdade nua” é um *tropos* retórico razoavelmente utilizado e conhecido na época de Lopes. Portanto, o cronista não inventou o termo, mas o utilizou com invulgar qualidade, atribuindo um sentido de objetividade na escrita da história. Fernão Lopes agregou à “nua verdade” expressões como “çertidom de verdade” que até então não faziam parte do repertório cronístico. Resta avaliar o efeito persistente dessas inovações numa cultura de língua portuguesa.

<sup>108</sup> Biblioteca de Clássicos Portugueses. A Chrônica de El-Rei D João I. Escriptorio 147 – Rua dos Retrozeiros 147. Lisboa. 1897.

da visinhança e das perfidas ambições de uma camarilha de aventureiros e traidores. Como vimos, na Chronica de Dom Fernando, Leonor Telles, por consolidar a sua realesa bastarda, enxertando-a definitivamente na sucessão realenga, mal vira viuvo o Rei de Castella mandara oferecer-lhe a filha, a Infanta Dona Brites, alcovitando-lhe a posse apetecida de Portugal. Com a mesma luminosa singeleza com que nos contou a pulha sugestão da camarilha e o alvoroço alegre dos cortesãos e politicos castelhanos, vae dizer-nos Fernão Lopes ---- « breve e saãmente) --- como e o povo portuguez respondeu ao odioso trama e ao novo ensaio da singular obsessão que havia de acompanhar a historia de Portugal e de Hespanha até se transformar nos nossos dias, no disparate doutrinário conhecido pelo nome de « união » ou de « federação iberica).<sup>109</sup>

Como não podia ser diferente, na parte das Licenças estampa-se o carimbo da igreja e a justificativa escrita por D. Fr. Adrião Pedro, em 1642, que anuncia a ligação entre a historiografia aprovada, a igreja e a doutrinação comportamental necessária a um país que almeja ser modelo.

Por mandado do Conselho Geral do Santo Officio, vi esta primeira parte da Chronica de El-Rei D. João, o primeiro de gloriosa memória, composta por Fernão Lopes, escrivão da Puridade do infante D. Fernando e não tem cousa que encontre nossa Santa Fé, ou bons costumes, antes será mui proveitosa para animar os portugueses d'este nosso tempo, a que com maior fervor defendam o seu reino, imitando tão gloriosos antepassados.<sup>110</sup>

Adiante temos mais nove aprovações, além da supracitada, entre bispos e outros nomes que consideram que a crônica de El-Rei D. João não atenta contra a fé e os bons costumes dos portugueses, e que, pelo contrário, demonstra zelo pela honra de Deus, amor à pátria e a seus gloriosos feitos. Após ser conferida por todos, unanimemente se concorda em imprimir a obra que terá a grandiosa missão de celebrar o passado que seja formatará o futuro.

A iniciar, quase em tom bíblico, o autor do prólogo aconselha o leitor a ficar longe de outros textos, ou seja, apócrifos, que devem ser rejeitados ou considerados falsos. Muito provavelmente esteja se referindo às crônicas de López de Ayala.

Entraremos na crônica de Fernão Lopes no momento em que a rainha assume como regente. De acordo com o cronista, D. Fernando deixou muitas pessoas na pobreza pelos seus excessos de gastos em batalhas, troca e desvalorização de moedas. Ouvia mais os conselhos dos estrangeiros – certamente referia-se aos ingleses - que queriam obter ganhos. Logo, seria importante que a rainha olhasse pelos seus.

Porende, senhora, se queres ser guardada de semelhantes males, parece-nos que é bem que faleis vossos feitos com os bons e naturaes do reino – Senhora, disseram eles, porque o tesouro e fortaleza por que estes reinos foram sempre defezoz e amparados do que lhes avir podia foi bom regimento e conselho

<sup>109</sup> Ibidem p. 6-7

<sup>110</sup> O. D. Fr; Adrião Pedro. Lisboa no Convento da Santíssima Trindade, em 27 de outubro de 1642.

segundo Deus e consciência, e por mingua d'isto, nos tempos que ora passaram, se seguiu muito o contrário, é bem que hajaes em vosso conselho alguns prelados que sejam naturaes d'estes reinos, e não gallegos, nem castelhanos, e dois homens bons cidadãos e entendidos da comarca da Beira, e de Traz os Montes, e d'Entre Douro, e Minho, e do Algarve, dois de cada uma comarca; estes com os do vosso conselho, hajam cargo do regimento do reino em todas as cousas que cumprir. E podeis tomar assentamento em Santarém ou em Coimbra, ou partir o anno por ambos os logares, com as pessoas que dissemos, e serdes um dia ou dois na doma com eles em relação, para vos dizerem o que fizeram e accordaram nos outros dias, e com eles livrardes todos os feitos e demandas do reino.<sup>111</sup>

No início de seu governo uma metáfora de acordos entre o povo e a rainha estava selado com deveres e cumprimentos. Quando o rei de Castela e sua esposa, filha de D. Leonor, descobrem a morte do monarca português, requerem o trono. A rainha tratou de agradar a nobreza da cidade para buscar apoio que garantisse o direito a governar, posto que defendesse que o trono no futuro fosse de sua filha. O povo começou a considerar que a rainha e sua filha estavam entregando o reino e o povo de Portugal a Castela.

Os da cidade quando isto ouviram, não lhes foi mais saberem que haviam d'apregoar arraial pela rainha de Castela sua senhora, ca ouvirem que os haviam todos de lançar em captivo de mouros, e foi um grão murmúrio e torvação entre eles, dizendo uns contra os outros – Agora se rende Portugal doado, que tantas cabeças e sangue custou a ganhar quando foi filhado aos mouros.

“Arraial, arraial por D. Beatriz”. Um costumeiro grito que não encontra eco nos demais locais da cidade, como ruas, praças e igrejas, e que, pelo contrário, provoca desprezo pela nova condição. Uma péssima hora para se tornarem castelhanos. Apoiar o reinado de Beatriz era o mesmo que unir os reinos, e os portugueses perderem a soberania. O Arraial era por D. João. Uma espada é sacada e o povo segue rumo ao castelo para aniquilar qualquer um que impedisse de ser português.

O rei de Castela ao perceber a movimentação do povo contra sua esposa escreve muitas cartas solicitando apoio à rainha, pois ela era a única herdeira legítima, e a ele como rei e marido. Muitas mercês seriam dadas aos que os apoiassem, para fazer cumprir o Tratado de Salvaterra de Magos. É o fim do terceiro e último volume da crônica de D. Fernando e início da grande e nova era, que se inicia com D. João.

A morte do Conde Andeiro é rapidamente justificada por ser um traidor que dormia com a esposa do rei, de quem tantas mercês recebera. O Conde e D. Leonor estavam constantemente acompanhados por pessoas inconfiáveis e próximas ao reino de Castela. Além disso, observa-se o tom de denúncia que acompanha D. Leonor, por ter sido casada anteriormente, e, portanto,

---

<sup>111</sup> Ibidem, p.185.

não ser o enlace com D. Fernando considerado plenamente legítimo, o que influenciará também na desconfiança de D. Beatriz como filha e herdeira deste rei.

Inicialmente, o Mestre ainda reverencia a rainha, inclusive fazendo-lhe a vênua cerimonial. Mas, logo em seguida, a acusará de desrespeitar o Tratado com Castela. E, após detalhados diálogos, ao final do capítulo X, surge o já mencionado boato, que na escrita de Lopes adquire estratégia de inversão, dando lugar ao processo de entronização de D. João.

E mandou logo Fernão D'alvares e Lourenço Martins que fossem cerrar as portas, que não entrasse ninguém, e dissessem ao seu pajem que fosse á pressa pela vila bradando: Que matavam o Mestre; e eles o fizeram assim. E era o mestre, quando matou o conde, em verdade de vinte e cinco anos, e andava em vinte e seis, e foi morto a 6 dias de dezembro, era já escrita de 421.<sup>112</sup>

A rainha parte para Santarém, no capítulo XXXI, não sendo expulsa, mas avisada de que deveria retirar-se. Assumem protagonismo Nuno Álvares Pereira e sua linhagem. O enaltecimento do Condestável começa antes da batalha, dedicando uma página inteira à enumeração de suas virtudes e glórias. O cronista chega mesmo a manifestar sentir-se honrado de poder tecer tais louvores.

Nuno Álvares Pereira tem um papel bastante especial, e entende-se que grande parte dos escritos de Fernão Lopes venha da Crônica do Condestável. Para Lopes, que busca legitimar D. João pela guerra, associar este a um nobre soldado, inspirado na literatura arturiana, era de grande eficácia. O apoio às armas precisa de um símbolo dissuasório (Nuno Álvares Pereira), o símbolo do temor (Castela) e principalmente quem financie a investida. No reinado de D. Fernando, o financiamento para os ataques contra Castela é questionado e criticado pelo cronista, porém, no reinado de D. João, torna-se aplaudido e necessário. Fernão Lopes não considerou que os ataques efetuados no reinado de D. Fernando também modificaram o pensamento castelhano sobre defesa e segurança, e que para algumas concepções, atacar é também defender-se. Nuno Álvares Pereira, para o cronista, é ídolo e defensor, no ontem e no hoje, sendo necessário narrar seus grandes feitos, como forte suporte às estratégias de armas do Mestre de Avis.

E podendo nos largamente ordenar seus prudentes feitos isto seria a vós graciosa lembrança e coisa mais doce que ligeira de fazer. Mas quem poderá dignamente contar os louvores deste virtuoso barão, cujas obras e discretos autos, sendo todos postos em escripto, ocupariam grande parte deste livro? Certamente nos fora singular prazer, se em sua história podemos seguir a ordenança dos que ditam as coisas em vida daqueles a que acontecem, descendendo a louvar cada uma bondade em si, pois cada uma das virtudes são merecedoras de seus pregões; mas ora depois de seu passamento, mortos

---

<sup>112</sup> Ibidem, p. 44.



ou mais dos que lhe foram companheiros, já de seus bons feitos mais gastar não podemos senão as escassas relíquias dele.<sup>113</sup>

A vida do Condestável, dos familiares e de seu casamento é destrinchada em pormenor. A história explica como ele acaba por servir ao Mestre em Lisboa e a decisão de ambos de tomarem certos castelos. Capítulo a capítulo, vão tomando um a um. Com corações divididos, os poderosos com a Rainha e os mais pobres com o Mestre, depois da tomada de Lisboa, este passa a ser considerado regedor e defensor do reino. Esse importante momento é apresentado na crônica por meio de vocativos, associando-se a palavra “defensor” ao papel militante de D João. Já não importava cumprir as regras sucessórias ou o teor dos tratados, mas defender Portugal do ambicioso reino de Castela. A condição da bastardia é substituída pela de guerreiro defensor.

Mais adiante, um forte maniqueísmo toma conta da narrativa lopeana. Para a arraia miúda, D. João é o Messias contra os castelhanos, traidores cismáticos. Na disputa da praça de Portoalegre, por exemplo, a gente miúda com “ventre ao sol” batalha pela defesa do castelo, sem armas e sem capitão, contando apenas com a proteção divina. Repete-se a cena em Estremoz. São os “verdadeiros” portugueses assumindo cada vez mais a ação e o poder. Quem não estivesse com o Mestre não era verdadeiramente português e seria lançado “muro a fundo”. Lutar, antes que cair em odiosa servidão a Castela. O Mestre ganha a cidade do Porto também com apoio da arraia miúda, e a narrativa vai envolvendo o leitor com um contagiante movimento popular, que vai dando suporte ao Mestre na proteção do território. Como nos relembra o autor, gente nascida na sua própria terra.

Desenha-se o retrato da vida do cronista, geralmente associado à arraia miúda. Notoriamente, ele promove a sua origem social, por meio da qual se coloca ao lado do Mestre e o legitima. O povo miúdo, com homens e mulheres, ajuda, inclusive, na tomada de castelos. A jornada do Mestre até Aljubarrota passará por muitos nomes e detalhes, mas opto por retomar a partir do capítulo XXXV, quando menciona estar o rei de Castela doente, e, sendo mal aconselhado, decide seguir adiante. Detalhes em diálogo. O rei de Castela pergunta aos seus como era a ordenança de Portugal, considerando entrar por suas fronteiras e vencer rapidamente, por ter confiança da superioridade numérica e técnica de seus exércitos. O resultado: homens famintos e sedentos, sofrendo com forte calor. Neste ponto, Lopes aproveita para demonstrar seu conhecimento da arte de guerrear. Castela considerava-se em vantagem, o

---

<sup>113</sup> Ibidem, p. 99.

que parece incomodar o autor. Que Deus seja o juiz dos poucos, porém desesperados, portugueses que “não receiam a morte e nem prezam a vida”.

O autor tinha bastante noção de que estava historicizando um tempo, e parece acusar López de Ayala, cuja narrativa retrata os invejosos inimigos.

Outros, em favor dos castelhanos, tiveram outro modo, e foi este: nomearam dos portugueses muito mais conto dos que eram, e dos seus cessaram de todo, por sua mingua não ser enseprada, de guisa que quantos mais portugueses pousessem, tanto era mais por sua honra e menos prasma de seus inimigos, e nomeando a multidão de Castela e a pouquidade d’el rei de Portugal era-lhe muito mór vitupério, e aos portugueses muito maior honra, assim que dos seus, que sabiam o certo, não quiseram escrever nenhuns, e aos que não eram em conhecimento puseram numero por conto assinado, e isto não foi por abreviar leitura, nem falar mais cerceado, mas por abater a honra alheia dizendo que os portugueses eram duas mil e duzentas lanças e de homens a pé e besteiros dez mil, cujo desvairo d’arrazoar bem nos deu cuidado de saber como isto era, porque não cumpre afirmar a coisa duvidosa em encobrir o que é mito certo, para que digamos o Mór número dos inimigos por desfazer neles, nem menos conto dos portugueses por serem por si mais louvados certamente não é de fazer, cá o cronista há de ser muito certo em seu razoar, e porém antigamente nenhum era ousado escrever história, salvo aquele que visse a coisa ou dela ouvisse comprido conhecimento, porque a historia há de ser luz da verdade e testemunha dos antigos tempos, e nós posto que as não víssemos, de muito revolver livros com grão trabalho, e diligência ajuntamos as mais chegadas à razão, e em que os mais dos autores pela maior patê consentem e porém danamos e reprovamos, e havemos por nenhuma quaisquer crônicas, livros e tratados quem com esta verdade não concordam, assim que deixando tais desvários de historiar, por a verdade desta coisa melhor ficar em memória, e a bondade dos portugueses não haver de parecer por escritura de seus invejosos inimigos, como se por ali tomassem vingança, sabei que as gentes de ambas as partes eram estas e mais não. O rei de Portugal havia por todas mil e setecentas lanças, delas não bem corrigidas, e de besteiros oitocentos, e de homens de pé quatro mil, que eram por todos seis mil e quinhentos.<sup>114</sup>

O texto é bastante específico sobre a quantidade de soldados de cada lado, assim como a exatidão das suas armas. Castela estava com franceses, gascões e outros estrangeiros. Dois mil ginetes, oito mil besteiros, quinze mil homens a pé, somando todos, quase trinta mil. Exército bem aparado com mulas e carretas com mantimentos e armamentos, e uma rica sorte de animais. Início de batalha, cada rei ordenando a seu tempo. Os desagradáveis bacinetes como principal arma de defesa, bem como rosas e ramos, e o escudo de São Jorge. O sol partindo as horas ao meio, a ponto de dar tempo de uma inversão no terreno, colocando o exército português virado na direção de Leiria, trocando vanguarda pela retaguarda. A vanguarda e o terreno também estavam do lado português. A simbólica arte da guerra lopeana vai se desenhando.

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 143-144.

Ali não havia melhoria do campo que os portugueses tivessem escolhido nem montes nem vales que torvassem seus inimigos, como alguns mal escrevem em seus livros querem conta, cá todo era campina igual, sem nenhum estorvo a ambas as partes, o qual o trilhamento das bestas e passar dos homens tornou assim raso e tão chão como praino rocio, sem erva nenhuma, e a vantagem que os portugueses tinham era esta.<sup>115</sup>

Com o alvorecer do dia, registra-se um dramático diálogo, em que um fidalgo de Castela diz ao seu rei:

Senhor, é muito certo e sem nenhuma dúvida que vos haveis de vencer esta batalha, e vedes senhores que eu entendo, eu já fui já em sete batalhas campais, e com esta são oito, e digo-vos que nunca vi tão ledos vultos d'homens, sendo tão poucos combatentes e haverem desesperar tantos para pelejar com eles.<sup>116</sup>

O Condestável estava montado em seu cavalo, entre vanguarda e alas, movimentando-se de um lado para outro, com escudo no braço, levando o leitor a compartilhar esses movimentos iniciais da batalha, sob as suas ordens, com belas falas “doces e compridas de grande esforço”<sup>117</sup> a defender a guerra justa por seu reino, por sua igreja, pela Mãe de Deus, que tornar-se-ia sua advogada, e o glorioso São Jorge, seu capitão e ajudante. Para o autor, é certamente uma batalha terrena e divina, em que o Condestável, qual santo guerreiro, grita por Portugal.

Um conde castelhano envia uma espada guarnecida, para tentar um acordo, mas respondem-lhe com uma faca de chumbo. Do lado de Castela os ânimos eram opostos ao desespero português, pois já davam a batalha como vencida. O autor especifica a quantidade de portugueses que tiveram medo e fugiram, tendo como punição morrerem como animais e covardes.

Portugueses, até trinta, com medo e fraqueza de coração saíram de dentro da carruagem onde foram postos com outros para fugir para Porto de Mós, e os ginetes de Castela que andavam arredor da carruagem viram-no sair e seguiram-nos, a eles cuidando de escapar acolhiam-se a uns valados cobertos de silva, e ali os mataram como porcos à calçada, que não ficou nenhum. A coisa constrangeu os daquela parte a cobrar esforço e não fugir, dizendo que antes queriam morrer como homens, que os matarem como aqueles que fugiam.<sup>118</sup>

E como Deus está costumeiramente ao lado dos vencedores, qualquer sinal é interpretado como prenúncio, como o episódio em que dois irmãos foram mortos, depois que o Condestável os vira entrar numa igreja e assassinar um clérigo. Nesse local fora construída uma capela em homenagem a São Jorge. Quando a batalha se torna mais violenta, com muitas

---

<sup>115</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 161.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 163.

baixas a ambos os lados, D. João pede a Deus para derrubar a bandeira de Castela, bem como o pendão da divisa, e logo alguns castelhanos começaram a recuar. Os portugueses começaram a bradar que o inimigo fugia.

O rei de Castela percebeu que a sorte estava do lado dos portugueses, ao ver sua bandeira caída e seus homens em fuga. Em mazelas é o termo que o autor usa quando o rei pede a morte por não morrer com os seus, e arranca uma confissão deste:

Oh! Deus, que mau rei e sem ventura! Oh! Senhor, dá-me morte aqui onde estou, pois não houve ventura de morrer com os meus! E movendo teso contra uma parede, deu com as mãos nas faces e quedas as palmas no rosto pôs a cabeça na parede e chorando dizia. Oh! bons vassalos e amigos que mau parceiro tivestes em mim que vos trouxe todos a matar e não vos pude socorrer nem ser bom? Oh? Deus, porque deixar um rei tão só e tão desamparado de tantos e bons como hei perdidos? Viverei lastimado em todos os meus dias e mais me valia a morte que a vida. Oh! Senhor, por que me deixaste vencer e de quem? e sermos mortos tantos e tão bons fidalgos e em mãos de quem? Bem posso dizer que em má hora vim a Portugal, pois que fiquei rei sem gente.  
119

Ressalta-se que o mais doloroso não era perder, mas de quem, em tom dramático com uma fala bem construída. Perder para o bastardo Mestre de Avis, de Portugal, não era como ser derrotado por outros reinos. Perder para Portugal seria uma desonra humilhante.

E vós cuideis ora de me confortar por isso que me dizeis? E vós não haveis poder de me dar conforto, vós nem quanto aqui estais, por muitas razões que possas dizer, porque uma coisa não é semelhante a outras, e pensais vós que não sei eu que há muitos reis e senhores aconteceu já isto que para mim houve? Não sou tão simples que isso não entenda, e se vós dizeis que outro tal aconteceu ao meu pai, verdade é que assim foi, mas vos rogo que me digas de que homens e gentes foi meu pai vencido? Foi do príncipe de Gales, que era muito grande senhor, e tão bem-aventurado, que pelejou com o rei da França e o venceu e levou preso a Inglaterra, e de que gentes foi meu pai vencido? Foi dos ingleses que são prol da cavalaria do mundo, entanto que vencido por eles não deixava de ficar honrado, e de quem fui vencido e desbaratado? Fui-o do mestre de Avis de Portugal, que nunca em sua vida fez coisa que montasse que para dizer seja, e de que gentes fui eu vencido? Fui-o de chamorros que ainda que meu Deus tanta mercê fizesse que todos tivessem em cordas e os degolasse por minha mão, minha desonra não seria vingada, porém vos rogo que não me deis tal conforto, nem me ponhas essa semelhança de uma coisa a outra, que há muita diferença.<sup>120</sup>

O desprezo e pouco caso que supostamente Castela fez de Portugal é detalhado a ponto de ouvirmos o tom de ironia do autor para deflagrar o grande final de forma mais impressionante, demonstrado pelos bons e principais vassalos. As baixas de importantes nomes castelhano citados no capítulo adiante são, inicialmente, ironizados como “gabados”, por serem

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 172.

“os que tão sabedores eram de guerra”. São quase duas páginas entre nomes e cargos, e em seguida um enaltecimento aos feitos do rei, comparando a cidade de Lisboa à sua mãe ou esposa.

A narrativa configura um discurso político que remete à fama que Aljubarrota empresta ao rei de Portugal, ao Condestável e aos portugueses que nela estiveram presentes. Aljubarrota vai se findando com marcos, justificativas e consequências. Bandeira e gente importante posta ao chão. Ausência de esperança e fé desse povo sem liderança que começa a ser perseguido sem ter onde se esconder em território português, mais precisamente em Alcobaça, com alta mortandade. Cada rústico aldeão prendia em média de sete a oito castelhanos. O autor reconhece o sofrimento de Castela com a batalha e questiona:

Mas porque desvairados autores discordam na contagem dos que ali morreram colocando milhares de mortos e grande soma de capitães, não dizendo, porém, seus nomes, nós que desejamos escrever certo, sem favor de alguma das partes, não cremos de somas que fizeram salvo da menor que o rei escreveu à cidade de Lisboa, dizendo que seriam os que ali faleceram até duas mil e quinhentas lanças, e os mais dois capitães que ali vinham<sup>121</sup>.

Os castelhanos desistem quando percebem que sua liderança fogia. O desfecho do confronto é sinal de vingança pelos excessivos males que Castela causou a Portugal. Conclui Lopes com a simples frase: “e foi esta batalha segunda-feira, quatorze dias de agosto da era de Cesar de mil quatro centos e vinte e três”.<sup>122</sup>

Depois, alegrias e procissões, uma mescla entre tradições eclesásticas e milagres que se correlacionam às questões numéricas da batalha. Afirmo que se as hostes de Portugal fossem em número semelhante às de Castela, já seria uma batalha complexa, mas como estavam em número bem inferior, certamente era um milagre de Deus. A cidade de Lisboa fez para sempre promessa de não esquecer a batalha.

### **2.3. Aljubarrota nas crônicas de Jean Froissart**

Narrar os feitos das armas. É com tal interesse declarado, que nosso último cronista, Jean Froissart, francês, clérigo e tesoureiro começa a escrita do terceiro livro de suas crônicas, para falar de Aljubarrota na perspectiva francesa, contra o pano de fundo da Guerra dos Cem Anos.

Um enredo com ares arturianos e cavaleirescos, que prefere a batalha ao cumprimento de acordos, como o ocorrido na batalha de Nájera. Nas crônicas de Froissart, assim como nas

---

<sup>121</sup> Ibidem, p. 181 - 182.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 183.

de López de Ayala, veremos novamente uma perspectiva geográfica mais ampliada, e o recurso a supostos testemunhos de primeira mão, ao dar voz aos soldados. Hospedado em uma estalagem com outros homens de armas, ao viajar pela região dos Pireneus, para retratar a vida dos que ali habitavam, ouve relatos sobre Aljubarrota e seu contexto. Froissart conhece cavaleiros e mercenários que lhe contam suas versões de acontecimentos ocorridos entre Castela, Portugal:

E enquanto estávamos sentados junto à lareira, à espera da meia-noite, quando o conde de Foix ia jantar, o seu primo pô-lo a falar da sua vida e dos sucessos em armas que tinha tido no seu tempo, tanto os lucros como as perdas, pois lembrava-se muito bem de todos eles. Então perguntou-me: "Mestre Jehan, tem alguma coisa na sua história que se assemelhe ao que lhe vou contar? Respondi: "Não sei se tenho ou não. Mas conta-me a tua história, pois terei muito gosto em ouvir-te falar de armas."<sup>123</sup>

O diálogo acima é entre Froissart e Bascot de Mauléon, um mercenário basco, cuja identidade é discutida por historiadores, acreditando uns tratar-se de personagem criada pelo cronista e outros de haver provas de sua existência. A narrativa pretende ser fidedigna sobre a participação de mercenários em Aljubarrota, e sua influência no resultado do combate, algo pouco mencionado nas crônicas castelhana e portuguesa. O romantismo que guia as narrativas anteriores é substituído pela finalidade da guerra como manifestação de interesses de uma certa classe. Nesse sentido, promove-se a guerra como necessidade de manter os contingentes operativos e mobilizados de forma que a classe guerreira se beneficie das circunstâncias que permitem apropriação de riquezas, como botins e saques. Porém, mercenários contratados mediante acordo, a depender do resultado dos confrontos, tornavam-se ociosos. Os tempos de paz eram, assim, bons para alguns, mas nem tanto para outros. Assim relata Mauleón:

Quando as tréguas entre a França e a Inglaterra expiraram, o rei de Navarra deixou de fazer a sua guerra, pois foi feita a paz entre ele e o regente. Então o rei de Inglaterra atravessou o mar com uma grande força e veio cercar Rheims. Aí mandou chamar o capitão, meu amo, que nessa altura se encontrava em Clermont, em Beauvaisis, continuando a guerra por conta própria em toda a região. Juntámo-nos ao rei e aos seus filhos". O escudeiro disse-me então: "Imagino que já saibas tudo isto, como o rei de Inglaterra avançou e chegou a Chartres, e como se fez a paz entre os dois reis". Sim", respondi, "tenho tudo isso, bem como a forma como os tratados foram acordados". Assim, o Bascot de Mauléon continuou o seu relato, dizendo: "Quando a paz foi concluída entre os dois reis, toda a espécie de homens de armas e de companhia tiveram de desocupar as fortalezas e os castelos que detinham, por causa do tratado de paz. Por conseguinte, reuniram-se muitos companheiros pobres e versados em armas. Vários capitães reuniram-se em conselho para decidir para onde se deviam dirigir, dizendo que, apesar de os reis terem feito a paz entre si, tinham de ganhar a vida. Assim, marcharam para a Borgonha, onde se reuniam

<sup>123</sup> FROISSART, Jean. Chroniques. Disponível em <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/browsey.jsp?pb0=BookIII>. Acesso em: 2 de mai 2023.

capitães e homens de muitas nações: ingleses, gascões, espanhóis, navarros, alemães e escoceses. Eu também estava presente como capitão. Os nossos efetivos na Borgonha, acima do rio Loire, eram mais de doze mil e incluíam todos os tipos de homens. Nessa reunião, havia pelo menos três ou quatro mil bons homens de armas, tão capazes e hábeis na guerra como qualquer outro que se possa encontrar; quer planeando uma batalha para aproveitar a vantagem, quer atacando e escalando cidades e castelos, eram tão capazes e bem treinados como os homens podem ser. O arcebispo fez um grande bem no Nivernais, mandando fortificar a cidade de Nevers; de outra forma, ela teria sido saqueada muitas vezes, porque nós possuíamos mais de vinte e sete cidades e castelos nos arredores e nunca houve um cavaleiro, nem um escudeiro, nem mesmo um homem rico que, se não tivesse assinado um acordo conosco e pago devidamente, se se atrevesse a sair de casa.<sup>124</sup>

O soldado basco, na narrativa de Froissard, fala da guerra como um meio altamente lucrativo, com saques e, principalmente, captura de prisioneiros, os quais, a depender de sua importância, valem mais ou menos dinheiro.

Quando adentra o cenário ibérico, os principais protagonistas são Enrique Trastámara e D. Pedro, importantes personagens da batalha de Nájera, um dos capítulos da crônica, que servirá de comparação com Aljubarrota. Tal passagem permite compreender as alianças formadas na Península, que certamente pesaram nos resultados. Não só a França, mas também mercenários apoiariam uma incursão de Enrique contra o meio-irmão. Este, por seu lado, forma uma aliança com Eduardo III, então rei da Inglaterra, prometendo-lhe terras castelhanas, o que seria depois descumprido.

Isto acabou por ser bom para nós, porque nessa mesma época Sir Bertrand du Guesclin, o senhor de Beaujeu, Sir Arnoul d'Audrehem e o conde de la Marche montaram uma expedição a Espanha para apoiar o rei Enrique contra o seu irmão, o rei Pedro. Mas, antes disso, eu estava na Bretanha, na batalha de Auray, tendo-me alistado sob o comando de Sir Hugh Calveley. Recuperei algumas das minhas perdas, pois ganhámos o dia e fiz alguns bons prisioneiros que me renderam dois mil francos. Assim, fui com Sir Hugh Calveley e dez lanças e expulsámos D. Pedro. Mais tarde, quando se forjaram alianças entre o rei D. Pedro e o príncipe de Gales, e este quis restituí-lo ao trono de Castela, o que fez, eu também lá estava, ainda na companhia de Sir Hugh Calveley, e regressei à Aquitânia com ele. Depois recomeçou a guerra entre o rei de França e o príncipe.<sup>125</sup>

Prossegue o soldado, contando ter sabido depois da guerra entre Portugal e Castela, e do cerco à cidade de Lisboa e aos partidários do Mestre de Avis. Sobre este, afirma que mesmo sendo benquisto pelos moradores da cidade, sua ascendência ilegítima foi sublinhada.

Aí fui informado dos negócios de Portugal e Castela e dos acontecimentos das guerras, batalhas e encontros passados que os dois reis e os seus aliados travaram entre si, e de tudo isto vos darei conta fidedigna. Sabereis, como já foi dito, que o rei Juan de Castela cercou a bela cidade de Lisboa com o rei

<sup>124</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 229.

João de Portugal dentro, a quem as cidades de Portugal coroaram pela sua valentia, embora na verdade fosse um bastardo.<sup>126</sup>

Segue-se, então, o pedido de ajuda à Inglaterra, cujo rei estava em época de caça, obrigando os embaixadores a irem até seu encontro. O monarca manifestou seu descontentamento com o antecessor, D. Fernando, acusando o falecido de ser descuidado com as guerras, e de ter feito as pazes com o reino de Castela contra a vontade inglesa. É de se crer que a Inglaterra não era a favor da assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, haja vista que tal acordo, principalmente no que tange à possibilidade do filho do rei de Castela ascender ao trono de Portugal, prejudicaria o reino inglês. Na verdade, este perderia sua influência no contexto ibérico. Além disso, em tempos anteriores, a Inglaterra já havia enviado uma expedição que lhe custou caro, e cujos resultados foram inócuos.

Meu senhor, isso era antigamente, agora as coisas são diferentes. O nosso rei, que Deus o tenha, temia mais o acaso do que qualquer outro, mas o nosso rei atual é corajoso e empreendedor, porque se se encontrasse no campo de batalha com três vezes menos homens do que os seus inimigos, lutaria contra eles qualquer que fosse o resultado. Podemos garantir-vos isso com toda a lealdade. Meus senhores aqui presentes, é muito claro que é vosso dever fazer guerra ao reino de Castela e conquistá-lo, pois, a herança pertence às vossas mulheres e filhos. Para o conquistar, não há melhor maneira de entrar em Castela do que através de Portugal, pois só tendes amigos nesse país.<sup>127</sup>

O convite parece dirigido aos soldados que estavam na Inglaterra com os mercenários que já atuavam em batalhas ibéricas. A expedição estava nas mãos dos embaixadores em convencerem o rei e os conselheiros ingleses a partir. Como era diplomaticamente comum, uma parte questionou o fato de tantos homens desguarnecerem o próprio território para lutarem por outra causa, enquanto outros concordavam que tinham direito sobre o território castelhano, sendo esta uma boa oportunidade que valia o risco. O clima e as viagens marítimas eram também fatores desestimulantes, mas ficou resolvido que no verão embarcaria um contingente que poderia ser um reforço de peso. Mas, sobretudo, parecia uma empresa lucrativa.

Apesar de todas as divergências e dúvidas sobre o que poderia acontecer, ficou estabelecido que, no verão, o duque de Lencastre atravessaria o mar com setecentos lanceiros e três mil arqueiros, e que todos os que embarcassem nesta viagem receberiam o pagamento de um quarto de ano.<sup>128</sup>

É claro que tal decisão gerou reações por parte de Castela que optou por manter a invasão, convocando franceses, que na crônica são denominados de “homens de Béarn”. Em

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 230.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 231.



quatro dias, eles cruzaram a fronteira para servir o rei de Castela, mas não sem antes ouvirem uma advertência de seu Conde, sobre guerrearem a guerra de outrem:

Caros senhores, custa-me ver-vos deixar o meu país; não que eu inveje a vossa promoção e a vossa honra, pois de bom grado a reforçaria em todos os sentidos, mas tenho muita pena de vós, pois sois a flor da cavalaria do meu país de Béarn e ides para terras estrangeiras combater. Aconselho-vos, e já o fiz antes, a abandonardes esta viagem e a deixardes o rei de Espanha e o rei de Portugal fazerem a sua própria guerra, pois não é do vosso interesse." "Meu senhor", responderam eles, "com todo o respeito, não podem fazer isso e vós sabeis isso melhor do que deixais transparecer. Aceitai, se quiserdes, que recebemos salários e presentes do rei de Castela e que, portanto, temos de os merecer." "Bem", disse o conde, "falais bem, mas vou dizer-vos o que vos vai acontecer nesta expedição. Ou voltareis tão pobres e nus que os piolhos vos sufocarão e os esmagareis entre as unhas...", e mostrou-lhes como, apertando os polegares, "ou sereis todos mortos ou capturados".<sup>129</sup>

Entretanto, os próprios portugueses estavam divididos, defendendo uns a causa de D. Beatriz e, naturalmente, do rei de Castela, enquanto outros a do Mestre de Avis.

Entraram os franceses por Santarém, que parecia defender o Mestre. Procuraram saber as intenções daquele povo e o porquê da mudança de partido. A explicação era a indignação pelos ataques constantemente perpetrados por bretões e alguns franceses mercenários que estavam a saquear e a violar alguns territórios. A hoste recebida em Santarém com honras após a mediação dos homens de Béarn, ali ficou instalada por quase um mês quando a narrativa tende a seguir seu rumo para a batalha de Aljubarrota. Para o cronista, naquela que foi a mais "maravilhosa e lamentável batalha", os que mais investiram na situação, foram os que saíram pior dela.

Os homens de Béarn conversaram com o rei de Castela, que considerava não ser o momento ideal de juntar o efetivo francês com as suas tropas, coisa que não foi bem recebida, pois estas estavam demasiadamente cansadas da guerra e criticavam o fato de estarem inativas, esperando. Afirmavam em cochichos que o rei não sabia guerrear sem o apoio francês, assim como seu pai. Pela crônica, a atitude do monarca começou a causar desavenças entre castelhanos e franceses, sendo estes acusados de "ciúme ou inveja", ocasionando atos de violência entre as tropas.

Assim, começaram a falar entre si sobre uma série de questões, não à vista do público, mas em privado, dizendo: "O rei não sabe fazer a guerra a não ser com a ajuda de franceses, e o seu pai também não." Começaram a sentir inveja dos franceses, o que se tornou evidente para os vareiros e forrageiros dos cavaleiros gascões e franceses. Tinham alojado todos os franceses e francófonos juntos, mas quando andavam à caça, os espanhóis eram mais fortes do que os franceses. Tiraram-lhes as provisões, bateram-lhes e feriram-nos, de tal modo que as queixas acabaram por chegar ao rei. O rei censurou

---

<sup>129</sup> Ibidem, p. 232.

então o seu marechal Sir Arnaud Limousin por este facto, exigindo saber por que não o tinha evitado. O marechal do exército lamentou o sucedido e disse que, se Deus o ajudasse, não sabia de nada, mas que trataria imediatamente do assunto.<sup>130</sup>

A narrativa centra-se, de repente, nos que chegaram para apoiar os portugueses em Lisboa. Eram poucos homens, escudeiros ingleses, nenhum cavaleiro. Não tinham sido enviados pelo Duque de Lancaster, diferentemente do que pensavam os portugueses, e estavam somente em busca de armas e aventuras. O rei acolhe os mercenários que, apesar de virem da Inglaterra, não eram profissionais e guerreavam a soldo.

O rei resolve a logística de alojamento e os convida para jantar em seu palácio, pagando adiantado. A convocação para lutar previa punições para os dissidentes, pois o ambiente não era de total obediência. A tropa falava mal do rei pelas costas, lembrando sua condição de bastardia. Froissart fala em  $\frac{3}{4}$  de desobedientes, que acreditavam não ser o Mestre de Avis páreo para Castela, que o venceria e desterraria.

Dando continuidade, o autor afirma que Portugal era por direito e conquista do monarca castelhano, sendo sua esposa a legítima herdeira. Já o rei português sentia-se traído pelo seu próprio povo, e temeroso. Mas, valorosos conselhos, mudam o panorama:

Peço-vos que me deis o vosso conselho". Neste momento, Sir Gomez de Gabaston, um cavaleiro português, tomou a palavra e disse: "Meu senhor, aconselho-o, para sua própria honra e proveito, a marchar para os campos o mais rapidamente possível com os homens que tem à sua disposição e a arriscar. Nós ficaremos convosco e ajudar-vos-emos até à morte, pois fizemos de vós senhor e rei desta cidade. Se algum português se mostra rebelde ou altivo para convosco, eu digo, como muitos nesta cidade, que é porque ainda ninguém vos viu partir para a batalha ou sequer mostrar a cara aos vossos inimigos. Até agora tiveste o favor e a fama de ser um homem de armas corajoso, mas agora, quando é preciso, a tua coragem falha-te. Isto deu confiança aos teus inimigos e refreou o entusiasmo dos teus súbditos, pois se eles te vissem a fazer proezas de coragem e destreza, obedecer-te-iam e temer-te-iam, tal como os teus inimigos." "Pela minha cabeça", disse o rei, "falastes bem e é exatamente como dizeis. Digo-vos, Senhor Gomez, que ordeneis aos nossos homens que se preparem, pois muito em breve iremos enfrentar os nossos inimigos e, desta vez, ou ganhamos tudo ou perdemos tudo."<sup>131</sup>

E assim marcharam para Santarém, ao encontro do rei de Castela, para ânimo da tropa. Pela experiência inglesa na Guerra dos Cem Anos, era preferível não retardar a batalha, e afirmavam não retornar a Lisboa sem antes enfrentar os inimigos. Aprenderam que um exército é mais motivado quando ataca que quando se defende, e muitos compartilhavam de tal opinião. É interessante notar que também aqui a inferioridade numérica não compromete o resultado.

---

<sup>130</sup> Ibidem, p. 234.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 236.

Todos eram mais ou menos desta opinião e alguns dos mais abastados cidadãos comerciantes de Lisboa citavam exemplos, dizendo: "Quando os Ganders vieram a Bruges para encontrar e combater o conde da Flandres e a sua força, nós próprios estávamos na cidade. Assim, sabemos bem que Philip van Artevelde, Pieter van den Bossche, Jan Crieckensteen, Francis Ackerman e Pieter de Muiter, que eram então os capitães dos Ganders, não tinham trazido de Gand mais de sete mil homens, mas esses sete mil levaram a batalha aos seus inimigos e derrotaram quarenta mil deles."<sup>132</sup>

Eles partem na manhã de sábado, ao som de trombetas. O cronista nos fornece informações precisas tais como nomes e sobrenomes, procedências, questões numéricas, nesses momentos em que se antevê o embate. *Quatre per un* é a proporção que nos anuncia. Assim, a notória desvantagem, pelo conselho inglês, deveria ser compensada pela busca de terreno favorável. Aljubarrota é a localidade perfeita.

A um quarto de légua da cidade há um grande mosteiro onde os cidadãos de Aljubarrota e de outras aldeias vão à missa. A igreja está situada um pouco afastada do caminho, numa pequena colina rodeada de árvores altas, sebes e arbustos, o que permitiria uma forte posição fortificada com uma pequena ajuda. Na presença do rei e do seu conselho e dos ingleses que ali tinham sido chamados, pois embora fossem poucos, o rei dava muita importância aos seus conselhos, foi dito: "Meu senhor, não conhecemos nenhum sítio nas redondezas mais adequado nem mais propício do que Aljubarrota. O mosteiro, como podeis ver, está situado entre árvores e ocupa uma posição bastante forte, que talvez possamos tornar ainda mais forte." Aqueles que conheciam o terreno disseram: "Isso é verdade". Então o rei disse: "Vamos para lá e organizemo-nos como homens de armas, para que, quando os nossos inimigos nos alcançarem, não nos encontrem despreparados e desordenados"<sup>133</sup>

A parceria entre ingleses e portugueses vai numa toada cadente na narrativa. Uns pensam, os outros executam. Árvores cortadas em formato de cruz, besteiros, arqueiros e armeiros devidamente preparados, próximos ao rei que aguardava na igreja. Se Deus quisesse, aguentariam bastante tempo na posição escolhida. D. João avisa que ninguém pensasse em fugir, pois como estavam a enclausurar o inimigo, também estavam enclausurados. A fuga seria um atestado de morte. A fala do rei português nesta crônica é certamente a mais motivadora de todas as três analisadas. Solicita aos fracos que se retirem, pois um coração débil contamina vários fortes. O talento militar do Mestre de Avis e sua capacidade de oratória e persuasão das tropas são também reconhecidos pela crônica francesa.

Estais muito longe de Lisboa e, além disso, não é seguro fugir, pois três homens dominariam e matariam doze que fugissem. Mostrai neste dia que sois homens implacáveis e corajosos, e vendei muito caro os vossos corpos e os vossos membros às suas espadas e armaduras. E considerai que, se ganharmos o dia, o que acontecerá se Deus quiser, seremos honrados e louvados em todas as terras a que a notícia chegar, pois os vencedores são sempre exaltados e os

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 237.

vencidos rebaixados. Considerai também que me constituístes rei, o que vos deve dar ainda mais coragem e valentia. Ficai certos de que, enquanto tiver este machado de guerra na mão, lutarei. Se ele falhar ou se partir, arranjarei outro e mostrarei que estou decidido a defender e a proteger a coroa de Portugal para mim, e o meu direito à sucessão do meu senhor e irmão, e que, por mim, eles não têm razão em opor-se a mim, porque a contenda é minha." Todos os seus conterrâneos que o tinham ouvido, responderam às suas palavras dizendo: "Senhor rei, salvo a vossa graça e misericórdia, nos admoestastes sábia e graciosamente a sermos homens de valor, e a ajudar-vos a proteger e defender o que nós mesmos vos demos, e que é vosso. Todos nós ficaremos convosco e não deixaremos este lugar nem abandonaremos o lugar onde parámos, aconteça o que acontecer, a não ser que seja através da nossa morte. Faz com que todos os teus homens sejam avisados por proclamação, pois nem todos te ouviram falar, para que ninguém se atreva a fugir, sob pena de morte. Se houver homens fracos de coração que não se atrevam a esperar a batalha e o seu desfecho, que se apresentem, e deem-lhes licença para se separarem dos outros, pois um coração fraco pode desencorajar duas dúzias de corações fortes, ou então que lhes cortem a cabeça à vossa frente como exemplo para os outros."<sup>134</sup>

A disposição das forças castelhanas no terreno refletia a confiança na inferioridade dos portugueses. Também na crônica francesa se registram os conselhos táticos fornecidos ao monarca castelhano. Batedores teriam avistado as tropas portuguesas, que não passavam de dez mil homens próximos a Aljubarrota. Era somente ir e vencer. O rei de lá era autoproclamado, bastardo. Sir Arnould Limousin convence os castelhanos a batalhar, passando por cima de seu cansaço e desmotivação. Froissart questiona como ousavam os espanhóis desacreditar homens tão experientes, que andavam de reino em reino para guerrear, e que ofereciam bons conselhos. Não fazia sentido que o exército que tinha mais interesse em vencer, duvidasse do próprio rei, estando quantitativamente e qualitativamente em superioridade.

Na narrativa do cronista, são os exércitos inglês e francês que, pelo lado português e castelhano, respectivamente, dinamizam o cenário militar ibérico.

Além disso, é por vosso conselho que o rei, meu senhor, se encontra aqui no campo, depois de ter suportado o cerco de Lisboa com tanto custo e despesa para si e para os seus homens, sem a oportunidade de combater até que este autoproclamado rei de Portugal, que não tem direito ao trono, sendo um bastardo, entrou no campo. Ele está aqui agora com os seus aliados, mas não são muitos, e se por acaso se retirarem furtivamente e os perdermos sem luta, arriscais-vos a que o povo deste país vos assalte e mate, ou que o rei vos denuncie como traidores e vos mande decapitar e confiscar as vossas terras. Por isso, não vejo outra opção para vós senão calar-vos e deixar o assunto para aqueles que têm mais experiência em tais assuntos do que vós alguma vez tivestes ou tereis." Depois destas palavras, o rei de Espanha levantou a cabeça, parecendo muito satisfeito com o que Sir Arnould Limousin tinha acabado de dizer. Os espanhóis ficaram estupefactos e pensaram que tinham feito pior do que realmente tinham feito, pois apesar de o cavaleiro os ter repreendido e repreendido, tinham falado bem e sido leais nos seus conselhos ao rei, de

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. 237.

modo que este não poderia ter recebido nada melhor, mas a sua valentia e honestidade fizeram-no falar assim em consideração aos muitos cavaleiros e escudeiros estrangeiros que estavam ansiosos pela batalha.<sup>135</sup>

O rei castelhano fez de vários soldados estrangeiros cavaleiros por São Tiago, provocando descontentamento entre os castelhanos, desconfortáveis com o fato de o rei enaltecer e confiar mais nos homens de apoio.

Seguimos para o livro terceiro, agora capítulo 20, denominado “Como o rei de Portugal e os seus homens se prepararam sabiamente para a batalha na colina de Aljubarrota, e como os franceses foram mortos e o rei de Espanha e todo o seu exército derrotados”. Era um sábado, lindamente claro, e os ingleses tiveram o bom senso de fortificar a área de ataque inicial dos franceses, que eram quase dois mil e estavam à frente. Para descontentamento dos castelhanos, que se transformou em sorte. As lanças portuguesas, que transpassavam tudo, também aqui serão mencionadas, e lembramos que possuem especial destaque no famoso quadro “A batalha de Aljubarrota”, de Jean de Wavrin <sup>136</sup>, que retrata o exército português empunhando essas armas (ver imagem no cap. 1).

As explicações para a derrota na batalha são diversas e ganham o tom do corriqueiro “eu avisei” logo no início. O cronista lembra que apesar do exército francês ter sido impulsivo e soberbo, tentando alcançar a glória, as tropas castelhanas não se esforçaram para apoiá-lo, mostrando-se negligentes, deixando para os franceses a missão de vencer sozinhos, já que levariam os louros.

Por outro lado, segundo me disseram, os espanhóis hesitaram em avançar porque os franceses não estavam nas suas boas graças e tinham dito de antemão: "Eles que se despachem e se cansem. Em breve encontrarão alguém com quem falar. Os franceses são demasiado arrogantes e soberbos, e o nosso rei só confia neles. Como ele consentiu que eles tomassem para si a honra do dia, e essa é a sua vontade, deixaremos tudo nas mãos deles, a não ser que o façamos à nossa maneira e para nós próprios". Assim, os espanhóis permaneceram nos campos em silêncio, num grande batalhão de pelo menos vinte mil homens, e não avançaram, o que irritou muito o rei, mas não havia nada que ele pudesse fazer para remediar a situação, porque quando ninguém regressou da batalha, os espanhóis disseram, "Meu senhor, acabou. Os cavaleiros franceses derrotaram os vossos inimigos! Este dia e a honra da vitória serão deles." "Que Deus permita que assim seja", disse o rei, "agora vamos avançar um pouco." Então eles cavalgaram para a frente até ao alcance de um tiro de besta, e pararam.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>136</sup> Iluminura da Batalha de Aljubarrota, na “Crônica de Inglaterra” de Jean de Wavrin [Jehan de Waurin] (1400+1473), filho bastardo de Robert VII de Wavrin, foi afamado cronista francês, cavaleiro, militar e Senhor de Forestel, autor da célebre “*Anciennes Chroniques d'Angleterre*”.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 240.

Mas, ao perceber que a vanguarda estava exterminada, os que batiam em retirada afirmavam que era para os demais voltarem, enquanto o rei clamava pela própria honra, mas sem suporte e moral. Em sua história, Froissart apresenta os nomes dos que estiveram presentes e conseguiram escapar, afirmando que portugueses e ingleses, ainda em simbiose, matavam seus prisioneiros afirmando que era melhor matar que ser morto, o que considerou pouco estratégico, haja vista que grandes nomes de Béarn e outros da França poderiam render grandes recompensas. Um interessante detalhe é a divisão que o autor faz entre lisboetas e portugueses. No capítulo seguinte, comenta a derrota dos castelhanos fora da aldeia de Aljubarrota, realizada pelos lisboetas, ingleses e portugueses. Em diversas passagens, também afirma ser o Mestre eleito pelo povo de Lisboa, mas não pelos demais portugueses.

O cronista desfere seu golpe final, com a ponta da pena: os castelhanos, apesar de valentes e bons de investida, quando percebem que o inimigo é resistente, se apequenam. Os portugueses não queriam a riqueza da guerra, lutavam por sua sobrevivência, a ponto de exterminarem toda a vanguarda da tropa inimiga. Nem mesmo a alta qualidade dos prisioneiros e as prováveis recompensas os seduziram. As crônicas concordam sobre o trauma que se abateu sobre a aristocracia castelhana:

Nem sequer na batalha de Nájera, em que o príncipe de Gales derrotou o rei Enrique, tantos nobres castelhanos encontraram o seu fim como na batalha de Aljubarrota, que teve lugar no ano da graça e de Nosso Senhor de 1385, num sábado, festa de Nossa Senhora, em meados de agosto.<sup>138</sup>

Os vencedores pernoveram em Aljubarrota, onde comeram e beberam vinho, chegando em Lisboa alguns dias depois com pompa e glória. O rei de Castela desconsolado, chorou a morte de tantos nobres e, retornando ao seu reino, dispensou os homens de armas.

Tréguas entre Castela e Portugal foram firmadas. Os corpos foram velados na igreja de Aljubarrota, e a profecia da referência 35 deste subcapítulo se realizou. Como previa o Conde de Béarn, seus homens não retornaram.

\* \* \*

Neste capítulo observamos uma batalha que cria corpo através de três distintas versões cronísticas. Aljubarrota emerge dessas três fontes como resultado de interesses muito distintos. Pero López de Ayala e Jean Froissart são contemporâneos dos acontecimentos, diferentemente de Fernão Lopes, que nasceu na época batalha, escrevendo tempos depois.

---

<sup>138</sup> Ibidem, p. 241.

As crônicas de Lopes e López de Ayala têm caráter régio, enquanto a de Froissart é uma obra de cavalaria. De todo modo, nas três narrativas se observa que a batalha de Aljubarrota é considerada como uma sinuosa curva temporal que modificará a história do reino de Portugal.

A iniciar, pela perspectiva de López de Ayala, que oferece um olhar muito mais exógeno que endógeno, como costuma fazer Castela em sua historiografia. Cita Portugal com frequência, mas não se desvia por um segundo de quem considera realmente importante e ameaçadora: a Inglaterra. A narrativa possui um tom de superioridade, como se Portugal fosse um reino infantil e ingênuo, deixando-se levar e ser usado por governantes e conselhos ingleses que desejavam invadir a Península Ibérica e tomar o reino de Castela, sobre o qual acreditavam possuir direitos pela via matrimonial. O Mestre de Avis, constantemente citado como “aquele que se fez chamar rei”, quase como uma imposição ao seu povo, é um bastardo que terá seu tempo contado em Portugal. Tal como outros reinos, apenas forma parte do campo estratégico do rei de Castela.

Outra importante perspectiva que deve ser mencionada trata-se do que os autores consideram sobre a legalidade do Tratado de Salvaterra de Magos. Nenhuma das versões considera com a devida transparência o referido acordo. D. Beatriz tem direitos sucessórios através de seu filho, o qual, após alcançar a idade de quatorze anos seria entronizado. Entretanto, a regência deveria ficar sob a égide de D. Leonor, sua mãe. Em nenhuma das versões vemos de fato os autores defenderem o direito de D. Leonor, tendo todos a tendência de desacreditá-la, ora por já ter sido casada, ora por ser amante do Conde Andeiro, ora por ter ascendência castelhana. Insinuações diretas ou indiretas nos discursos tratam a rainha como traidora, aleivosa, sedutora e até bruxa, sendo em alguns casos, até a paternidade de D. Fernando questionada. Nesse ponto percebe-se nas três crônicas, que o caso de D. Leonor não é devidamente aprofundado, constituindo uma passagem secundária, legitimando de forma azeitada e silenciosa a entrada do Mestre de Avis como protagonista. Na narrativa de López de Ayala, D. Leonor renuncia ao trono, e com isso o Mestre de Avis foi se apoderando da cidade de Lisboa. Nuno Álvares Pereira começa a ganhar fama após derrotar o Mestre de Alcântara, um famoso combatente de Castela, que estava acompanhado de outros nomes importantes, e vai fortalecendo tal entrada.

A questão é que independentemente do lado, no que tange ao Tratado de Salvaterra de Magos e ao nome de D. Leonor, nenhum dos autores tratou os acontecimentos com a devida complexidade, refugiando-se em boatos e insinuações para tornar uma das principais questões da crise dinástica, que era o direito de D. Leonor e D. Beatriz, como um fator secundário e não fundamental, apontando o holofote para pautas de guerra, soldados, mercenários, batalha e, claro, reis fortes e reis fracos.

Sobre Fernão Lopes, vemos sua crônica como paradigmática e como já mencionado, uma narrativa que se apresenta como direito de resposta. É certamente a crônica mais romantizada, com sonoridade panegírica que estrategicamente almeja convencer o leitor de que divindades estavam do lado vencedor, no caso, Portugal. Como principal argumento maniqueísta, Lopes aponta com frequência a questão numérica, ou seja, o fato de estarem em menor quantidade e, ainda assim, vencerem, demonstrando todo empenho e coragem dos “verdadeiros” portugueses. A lógica da escrita é que a partir de Aljubarrota, qualquer exército que ousasse a invasão e anexação não seria poupado, independentemente de fatores exógenos, logísticos ou numéricos. A dinastia defendida pelo cronista dificilmente seria atingida.

O autor tinha bastante noção de que estava historicizando um tempo, e acusa, o que parece ser a escrita de López de Ayala, invejosos inimigos.

Outros, em favor dos castelhanos, tiveram outro modo, e foi este: nomearam dos portugueses muito mais conto dos que eram, e dos seus cessaram de todo, por sua mingua não ser enseprada, de guisa que quantos mais portugueses pousessem, tanto era mais por sua honra e menos prasma de seus inimigos, e nomeando a multidão de Castela e a pouquidade d’el rei de Portugal era-lhe muito mór vitupério, e aos portugueses muito maior honra, assim que dos seus, que sabiam o certo, não quiseram escrever nenhuns, e aos que não eram em conhecimento puseram numero por conto assinado, e isto não foi por abreviar leitura, nem falar mais cerceado, mas por abater a honra alheia dizendo que os portugueses eram duas mil e duzentas lanças e de homens a pé e besteiros dez mil, cujo desvaio d’arrazoar bem nos deu cuidado de saber como isto era, porque não cumpre afirmar a coisa duvidosa em encobrir o que é mito certo, para que digamos o Mór número dos inimigos por desfazer neles, nem menos conto dos portugueses por serem por si mais louvados certamente não é de fazer, cá o cronista há de ser muito certo em seu razoar, e porém antigamente nenhum era ousado escrever história, salvo aquele que visse a coisa ou dela ouvisse comprido conhecimento, porque a historia há de ser luz da verdade e testemunha dos antigos tempos, e nós posto que as não víssemos, de muito revolver livros com grão trabalho, e diligência ajuntamos as mais chegadas à razão, e em que os mais dos autores pela maior parte consentem e porém danamos e reprovamos, e havemos por nenhuma quaisquer crônicas, livros e tratados quem com esta verdade não concordam, assim que deixando tais desvários de historiar, por a verdade desta coisa melhor ficar em memória, e a bondade dos portugueses não haver de parecer por escritura de seus invejosos inimigos, como se por ali tomassem vingança, sabeí que as gentes de ambas as partes eram estas e mais não. O rei de Portugal havia por todas mil e setecentas lanças, delas não bem corrigidas, e de besteiros oitocentos, e de homens de pé quatro mil, que eram por todos seis mil e quinhentos.<sup>139</sup>

O texto é bastante específico sobre a quantidade de soldados de cada lado, assim como a exatidão das suas armas. A simbólica arte da guerra lopeana vai se desenhando, e serão estes detalhes revisitados pelos autores contemporâneos do primeiro capítulo. Na visão de Lopes não

---

<sup>139</sup> Ibidem, p. 143-144.



há muitas vantagens geomorfológicas, mas sim a vitória por coragem, contrariando a visão dos outros autores inclusive a de Froissart, que afirma e descreve com detalhes como a escolha do local deveu-se aos ingleses, e a brilhante execução do plano.

Ali não havia melhoria do campo que os portugueses tivessem escolhido nem montes nem vales que torvassem seus inimigos, como alguns mal escrevem em seus livros querem conta, cá todo era campina igual, sem nenhum estorvo a ambas as partes, o qual o trilhamento das bestas e passar dos homens tornou assim raso e tão chão como praino rocio, sem erva nenhuma, e a vantagem que os portugueses tinham era esta.<sup>140</sup>

Os interesses seguem distintos em sua narrativa. Fernão Lopes almeja enaltecer a dinastia de Avis, exaltando o mérito dos soldados portugueses, aliás dos verdadeiros portugueses, questionando a coragem dos espanhóis que tão pouco caso fizeram da batalha. López de Ayala é obviamente mais compreensivo com o rei, nos direcionando a ouvir o excesso de conselhos, num “vai não vai”, ouve-se os daqui ou ouve-se os de lá, que chega a confundir o leitor sobre a melhor decisão a tomar. Além disso, considera a insatisfação da tropa, com o cansaço de muitos dias em outras campanhas e a doença do rei, fatores que levaram à derrota, não sendo a vitória mérito de Portugal. Castela perdeu para Castela.

Em Froissart, temos uma crônica baseada em relatos, propiciando um olhar externo aos envolvidos, promovendo os soldados ingleses e franceses, que certamente auxiliaram no equilíbrio de poder ibérico. É importante frisar, que a entrada dos homens de Béarn na trama causam não somente um desequilíbrio em armas, mas também psicológico no exército castelhano, podendo ser um dos fatores mais importantes para o resultado. O ciúme provocado pela chegada de soldados mais experientes, mais treinados e possivelmente direcionando a batalha fez com que o exército castelhano paralisasse, e se negasse a guerrear justamente em um dos mais cruciais momentos de qualquer batalha: a primeira investida. Froissart nos conta sobre uma quase aniquilação de vanguarda, o que abalaria ainda mais o exército castelhano, que se viu imóvel, sem praticamente tentar, haja vista o resultado do primeiro lance. Sublinha a maturidade e a experiência do binômio Inglaterra e França, mas dá crédito também ao exército português, principalmente ao Mestre e ao Condestável, que precisavam da vitória das armas para legitimar seu poder, como defensores do reino, haja vista a linhagem e a fama bastarda do futuro rei.

Para Fernão Lopes, o Mestre de Avis foi rei por vontade de Deus, porque era o melhor dos candidatos nas cortes de Coimbra e porque era também filho de rei. Para Pero López de Ayala, o Mestre de Avis traiu o juramento de lealdade a D. Beatriz e declarou-se rei de forma ilegal, contrariando os tratados

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. 148.

assinados no tempo de D. Fernando que estipulavam D. Beatriz e Juan I como herdeiros da coroa portuguesa.<sup>141</sup>

É interessante lembrar que na França, de onde vêm os costumes de Froissart, não era permitido que mulheres assumissem a coroa. Para o cronista, a bastardia não era do Mestre, mas sim de D. Beatriz, haja vista que o segundo casamento de D. Leonor com D. Fernando não era considerado válido, pelo que ela não teria direito ao trono o que joga certa luz ao fato dos três autores obnubilarem os direitos sucessórios das mulheres.

Em Pero López de Ayala, Leonor Teles é uma mulher moral, uma rainha exemplar, que se limita, aquando da morte do marido, a fazer cumprir as cláusulas dos tratados entre Portugal e Castela. Só quando a rainha se indispuer com Juan I e este a mandar prender em Castela, é que a imagem dela se torna negativa em Pero López de Ayala. Em Jean Froissart, apesar do cronista não ser adepto à partida da ideia de as mulheres herdarem a coroa, algo que na França, donde é originário, não é possível, quer a imagem de Beatriz quer a de Leonor Teles emerge neste autor de forma distinta, quer da visão ayaliana, quer da lopesiana. Usando a narração<sup>58</sup> de Lourenço Fogaça na sua obra, Jean Froissart sugere duas ideias fundamentais à volta de D. Beatriz. A primeira, é que ela não pode herdar porque, pese embora ser filha de D. Fernando, o casamento do rei com Leonor Teles foi irregular, visto esta ser já casada com João da Cunha. Apesar de nunca Lourenço Fogaça, que é enviado pelo Mestre de Avis à corte inglesa para pedir apoio para a guerra de sucessão, colocar em causa a paternidade de D. Beatriz, ela passa, no relato de Jean Froissart, de única herdeira de D. Fernando, a uma filha bastarda, porque Fogaça afirma que o casamento do rei não foi válido.<sup>142</sup>

Como já referido, Froissart escrevia crônicas de cavalaria, e seu foco era geralmente na batalha, feita por homens.

Os três cronistas tinham agendas e pautas políticas a deixar como legado, e, mesmo que naturalmente distintas em seus interesses, são bastante semelhantes em intenções. Independentemente do espaço territorial, da dinastia ou das personagens, o peso se encontra nas importantes consequências no tempo que todos conseguiram lograr, certamente em diferentes níveis. Fernão Lopes sai vencedor, como o mais conhecido, que conseguiu projetar sua análise até os dias de hoje, transformando-a em forte paradigma sustentado também pela historiografia atual. López de Ayala talvez tenha seu nome no tempo por ter sido um contraponto a Lopes, mesmo sem intenção de o ser. Froissart chega para ampliar a batalha dual de narrativas, alargando o contexto territorial, com outros atores. López de Ayala e Froissart escreveram em tempos coevos aos do entorno de Aljubarrota, e Fernão Lopes que apela ao direito de resposta,

<sup>141</sup> RUSSO, Rute. A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica. *Incipit*, v. 10, 2022, p. 152-167.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 164.

unindo aspectos jurídicos, militares e religiosos, sustenta a versão triunfante até o tempo presente.

### CAPÍTULO 3

#### HISTORIOGRAFIA X CRÔNICAS: A BATALHA FINAL

Neste capítulo, tentaremos apresentar uma análise comparativa e contrastada entre a historiografia e as crônicas. Certamente, não será uma análise exaustiva, mas pretende-se levantar alguns pontos importantes. Os autores selecionados no primeiro capítulo, apesar das diferenças entre eles, escrevem com a pretensão de produzir análises controladas por uma série de critérios que garantiriam uma qualidade objetiva. Por outro lado, os cronistas, ao serem convocados a escrever sobre dinastias e reis em seu tempo, seriam mais facilmente associados a um papel que carrega preceitos políticos e, conseqüentemente, morais, pedagógicos e religiosos, que se confundiriam com fatos, mas, ainda assim, suas narrativas se pretendiam verdadeiras. Entretanto, deve-se sublinhar que já na época em que estes escreveram, se questionava os prejuízos advindos da mistura entre história e ficção. É de suma importância relacionar os principais autores e cronistas de Aljubarrota, não somente a um tempo póstumo que sabidamente é conhecido como glorioso e áureo e que tem como atores do marco inicial a própria Dinastia de Avis, mas também autores contemporâneos, uma vez que facilmente se percebe que suas obras acabam por assumir agendas políticas.

O historiador - do passado ou do presente – acaba por participar de batalhas narrativas que influenciam concepções e constroem conceitos através da escrita. Ele escolhe não somente as batalhas, as personagens e os recortes, mas também o formato do discurso. É neste campo que conseguimos ouvir, através da tonalidade das letras, pressupostos que, apesar da aparência ingênua das narrativas sobre cotidiano, situações, ações, classificações morais, constituem, na verdade, estratégias de discursos nacionalistas. Bom governo, virtuosa dinastia, instituições fortes, desenham cenários aos que sequer faltam milagres para operar a vitória. A mensagem transborda para além do campo militar, diplomático, jurídico, religioso, e acaba por qualificar as estruturas que as narrativas identificam como raízes de uma nova era. Mais importante que ser forte e virtuoso é dizer e redizer, escrever e reescrever. A fórmula para o convencimento é antiga, caminha no tempo e com ele. Nesse sentido, é dada a importância e o peso que Fernão Lopes teve - e tem – para à construção política da memória de Aljubarrota, encerraremos este capítulo com uma reflexão que pretende mostrar como a crônica e a historiografia se entrelaçaram.

### 3.1. O vicioso ciclo historiográfico: tratado X batalhas

#### CAPÍTULO CLIV

Como foram pazes tratadas entre el-rei D. Fernando e el-rei D. João de Castella, e com que condições:

São algumas cousas caladas nas histórias, não sabemos por qual razão, que muitos que as lêem desejam de saber outras, cerca de mudas, não falam como devem aquillo de que homem queria ser certo, assim como n'este capítulo, falando da avença d'estes reis, qual d'elles foi o primeiro que a mandar tratar, nenhum autor o escreve claramente; e porque nos parece arrazoado falar n'ello, posto que a certidão d'isto bem não saibamos, diremos as opiniões que cada uns têm.<sup>143</sup>

A convergência entre a historiografia e as crônicas incide, sobretudo, no recorte temporal e seu desenvolvimento, que ruma vetorialmente para Aljubarrota a partir de algum acontecimento ou de algum lugar. E como todo rumo ditado precisa de um “pontapé” inicial, percebe-se, nas diferentes obras, que ele se encontra sempre no mesmo lugar. O marco inicial da Batalha de Aljubarrota é o Tratado de Salvaterra de Magos e a morte de D. Fernando. Em quase todos os textos a grande problemática começa com a assinatura do referido tratado e o falecimento do soberano português, causando grande transtorno. A “crise” resolve-se em Aljubarrota, com a sensação de paz e estabilidade política propiciadas pelo Mestre de Avis. Entre Salvaterra de Magos e Windsor, o período é de interregno, quando acontecem invasões, fome, traições, gerando descontentamento.

D. Fernando antecedeu o Mestre de Avis, e, diferentemente deste, não teve boa sorte historiográfica. Descrito como um rei fraco, ingênuo, sem discernimento político, constantemente manipulado por sua esposa, D. Leonor, “a aleivosa”. Esta teve menos sorte ainda. Sua ascendência castelhana é um aspecto que facilita a construção de uma imagem negativa e sua trajetória é frequentemente classificada com adjetivos depreciativos, chegando aos dias de hoje como bruxa, má, traidora, falsa, entre outros. Por fim, D. Beatriz, a filha do casal, que com pouco tempo de vida torna-se esposa do rei de Castela, como resultado do jogo de interesses e de alianças entre os dois reinos, também será duramente avaliada.

Começaremos com a narrativa de Fernão Lopes, que ao encerrar o segundo volume de sua obra, abre um novo tempo, com o rei Fernando desejoso de fazer guerra com Castela, e não cumprir o acordo de casar sua filha Beatriz com Juan I. Portugal se garantia através da diplomacia do Conde Andeiro, por meio do apoio da Inglaterra. O rei castelhano descobre as intenções do português e ambos começam a se preparar para um possível confronto bélico,

---

<sup>143</sup> LOPES, Fernão. *A Crônica de El-Rei D. Fernando*, Cap. CLXXII, p.170. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=129038>. Acesso em: 15 de jun 2023.

momento em que o Mestre de Avis é citado como um dos homens fortes de D. Fernando, protegendo Olivença. Alguns autores afirmam que as guerras fernandinas não foram tão rápidas como imaginava o rei, que já se encontrava enfermo. Além disso, a demorada presença de tropas inglesas em solo português já começava a incomodar o povo. Entende-se, portanto, que o monarca decida buscar um caminho de paz com Castela.

Troca de reféns, soltura de importantes nomes, e apoio de uma frota. O tratado foi levado por escrito ao acampamento do rei de Castela, que, de acordo com Lopes, mal o leu, mas gostou das cláusulas e logo mandou tocar uma trombeta, como costumeiro sinal de paz. As pessoas, de tão felizes, se abraçavam, chegando mesmo a comer terra. Os ingleses, decepcionados, e se sentindo traídos não tinham o que fazer a não ser lamentar e praguejar. Com a morte da rainha de Castela, surge a proposta de casar a princesa portuguesa, Beatriz, com Juan I. Antes, ela já havia sido prometida ao pai deste, tendo o cronista Pero López de Ayala como testemunha. As conversações do acordo ocorriam na calada da madrugada, destacando-se a cláusula que, na visão do cronista, determinará o futuro dos reinos, parte do tratado assinado em Salvaterra de Magos:

A sucessão do reino, em que pendem as Leis e os Prophetas, deixadas todas as opiniões e ditos d'historiadores, que a isto contradizem, esta só, tirada d'authenticas escriptura, crede sem mais duvidar:

Primeiramente, foi posto que, falecendo el-rei D. Fernando, e havendo filho varão, nado ou por nascer, da rainha D. Leonor, ou d'outra qualquer mulher lidima, a herança de Portugal fosse de tal filho, livre e desembargadamente.

E morrendo el-rei D. Fernando, sem deixar filho n'esta maneira, ou, se o deixasse, falecesse sem lídimos filhos ou netos descendentes, assim que a direita linha da herança fosse de todo extincta, que então o reino ficasse desembargado á infante D. Beatriz, e que os naturaes do reino fizessem todos menagem, que em tal caso houvesse ella por sua rainha e senhora

E morrendo ella primeiro que seu marido, não ficando em Portugal filho ou neto d'el-rei D. Fernando, assim que a herança fosse extincta, sem herdeiro d'elle ou d'esta infante, que então os povos do reino recebesse el-rei de Castella por seu rei e senhor, e que ele se podesse chamar rei de Portugal depois da morte d'el rei D. Fernando, falecendo sem nenhum herdeiro;

E acontecesse que a infante D. Beatriz morresse sem filho ou filha que d'el rei houvesse, os outros legítimos descendentes de linha direita, que os reinos de Portugal se tornassem a alguma outra filha, se a el-rei D. Fernando houvesse, da rainha D. Leonor ou d'outra sua lidima mulher (...) porém, foi outhorgado que enquanto el-rei de Castella vivesse, até que a infante houvesse filho e fosse de idade passados de quatorze anos o regimento dos ditos reinos, assim na justiça como em todas as outras cousas, da maior até mais pequena, que a regimento d'um reino pertencem, tudo fosse feito pela rainha D. Leonor, mãe da dita infante, e por aquelles que ella ordenasse para seu conselho, assim como governador dos ditos reinos.<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> Ibidem, p. 139.

A sucessão era, portanto, o ponto fundamental do tratado. E, nesse sentido, a rainha D. Leonor, assumia um papel disruptivo, como se percebe no desenrolar da crônica:

A rainha, a poucos dias depois d'isto pariu uma filha, que nasceu vinte e sete dias de setembro e morreu logo; e as gentes suspeitavam que não era d'el rei, e não sem razão, ca ele tempo havia que não dormia com ella, segundo fama, e ella paria e emprenhava e que taes filhos não eram d'el rei.<sup>145</sup>

O comportamento da rainha, entretanto, acabava por afetar a própria imagem de D. Fernando, que se mostrava incapaz de governar, inclusive, a sua mulher. No leito de morte, admite sua fraqueza e as funestas consequências:

... E quando lhe foi a'presentado e contaram os artigos da fé, aquelle Santo Sacramento que havia de receber, respondeu elle e disse: - Tudo isso creio, como fiel christão, e creio mais que elle me deu estes reinos para os manter em direito e justiça; e eu, por meus peccados, o fiz de tal guisa que lhe darei d'elles mui mau conto.<sup>146</sup>

D. Leonor não acompanhou o féretro do marido, alegando sentir-se mal, atitude que sublinha seu caráter. Assumiu logo o posto de regedora de Lisboa, conforme os conteúdos dos tratados, assinando legitimamente como “D. Leonor pela graça de Santa Maria, rainha de Portugal e do Algarve”.

E se novamente chegavam alguns, posto de parte todo fingimento fazia seu pranto eles mostrando-lhes a orfandade do marido que perdera com soluços e grandes lágrimas, nas quaes depois de farta de chorarm dando a entender seu coração ser sempre em dor, não perdiam as gentes, porém relembração d'aquella má fama que em vida delrei cobrara.<sup>147</sup>

Mas não seria tão fácil governar, tendo como genro o rei de Castela e dois cunhados homens, havendo um deles participado nas guerras fernandinas. D. Juan não perdeu tempo para lembrar ser D. Beatriz, sua mulher, a legítima herdeira e única filha do falecido, e que eles teriam direito de reinar sobre Portugal. Finaliza-se o terceiro volume da crônica de D. Fernando, e inicia-se a de D. João I, Mestre de Avis, exatamente neste ponto.

A morte do Conde Andeiro é facilmente justificada pelo autor, apoiando-se na fama pública do relacionamento pecaminoso e ilegítimo que D. Leonor mantinha com aquele. A expressão usada é “o ardente desejo que não se escondia”, envergonhando o reinado de D. Fernando. O assassinato já tinha sido encomendado, anteriormente, pelo rei D. Fernando ao seu irmão, o Mestre de Avis:

Assi que el Rei dom Fernando bem entendia o que era, mas nehua coisa deva a entender, recendo novamente descobrir com dúvida aquelo que a púbrica voz e fama muito tempo havia que afirmava. E quando a Rainha levou sua

---

<sup>145</sup> Ibidem, p.170.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 183.

filha a Elvas por lhe fazer bodas com el Rei de Castela e se el Rei d. Fernando mandou trager de Salvaterra para Almada, cuidou el Rei de o matar por essa guisa. Mandou ao seu escrivam da poridade que fizesse hua carta pera o Metre D'avis seu irmão em que lhe mandava e encomendava que vista aquela carta tevesse jeito de matar o conde Joam Fernandez non dizendo porém a razom porquê.<sup>148</sup>

Na trama da morte do Conde, o cronista relata que o povo pedia que queimassem a “aleivosa”. Levaram o cadáver do Conde nu para ser comido pelos cães, pois não merecia ser enterrado. O Mestre volta ao castelo para pedir perdão à rainha, que em sofrimento pede para ir para Alenquer. Quando o Mestre decide ir para Inglaterra, a rainha, por ser mulher e vingativa, com o coração cheio de mágoa decide matar o Mestre.

Nom tem o odio sentido d’haver vingança daquel que desama que o amor de trigosos pensamentos de cedo possuir quem muito deseja. E assim como onde há mui grande amor se geram desvairados cuidados por cedo percalçar a fim d seu desejo, assi o que tem rancor dalgúa pessoa no cessa pensar desvairados caminhos com que apague a sede da sua mortal sanha. E, portanto, a rainha dona Lionor per vontade feminina que geralmente he muito desejador de vingança, desi usando dhu grandioso coração de que natureza lhe fora escassa.<sup>149</sup>

O Mestre ouviu o conselho do Bispo para pedir a rainha em casamento, trato que esta recusou. O Mestre, portanto, foi-se fazendo regedor do reino com apoio do povo. Para Fernão Lopes, o fato de D. Fernando ter assinado um tratado, permitindo que D. Leonor governasse não pode ser perdoado. Para ele, isso permitiu que o caos se instalasse, significando a entrega do reino a Castela. Ainda que o descumprimento do tratado não fosse legítimo ele era absolutamente necessário.

Na perspectiva de López de Ayala, a visão do Tratado de Salvaterra de Magos é mais pragmática. Ele foi o primeiro a escrever sobre isso, e considera os acordos entre o rei de Castela e o de Portugal dentro de um contexto em que tais alianças eram muito comuns. Assim, o monarca português é apresentado como um descumpridor de acordos, que flerta quando lhe convém com a Inglaterra ou com Castela, oferecendo a mão de sua filha ao melhor lance. As cláusulas se iniciam no texto com “otrosi”, destacando mais os aspectos militares, como a devolução de embarcações a Portugal apreendidas em batalhas anteriores, troca de importantes reféns, empréstimo de naus para retorno dos ingleses e o acordo matrimonial entre os filhos do rei de Castela e de Portugal. Nessa perspectiva, a iniciativa da paz recai sobre D. Fernando.

<sup>148</sup> LOPES, Fernão. *A Crônica de El-Rei D. João*, Cap. III, p. 25. Disponível em: [https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG\\_AF\\_E\\_ma.pdf](https://imprensanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG_AF_E_ma.pdf). Acesso em: 20 jun 2023.

<sup>149</sup> *Ibidem*, Vol. III, Cap. XXI, p. 58.



Ao saber que a esposa havia falecido, o rei de Castela, através de seus mensageiros, propõe ele próprio, casamento à infanta D. Beatriz, desconsiderando o trato inicial que previa o enlace desta com o futuro herdeiro castelhano. Assim ficou a versão de Lóez de Ayala:

Primeramente, que non aviendo el Rey Don Ferrándó de Pòrtogai fijo varón, la Infanta Doña Beatriz su áia, despues de sus dias. heredase el Regno de Portugal; é que el Rey Don Juan casando con ella, se llamase estonce Rey de Portugal. O trósi, que despues de la vida del Rey de Portugal, la Reyna Doina Leonor su muger en su vida fuese Regidora é Gobérnaáora del Regno de Portugal, é que ella oviesé poder de' tomar omenajes é quitarlos en razón de los castillos, é que pudiese mandar facer justicia en el Regno, é labrar moneda. E que este regimiento é gobernamiento de todo el Regno de Portugal toviese la Reyna Doña Leonor fasta que el Rey Don Juan de Castilla, é la Infanta Doña Beatriz su muger oviesen fijo ó fija en edad de catorce años: é que estonce fincase el regimiento del dicho Regno de Portugal al fijo ó fija de los dichos Rey Don Juan é Infanta Doña Beatriz. Otrósi, nasciendo fijo varón, ó fija al Rey de Castilla de la dicha Doña Beatriz su muger, dejasen de se llamar Rey 25 é Reyna de Portugal, é se llamase Rey de Portugal el dicho fijo del Rey Don Juan é de la Reyna Doña Beatriz; é que si fija, que se llamase Reyna. E todos estbs capítulos, é otros fueron acordados é firmados é jurados por el Arzobispo de Santiago, por virtud del poder que tenia del Rey de Castilla, con e l'Rey de Portugal, E asi se firmó el casamento.<sup>150</sup>

Na narrativa, a aliança traduz-se em felicidade geral e dos monarcas. D. Fernando, porém, encontrava-se enfermo e não poderia ir às bodas, em Elvas. D. Beatriz era já chamada rainha de Castela, e os grandes de ambos os reinos se preparavam para ir à cerimônia. Registram-se cartas e cumprimentos de importantes reis, como o da Armênia e da Babilônia.

A abertura do capítulo seguinte sugere o nascimento de um novo tempo. Literalmente, informa-se que Juan I mudou o calendário, substituindo a era de César pelo ano de Cristo. Depois, sabendo que D. Fernando estava muito “doente de doença”, mandou mensageiros descobrirem o estado real do rei, uma vez que, de acordo com o Tratado, seria responsabilidade de Castela assumir o trono português. Como mencionado no segundo capítulo desta dissertação, López de Ayala afirma que o Mestre de Avis enviou correspondência ao rei de Castela quase implorando que ele entrasse em Portugal para assumir o trono. Assim, o cronista justifica as reações belicosas de Juan I, pela falsidade e descumprimento dos acordos por parte de Portugal.

El Rey Don Juan, desde sopo que el Rey Don Fernando de Portugal era finado, luego envió por Compañas é Omes de armas para entrar en Portugal. Enpero sobre el D. Juan el primero grand consejo en el lugar de la Puebla de Montañ- A. C. É oyo y algunos que decian, que el R e y non debía entrar en Portugal, segund los tratos fechos entre él é el Rey de Portugal, é que complia mucho á su servicio, pues dichos tratos eran jurados é firmados, de los tener é guardar, é tomar otras maneras con los de Portugal, en guisa que él non fuese , nin entrase por fuerza , nin con gente de armas em el dicho Regno: lo uno, porque asi el juramento seria tenido é guardada la verdad segund que la puso;

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 162.

é lo al, porque si el Rey entrase en el Regno de Portugal con Compañas de armas , non podria escusar de non facer daño en la tierra en tomar viandas, é cresceria el omecillo entre los de Castilla é de Portugal: é que si entrase con poca gente, que seria peligro.<sup>151</sup>

Para López de Ayala, não há aleivosia nem traições. O Mestre mata João Andeiro, o Conde de Ourém, no palácio de D. Leonor que, amedrontada, foge para Alenquer e depois renuncia. O Mestre se apossa da cidade de Lisboa. Seguem-se os conhecidos confrontos entre Portugal e Castela que culminarão em Aljubarrota.

Na perspectiva de Jean de Froissart, as querelas entre Castela e Portugal contam pouco. O autor afirma dar um relato confiável, mas como já mencionado no capítulo anterior, dispõe-se a focar sobre os relatos da guerra. O fato de Portugal ter feito as pazes anteriormente com Castela sem o aval da Inglaterra, obriga o rei Fernando a não cumprir sua palavra agora, em momento póstumo, com o rei da Inglaterra. A fama do monarca português é de governante fraco, embora na perspectiva de Froissart, a culpa recaia no próprio e não em D. Leonor.

Quando os novos embaixadores do Mestre de Avis procuram a Inglaterra para tentar novo acordo os argumentos são:

O nosso rei, que Deus o tenha, temia mais o acaso do que qualquer outro, mas o nosso rei atual é corajoso e empreendedor, porque se ele se encontrasse no campo de batalha com três vezes menos homens do que os seus inimigos, ele lutaria contra eles qualquer que fosse o resultado. Podemos lhe garantir isso com toda a lealdade.<sup>152</sup>

Como era esperado, a interpretação dos cronistas do Tratado de Salvaterra de Magos possui uma conotação bastante diferente nas narrativas castelhanas e portuguesas. Aos olhos do presente é claro o não cumprimento do Tratado por ambas as partes, apesar das justificativas dos cronistas que atuam, cada um por seu lado, como advogados de defesa. D. Leonor não era considerada legítima pelas perspectivas de seu tempo, mesmo sendo eleita por seu marido para ser a regente. Foi destituída, pelo Mestre, por seu genro e pela historiografia, que também não reconhece seus direitos haja vista ter sido julgada e condenada no passado. Ninguém retornou para resgatá-la das condições impostas por seu tempo. Os cronistas ignoram os argumentos de Salvaterra de Magos, colocando os interesses de cada nação à frente de acordos assinados outrora. Como geralmente ocorre em fracassos diplomáticos, as armas resolvem pela força o que não fora resolvido pelo diálogo. Mas existe também a possibilidade de que não interessasse solucionar pacificamente, como parece sugerir o fato de relegar ao papel de coadjuvantes outros

---

<sup>151</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>152</sup> Disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/>. Acesso em: 3 mai 2023.

personagens que neste contexto teriam lugar de poder, mas foram presos ou expulsos por ambas as partes, como o outro irmão João e D. Leonor, ou, então, silenciados como D. Beatriz.

A perspectiva da escrita de López de Ayala, sobre as relações entre os reinos, mostra que Portugal olha frequentemente para Castela, assim como Castela olha para França, evidenciando estratégias de poder que se refletem na escrita política. Uma visão menos apaixonada que a de Fernão Lopes, que ao atribuir a Deus o papel de juiz do enfrentamento, torna-o também responsável pelos acontecimentos, eximindo os mortais de culpas por más decisões, como a não observação de tratados.

A fama do rei em não cumprir promessas acabou por lhe dar a alcunha “O inconstante”, também mencionada na historiografia acadêmica. Salienta-se, por exemplo, que ele usou frequentemente os enlances matrimoniais como estratégia política, cumprindo e descumprindo acordos, a bel-prazer.

Apesar de com este tratado, D. Fernando renunciar às pretensões ao trono de Castela e se aliar com o inimigo, era previsível que o monarca não fosse cumprir a promessa de casamento com a princesa castelhana, cuja celebração era proibida sem a dispensa do Papa tendo em conta os princípios do direito canónico, já que D. Fernando e Leonor de Castela eram primos co-irmãos. No entanto, é importante destacar que Henrique II tinha duas filhas chamadas “Leonor”: uma, fruto do casamento com Joana Manuel, nascida em 1363; outra, resultado de uma relação extraconjugal com Leonor Álvarez, cuja informação não foi encontrada. Esta filha ilegítima já teria nascido em 1360. Maria José Pimenta Ferro indica que Leonor de Castela é filha de Henrique II e de Joana Manuel, posteriormente rainha de Navarra. Entretanto, D. Fernando casa-se, em segredo, em 1371, com Leonor Teles de Meneses, uma nobre da corte, e usou esse casamento para não cumprir a promessa que estabeleceu no Tratado de Alcoutim.<sup>153</sup>

A obra de António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro<sup>154</sup>, por exemplo, dedica um subcapítulo ao monarca, denominado como “El tiempo de la turbulencia: Fernando I (1387-1383)”, ano justamente em que começa o período do Interregno (1383-1385). O rei parece ter coautoria e culpa pelos trágicos tempos. Importante mencionar, que o capítulo antecede outro intitulado “Um nuevo cielo y una nueva tierra: la renovación juanina (1383-1449)” escrito por Gouveia Monteiro.<sup>155</sup>

Portugal inicia sua grande aventura de descobrimentos geográficos ao final do séc. XV, para a qual foi necessário o período que transporta a nação a um novo ciclo. D. Fernando é

<sup>153</sup> MOREIRA, Renata. A Política Externa de D. Fernando, o Inconstante. In: **Omni Tempore**: Atas dos Encontros da Primavera 2019. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, p. 130.

<sup>154</sup> MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, A. **História Medieval de Portugal...** op. cit.

<sup>155</sup> É interessante frisar que o livro em questão tem como propósito o ensino de História Portuguesa nas universidades espanholas, sendo escrito por um grupo de quarenta investigadores espanhóis e portugueses que fundaram a Associação Ibérica de História Militar.

apresentado a partir de suas feições físicas copiadas das crônicas, ressaltando-se a formosura, apesar de sua infância triste. A fonte é rapidamente citada. Fernão Lopes, com cento e cinquenta e oito capítulos, oferece o que o autor considera relato muito detalhado, citando ainda López de Ayala, que é a fonte do primeiro.

Para el estudio del reinado de Don Fernando disponemos de una crónica de Fernão Lopes, ya citada, que se compone de ciento setenta y ocho capítulos, y ofrece un relato muy detallado. El gran cronista portugués recurrió, también en este caso, a las narraciones de Pedro López de Ayala – sobre todo a las crónicas de Henrique II y Juan I de Castilla –, pero la información adicional que nos ofrece es mucho más amplia, no siendo posible conocer los casi diecisiete años de la historia de Portugal correspondientes al reinado de “el hermoso” (1367-1383) sin recurrir a la crónica de D. Fernando, de Fernão Lopes.<sup>156</sup>

Gouveia Monteiro, porém, não deixa de notar que o caso de D. Fernando constitui um problema para a historiografia, pois a principal fonte, Fernão Lopes, deve ser lida com bastante cuidado, porque desvaloriza o governo do “Hermoso” para enaltecer o do Mestre de Avis. Apesar da crítica, entretanto, o tom da interpretação acaba por concordar que D. Fernando abre as portas do caos e o Mestre de Avis chega para fechá-las.

Alguns feitos de D. Fernando, entretanto, são lembrados entre vírgulas. Mas talvez o panorama fosse diferente se o rei tivesse contado com um cronista para cantar seus feitos.

Sin embargo, fue durante el reinado de don Fernando – um período de muchas dificultades económicas y algunos rebotes de peste negra, en concreto em 1372, 1376 y 1380 – cuando Portugal reorientó decisivamente su política exterior, se promovieron reformas importantísimas tanto en la agricultura como en el comercio y la enseñanza, se reorganizó el ejército y se reconstruyeron castillos y murallas que, con el tiempo, se revelarían esenciales para el maestre de Avis, en la dura y prolongada guerra con Castilla que inició en 1383. Es necesario, por lo tanto, reevaluar este reinado, y hacerlo teniendo en cuenta el complejo contexto diplomático internacional en el que se ubicó.<sup>157</sup>

Apesar de todas as escusas, o reinado de D. Fernando enfrenta dificuldades não somente ibéricas, mas europeias, justificando a tentativa de anexação do pequeno reino de Portugal a Castela. Tal análise justifica que o rei português acate a princípio uma possível aliança diplomática, mas que logo enfrentará a oposição de seu vizinho mais poderoso. O monarca começa uma campanha de construção de muralhas e castelos como proteção, bem como alianças com outros reinos ibéricos como Granada, Aragão e Navarra. É derrotado em sua primeira campanha, o que rende cento e um capítulos de queixas dos concelhos do reino, acabando por configurar prova documental da má governança do rei português. As decisões

---

<sup>156</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 154.

desastrosas são culpadas pela alta de preços, insatisfação da nobreza e pela fome. O rei vê-se obrigado a desistir de sua política expansionista ainda que isso possa levar à perda da independência. Os olhos de Portugal viram-se então para Inglaterra.

En las cortes, reunidas en Lisboa entre los meses de julio y agosto de 1371, los procuradores de los concejos presentaron ciento e un capítulos que contenían un rosário de quejas y reclamos relacionados con la mala gobernación del reyno y la ruinosa dirección de las acciones militares contra Castilla.<sup>158</sup>

O casamento de D. Fernando com D. Leonor também gerou forte descontentamento em seu reinado. A decisão de contrair matrimônio com uma mulher que já tinha sido casada e com um filho, foi mal-vista por diferentes segmentos. Além de ser uma Teles de Menezes, ou descendente da nobreza castelhana, a rainha foi lembrada na crônica de Lopes como alguém que costurou importantes matrimônios não somente com outros nobres castelhanos, mas com importantes famílias portuguesas, e, dessa forma, foi abrindo canais que permitiram a entrada de grupos de interesses de Castela na corte de D. Fernando, aumentando sua própria influência. Tal estratégia não é vista com bons olhos pela crônica, o que também é seguido pela historiografia.

Títulos, rendas e terras foram fortalecendo a rainha e seu entorno português, destacando-se João Andeiro, que fora nomeado Conde de Ourém.

Nombrada reina y con una matrimonial dote – que incluía las villas de Sintra, Almada, Abrantes, Alenquer, Santarém, Torres Vedras, Atouguia, Óbidos y Aveiro, además de algunas tierras de realengo, y todo ello con altos poderes, incluso de naturaleza jurídica (Fernão Lopes, Crônica de D. Fernando, cap. LXII; Martins, 2009:55-56) -, Leonor Teles de Menezes urdió una série de alianzas – contando con el beneplácito de su esposo y de su poderoso tío – que se materializaron en matrimonios y en considerables donaciones. Así, la familia de la reina se unió a diversos linajes, algunos de ellos de origen portugués.<sup>159</sup>

Não vemos menções aos feitos positivos do rei, como as leis das Sesmarias, que buscavam reduzir o número de mendigos e desocupados do reino e combater a escassez de cereais. Os proprietários de terra deveriam torná-las produtivas sob pena de serem expropriados. Apesar dos grandes feitos de navegação caírem no colo do Mestre de Avis e sua descendência, foi no governo de D. Fernando que se fortaleceram as atividades portuárias e a construção naval, além de se criar a Companhias das Naus, e de profissionalizar a cavalaria com pagamento de soldos.

---

<sup>158</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 159.

Eis que adentra D. Juan, filho de Enrique na trama, e Fernando segue com seu mencionado “jogo duplo”, tendo o Conde Andeiro como seu representante na tentativa de uma nova aliança com a Inglaterra, para uma investida contra Castela, tendo a mão de D. Beatriz sido prometida ao herdeiro de ambos os reinos.

Em mayo de 1379 falleció Enrique II y subió al trono de Castilla su hijo Juan I. Es probable que el acontecimiento fuese visto por don Fernando como una oportunidad, pues los inicios de reinados eran siempre períodos de fragilidad política. Así, aun manteniendo el doble juego – ya que, por ejemplo, negoció el enlace entre su hija Beatriz y el hijo de Juan I -, el monarca portugués puso especial empeño en reactivar la alianza con Inglaterra, en donde desde 1377 reinaba Ricardo II.<sup>160</sup>

A seleção do trecho deve-se à necessidade de ressaltarmos como as constantes investidas de Portugal contra Castela nos tempos de D. Fernando são avaliadas na historiografia portuguesa. Os holofotes incidem sobre o momento em que Juan descobre as manobras de Fernando e inicia suas investidas contra Portugal, que antecedem o denominado “interregno” (1383-1385). Na terceira Guerra Fernandina, ou pela doença do rei ou pela apreensão dos ingleses em Flandres, outro acordo secreto é feito entre D. Fernando e o rei de Castela, quando se percebe que a Inglaterra não pode acudir Portugal. D. Beatriz já começa a ser mencionada como “a eterna moeda de troca”.

El 10 de agosto de 1382, a espaldas de los ingleses, algunos emisarios portugueses y castellanos concluyeran un acuerdo según el cual la infanta doña Beatriz, eterna moneda de trueque, fue prometida a un hijo de Juan I. Las plazas conquistadas por el monarca Castellano – como Almeida y Miranda do Douro – fueran devueltas a Portugal, junto con las galeras capturadas y los prisioneros apresados en Saltes, incluyendo al Almirante Teo. Los castellanos se comprometieron, además, a prestar los navios con los que los ingleses regresarían, a principios de septiembre, a su casa. La reacción de los aliados no fue buena, pero debieron aceptar la decisión del rey portugués.<sup>161</sup>

Envenenado por seus inimigos internos ou afetado pela tuberculose são as hipóteses da morte de D. Fernando. O fortalecimento do nome do Conde Andeiro na crônica de Fernão Lopes advém da suspeita deste ser o amante de D. Leonor. Neste ponto percebemos um contrassenso, no qual o autor da obra historiográfica, que ora analisamos, considera suspeita a permanente desconfiança de Lopes, quando toda a reorientação da política externa de Portugal foi ampliada pelo Conde de Ourém.

En la corte destacaba por entonces la figura de Fernández Andeiro, quien tras la muerte del “conde viejo” había sido nombrado conde de Ourém. Fernão Lopes sugiere que este “emperogilado” se había hecho amante de la reina Leonor Teles y que su lado estaba, el obispo de Lisboa, don Martín, de origen Castellano. Curiosamente, fue el próprio Andeiro, hasta entonces

---

<sup>160</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 167.

profundamente anglofíco quien ayudó a reorientar de un modo radical la política exterior portuguesa cuando, habiendo fallecido en 13 de septiembre de 1382 la reina de Castilla – doña Leonor de Aragón, hija de Pedro IV – hizo que una embajada compuesta por nobles portugueses se desplazase al reino vecino para proponer a Juan I un matrimonio con...! donã Beatriz!<sup>162</sup>

Salvaterra de Magos é celebrado em 2 de abril de 1383, e descrito em seu clausulado. D. Leonor deveria ser a regente até que um filho de D. Beatriz e D. Juan fizesse quatorze anos, se o rei não deixasse herdeiro varão. E, segundo o autor, *con la muerte de D. Fernando dio inicio un período extraordinariamente agitado de la historia política portuguesa, que llevaria a la aparición de una nueva dinastía y a una importante redefinición del destino lusitano*. Um novo início que revolucionará, a partir da política, também a cultura.<sup>163</sup>

Um tempo de batalhas internas e externas marcam o seguinte capítulo. Toda a desorganização política é considerada trampolim na nova história de Portugal. Outra importante questão mencionada pelo autor, é tratar-se de um tempo em que importantes personagens históricos viveram sem ocupar o trono. A versão de Fernão Lopes surge como lastro.

Aunque también fue un tiempo de renovación dinástica de reorientación de las opciones estratégicas – diplomáticas, económicas, comerciales – de rupturas y recomposiciones internas, de decisiones arriesgadas – muchas veces resultantes de circunstancias fortuitas y no fruto de cuidadosas planificaciones – que acabaron por lanzar a Portugal hacia una nueva etapa histórica. Además, fue una época que la vivieron figuras de dimensión ibérica, como el condestable Nun’Alvares Pereira y el cronista Fernão Lopes, ó incluso mundial, como el infante don Enrique “el navegante” por mencionar apenas a tres personajes que nunca gozaron del estatuto de rey o reina.<sup>164</sup>

Entre um exilado em Tordesilhas e uma mulher casada com um castelhano, houve naturalmente uma divisão, e uma proposta para o Mestre de Avis dar um golpe para invocar o acordo luso-castelhano. O Mestre titubeou, mas aceitou. Porém, a ideia era aceitar para passar o poder a seu “amigo de infância”, seu meio irmão ainda exilado. Dia 6 de dezembro de 1383, o golpe ocorre com a morte do Conde de Ourém que, diferentemente da crônica, é considerado o maior arquiteto das alianças diplomáticas com a Inglaterra e Castela, e o Mestre como um estrategista tentando criar um clima de revolução em Lisboa. Outra informação inédita é o episódio em que D. Beatriz e Juan I forçam D. Leonor a abdicar do trono em favor do casal. Ao não concordar, tentou resistir por meio de apoios militares, mas foi derrotada e encerrada em Tordesilhas até o final de seus dias. Na crônica de Lopes a rainha parte para Santarém no capítulo XXXI, não sendo expulsa, mas avisada. Para López de Ayala, a rainha renunciou e

---

<sup>162</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 179.

fugiu, tentando se proteger. Para Froissart, pouco importa se Leonor Teles desertou, renunciou ou foi ameaçada e expulsa. O fato é que sua regência não foi aceita, talvez por sua filha, que mal tem voz na crônica ou na historiografia, mas certamente por seu genro e seus cunhados. A única concordância é que ela termina seus dias em Tordesilhas e que o rei aproveitou seu tempo em Lisboa fazendo-se regedor e rei, atuando em nome próprio, pois o irmão estava preso. Apropriou-se do trono à vista de todos.

Sin embargo, el maestre de Avís había sabido sacar partido del tiempo que transcurriera desde la muerte del conde Andeiro. A mediados de diciembre, en el monasterio de Santo Domingo de Lisboa, había convocado dos reuniones con el “Pueblo” y los “grandes” de la ciudad en el transcurso de las cuales consiguió hacerse com la suficiente confianza por parte de ambos para hacerse nombrar “regidor y defensor del reino”. En contrapartida, había concedido a los lisboetas diversos privilegios, y en especial el de nombrar a veinticuatro hombres para el Gobierno de la ciudad, dos por cada oficio o “mester”.<sup>165</sup>

A importante decisão de nomear Nuno Álvares Pereira como fronteiro-mor da comarca do Alentejo e a eficácia das muralhas construídas por D. Fernando são a sorte do Mestre, e não mérito próprio. Sua posição fortalece-se nas cortes com João das Regras, o qual convence que o outro candidato é tão bastardo quanto D. João, e, dessa forma, este seria o sucessor ideal para governar. Braço militar e jurídico prontos, e a guerra ruma para os campos de Aljubarrota, com o partido do Mestre bem-organizado.

Ele conseguiu apoio dos que tinham interesse em ampliar os negócios através do mar e do patrimônio eclesiástico, confiscando o bem de seus opositores. A batalha política dá-se entre maio e abril de 1385. O jogo, que se torna financeiro, funciona e o Mestre consegue angariar dos concelhos algo próximo a quatrocentas mil libras, e pela historiografia é aclamado como o herói e de boa memória. O mérito da escolha do terreno do confronto atribui-se ao Condestável, acompanhado de ingleses e gascões.

Os detalhes da batalha não importarão neste momento, seguindo-se outro tratado, o de Windsor, assinado dia 9 de maio de 1386, retomando o vicioso/virtuoso ciclo de tratados e batalhas.

Outra obra de síntese, de Bernardo de Vasconcelos e Souza<sup>166</sup>, localiza a ideia de refundação do reino a partir da morte de D. Fernando e do Tratado de Salvaterra de Magos. Explicando os termos do tratado, usa um tom de condenação a tal acordo, por supostamente beneficiar mais uma vez a rainha D. Leonor, e que tal fato não era bem visto.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>166</sup> SOUSA, B. **História de Portugal...** op. cit., p. II.



Quando D. Fernando morreu, a 22 de Outubro de 1383, a sucessão no trono e no governo de Portugal estava determinada pelo Tratado de Salvaterra. Nos termos por este fixados, a regência do reino caberia a Leonor Teles até que D. Beatriz, já casada com o monarca castelhano, viesse a ter um filho varão de 14 anos. Ora, contando D. Beatriz, à época, cerca de 12 anos, a viúva de D. Fernando seria, no curto e no médio prazo, a principal beneficiada com a situação, uma vez que previsivelmente a regência se prolongaria por muito tempo. É, de resto, provável que tenham sido a rainha e os que lhe eram próximos que manobraram, do lado português, para que o Tratado de Salvaterra ficasse com o clausulado com que ficou.<sup>167</sup>

Como uma grande trama, considera que a rainha passa de consorte a mãe de uma possível rainha de Portugal e Castela, podendo ainda contar com apoio castelhano. Vozes populares repudiavam tal possibilidade e almejavam um líder que as levasse aos “novos tempos”. Para o povo, a bastardia não era vista como um estigma social, tanto que colocou o Mestre logo jovem à frente de uma poderosa milícia. As maiores cidades apoiavam a causa do Mestre, o que possibilitou a formação de um poder centralizado. Criado o aparato institucional, parte-se para a narrativa das batalhas. O autor nos conta que as vitórias pendiam para Portugal, frustrando as pretensões de D. Beatriz e D. Juan, que recuaram, deixando espaço para a diplomacia.

Mais uma vez evidencia-se a lógica interpretativa da historiografia. O Mestre confirmou-se pelas vias bélicas, oferecendo sensação de estabilidade momentânea. A estabilidade duradoura viria pela diplomacia no pós-guerra. O tratado entre Portugal e Castela, assim como o de Windsor, com a Inglaterra, assumem esse papel.

O novo rei consolidou a sua posição, com muitas povoações que haviam apoiado D. Beatriz a passarem definitivamente para o lado de D. João I. A guerra ainda se iria manter, com recontros vários, passando pelas tréguas de 1389, pelas novamente celebradas em 1393, pelo recrudescimento das hostilidades entre 1396 e 1402, até ao definitivo estabelecimento da paz entre Portugal e Castela, nesse mesmo ano, e sua reafirmação pelo tratado de 1411. Logo após Aljubarrota, o novo rei desenvolveu intensa atividade diplomática com a Inglaterra, na sequência do que já acontecera antes. Assim, em 1386 foi assinado o Tratado de Windsor, reafirmando a aliança entre os dois reinos.<sup>168</sup>

Em outra obra de síntese, José Mattoso utiliza métodos de análise, como a comparação clássica do que seriam as rupturas medievais ou suas batalhas, caracterizadas no tempo presente como revoluções.<sup>169</sup> As fontes primárias permitiriam, segundo ele, observar um tempo em que a ruptura deve-se à violenta reação do que se chamaria mais tarde de classes. E a solução para reordenar a sociedade viria pela centralização do poder, em novas bases.

---

<sup>167</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> MATTOSO, *Naquele tempo...* op. cit..

No período que recortamos verificamos que mesmo que as alterações sejam lentas, buscou-se a ruptura com o modelo anterior - D. Fernando e seus mal compreendidos tratados - e almejou-se um novo modelo de governança - D. João e suas potências institucionais -, construído pela historiografia. A versão das crônicas fortifica-se pela historiografia, principalmente no que tange à transformação do poder monárquico em Estado.

Vejamos rapidamente o seu sentido. Em primeiro lugar, na Idade Média não é preciso considerar uma alteração profunda das estruturas sociais e econômicas, mas apenas a ordem social, institucional ou política estabelecida. As estruturas não se alteram facilmente, sobretudo na Idade Média. Mas a própria estabilidade da autoridade política reconhecida por todos obriga a atribuir maior importância a toda a contestação que ponha em dúvida; esta resulta, portanto, de um mal-estar grave e de uma pressão destinada a alterar o equilíbrio de forças reinantes até então. O próprio valor atribuído à estabilidade e à autoridade leva a que as contestações tomem a forma de protestos contra a infracção de privilégios antigos e a que se reclame o reestabelecimento da ordem anterior, considerada como modelo.<sup>170</sup>

### 3.2. O papel da historiografia de Aljubarrota na construção institucional de Portugal

Que estaes vós outros assi cuidando, e que nom outorgaes o que outorgarom quantos aqui estom? E como! Ainda vós duvidaes de tomar o Mestre por regedor destes regnos, e que tome carrego de defender esta cidade e nós outros todos? Parece que nom soes vós outros verdadeiros portugueses.<sup>171</sup>

A imprecisão fronteira e a ausência de um poder centralizado. Ambos os fatores são motivos de preocupação e fascinação de autores que estudam o século XIV, momento fonte de Fernão Lopes. É nesse caldeirão de fome, peste e guerras em que o fortalecimento real é conclamado para salvar essa proto-nação que necessita antes de tudo de segurança como sentido de sobrevivência e de autenticidade. Os estamentos institucionais que se relacionam com tais aspectos de segurança ainda são juvenis e engatinham. A figura do rei precisa fortalecer-se diante da nobreza e do povo, e só contará com apoio e legitimação como imagem de um bom soldado. O cronista surge no palco com este importante dever. Criar a representação perfeita e até divina de quem será o centro dessa ideia que começa a se construir no século XIV. O estado, ou melhor, O Estado.

Assim se é certo que o pensamento político dos séculos XIV e XV revela ainda, pelo menos em parte, aquele “caráter marcadamente eclesiástico” que individualizou toda tradição medieval, verificamos agora um incessante crescimento das teses defensoras da autonomia do poder civil. Na verdade, desde os meados do século XII que juristas e filósofos se haviam dedicado ao estudo de noções como as de soberania ou de estado, empreendimento que a partir do século XII ganha, com a redescoberta definitiva da tradição

---

<sup>170</sup> Ibidem, p. 410.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 66.

aristotélica plena expressão de continuidade. No início do século XIV emergia assim – como observava ainda Ullmann – a ideia de estado e o pensamento político propriamente dito.<sup>172</sup>

Entre as estruturas nucleares e administrativas que se concretizam neste período, entende-se que o ofício do historiador ajuda nessa tarefa de centralizar o poder e de construir o estado soberano. Um nobre trabalho que poderia auxiliar no fortalecimento dos povos. Pertencimento, identidade, soberania e alteridade. No século XV, Portugal não quer mais pertencer a Castela, e essa vontade ganha materialidade comprobatória nas crônicas. A defesa e o ataque agora ultrapassam os campos de batalha e seguem para o campo das ideias, para cada vez mais se institucionalizar. Tais estruturas passam de fase.

O autor João Gouveia Monteiro é explícito ao tentar desvendar a intencionalidade e os possíveis interesses na escrita de Fernão Lopes, atrás do verdadeiro significado das palavras do cronista. Talvez essa busca pela objetividade e racionalidade nos estudos históricos seja uma tentativa de achar o que seria a “verdade nua e crua do presente”. Nota-se o interesse em ser o porta voz de um tempo, ou trazer do passado as respostas para perguntas sobre como ou através do quê fomos concebidos, seja por intuição, ignorância, ideologia ou necessidade<sup>173</sup>. Mas, tal como os cronistas do passado, também os historiadores do presente têm propósitos. Lopes revela seu contexto político e social quando exalta, enaltece, diviniza, critica, condena. Os historiadores alertam que no passado havia menos compromisso com os fatos, e um dos papéis da História seria o de mitigar possíveis discrepâncias, remodelando e traduzindo textos de um período em que não se distinguia imaginação de fatos, não se separava ficção de realidade. Por exemplo, nas palavras de Monteiro:

É claro que Fernão Lopes é um escritor um pouco especial; trata-se de um historiador e ainda por cima como é sabido, excepcionalmente habilitado para apreciar com pormenor todos os contornos das intrigas que serviram de trama à sua narração. Mas será que por isso se não confunde na sua obra a realidade historicamente ocorrida com a leitura ordenadora que dela desejou fazer o Autor? Repara-se que, para mais, Fernão Lopes escreve na primeira metade do século XV, no seio portanto de um universo cultural onde a distinção entre o imaginário e o verídico se revelava muito menos nítida do que hoje e a representação do passado surgia frequentemente mais como uma representação ideal do que como uma duplicação precisa.<sup>174</sup>

O cronista apresenta um recorte especial, uma geração anterior que combate em Aljubarrota e que, em seguida, projeta Portugal para um mundo moderno e diferente do acinzentado medieval. A geração anterior composta por escudeiros e cavaleiros advindos de

---

<sup>172</sup> MONTEIRO, J. *Fernão Lopes – Texto e Contexto...* op. cit., p. 33.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 15.

ordens militares, assim como D. João, torna-se simbolicamente a memória de um Portugal guerreiro, corajoso, audaz e que não aceitou invasões e lutou para jamais ser anexado.

Os novos tempos e um mundo novo. O messias de Lisboa. Uma nova percepção não apenas social, mas a mudança dos lugares de poder e de fala. Um bastardo que consegue o apoio de secundogênitos, desagradando parte da nobreza que sempre tendeu a concentrar as benesses e heranças, e que agora se viu obrigada a repartir. Como já mencionado, o Mestre desapropriou alguns de seus adversários, que foram contra a sua ascensão, classificados na crônica de Lopes como falsos portugueses. A interpretação historiográfica da crônica, rapidamente, assumindo cores nacionalistas, coloca esses “falsos” no lado dos que não são verdadeiramente portugueses. Soma-se ao quadro a arraia miúda, que luta com paus e pedras, tem coragem e defende o reino. O povo, alçado pela crônica, assume a identidade anacrônica do que futuramente seria “we the people”. Mas também a nobreza passou por uma limpeza “nacionalista”, promovida pelo próprio Mestre que:

...teria armado cavaleiros muitos dos seus homens, antes da batalha de Aljubarrota (CDJ, II, c.39). Seja ou não verídico, representa o rito de passagem que consagrava e justificava a sua nobilitação. Sessenta anos mais tarde, quando Fernão Lopes escrevia, as suas famílias atribuíam certamente esse ato a legitimidade do seu estatuto privilegiado.<sup>175</sup>

Adriana Zierer discute alguns elementos da historiografia contemporânea relacionados a Fernão Lopes e suas crônicas, ao Rei D. João e a Aljubarrota. Para a autora, existe uma forte relação no período medieval entre as instituições políticas – governo, exército e igreja.

Os estudos aqui tratados se referem à chamada Nova História Política, na esteira do Movimento dos Annales, e buscam relacionar História e Poder. Neste sentido, é possível afirmar que, no período medieval, o poder está muitas vezes relacionado ao sagrado.<sup>176</sup>

D. João tem sua vida escrita a partir da superação de impossibilidades. Sobre a instituição família, ele é um filho bastardo, secundogênito e coevo a um momento nomeado interregno, ou seja, sem regentes legítimos. A própria classificação do momento nos conchama a pensar que na ausência de um governante, a fase crítica pode tornar-se oportuna a depender de decisões estratégicas, tais como a escolha de aliados ou bons representantes institucionais. Em tal fase, a escolha conta com o Dr. João das Regras, que representa a dimensão jurídica e Nuno Álvares Pereira que congrega a militar e a religiosa, com ares de heroicidade.

<sup>175</sup> MATTOSO, *Fragmentos...* op. cit., p. 282.

<sup>176</sup> ZIERER, op. cit., p. 226-249.

No entanto, a autora chama a atenção para o fato de não haver naquele período um sentimento de nacionalidade, motivo pelo qual são anacrônicas as obras que insistem em criticar a nobreza portuguesa que apoiou o rei Juan de Castela<sup>177</sup>.

A concepção e a percepção dos envolvidos pautavam-se por lógicas de redes personalistas, e suas ações deveriam ser avaliadas pelos vínculos que os obrigavam em sociedade. A posição social do Mestre de Avis era notoriamente instável, coisa que se percebe claramente em todas as narrativas. Suas estratégias políticas oscilantes, em termos dos apoios, são eloquentes. Mas, uma vez associado a um grupo que vislumbrou sua sobrevivência política, por meio do controle do trono português, o discurso passa a defender a independência frente a Castela, um mote que se torna fundamento para a batalha. Obviamente, nas narrativas castelhanas, tal argumentação não faria sentido. Para Castela, questiona-se que Portugal prefira aceitar um rei não legítimo, bastardo, para impedir que D. Beatriz e seu esposo assumissem legitimamente o trono português. Para López de Ayala, o tal Mestre de Avis se fez rei, e rasgou um tratado. Para Froissart, a peleja foi uma oportunidade para resolver a ociosidade de mercenários e para a Inglaterra recuperar posições na Península Ibérica, na perspectiva do cenário político que se desenrolava na França.

Fernão Lopes é contratado por D. Duarte, para escrever crônicas dos reis de Portugal, sendo conhecidas as de D. Pedro, D. Fernando e D. João. Apesar de ser um funcionário régio, Fernão Lopes, talvez pela sua experiência como guarda-mor da Torre do Tombo, procurou legitimar sua narrativa com base em fontes documentais. Ainda assim, utilizava terminologias que apelavam para cunhos moralistas e religiosos. Por exemplo, refere-se aos castelhanos como “adoradores de ídolos”. A batalha se legitima, na escrita de Lopes, entre nós, com Deus, e eles, com Satanás.

Ainda recorrendo a Zierer, ela pontua a influência de tais escritos ainda hoje. É interessante observar que a existência de batalhas e confrontos entre os dois reinos posteriores a 1385 não é obstáculo para que se continue a reproduzir as narrativas de Fernão Lopes relativamente a Aljubarrota, transformada em ponto de chegada e de virada. Como diria Maria Helena da Cruz Coelho, Aljubarrota é o ordálio da Dinastia de Avis.<sup>178</sup> A batalha é considerada o marco principal para legitimação de D. João, símbolo de inesperada vitória, principalmente

---

<sup>177</sup> A Crônica de D. João nos mostra que ainda não existia sentimento de nacionalidade em Portugal na época do Movimento de Avis, daí o fato de as linhagens tradicionais terem apoiado D. João de Castela. Até então a nobreza ibérica portuguesa se via como um grupo único, como aparece, por exemplo, na Crônica Geral de Espanha de 1344 e no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.

<sup>178</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I: o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 336.

pelo fato de o exército português estar em menor número, ainda que não haja certeza relativamente aos números. Vemos também Nuno Álvares Pereira como representação do exército português.

Outro milagre importante seria, antes da eleição de D. João como monarca nas Cortes de Coimbra, a sua aclamação por crianças e depois disso por um bebê de sete meses, que bradou: “Portugal, Portugal, pelo Mestre de Avis!” Dentre todos os milagres, porém, o mais importante teria sido a vitória na Batalha de Aljubarrota, em que os portugueses foram vitoriosos apesar de um exército menor.<sup>179</sup>

A ideia de Estado nacional assenta-se no tripé: território, governo soberano e povo. A esse propósito, e relativamente ao afiançamento da Dinastia de Avis, Adriana Zierer lembra da importância que para alguns grupos de pesquisa brasileiros adquiriu o chamado Discurso do Paço<sup>180</sup>. A interpretação desse discurso permitiu considerar Portugal como um dos primeiros estados nacionais europeus, ainda que tal percepção não seja unânime. A relação de Lopes com o período mencionado desperta bastante curiosidade, uma vez que sua biografia acabou por se fundir com a história da própria batalha.

Assim, em *História de Portugal*, coleção com vários volumes produzidos entre 1928 e 1954, o autor reproduz as opiniões de Rui de Pina ao falar do monarca, o qual – segundo o cronista – morreu em 1433, “com mui claros sinais de salvação de sua alma”. Segundo Peres, reproduzindo o cronista Rui de Pina: [...] era o dia quatorze de agosto de 1433, dia de júbilo e de tristeza. Completavam-se justamente quarenta e oito anos, que fora, ao cair da tarde, a inolvidável vitória de Aljubarrota; e em dia de tam grata recordação agonizava e morria aquele grande português, que nesse entardecer já longínquo imorredouramente se cobrira de glória!”<sup>181</sup>

Assim como fora observado nos textos de Lopes, é bastante plausível que todos os cronistas tivessem a consciência da importância de seu papel e da possibilidade que seus escritos pudessem influenciar a política muito além de seu tempo.

<sup>179</sup> ZIERER, op. cit., p. 232

<sup>180</sup> Nas palavras da autora Adriana Zierer, *O Scriptorium - Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF*, apresenta uma significativa produção relacionada à Dinastia de Avis e em especial sobre o fundador da Dinastia. Vânia Leite Fróes apresentou estudos pioneiros sobre a questão do *discurso do paço*, elaborado por essa dinastia, que possibilitou a ascensão de D. João I ao poder. Este discurso era baseado no seguinte tripé: povo, sentimento de nacionalidade e rei. Pregava determinados modos de comportamento para a nobreza e monarquia, e foram compostos vários escritos que visavam a fortalecer o novo grupo político reinante.

<sup>181</sup> PERES, Damião. **História de Portugal** (v. 3). Porto: Portucalense, 1929, p. 27.

### 3.3. Crônicas lopeanas + historiografia portuguesa

Fernão Lopes, quando dá início à sua função como guardador-mor da Torre do Tombo, provavelmente, já era um reconhecido escritor, pois exerceu altos cargos como oficial régio, ou, como esclarece Oliveira Marques: alto funcionário público, valido da Casa Real.<sup>182</sup>

Sua obra foi bastante influenciada por escritos bíblicos e pelas lendas de cavalaria encontradas nas duas bibliotecas onde pesquisou a maior parte do tempo, a de D. Fernando e a de D. Dinis. Isso nos ajuda a compreender o fato do período de Aljubarrota ser tão enaltecido em seus aspectos militares, mas comprometendo-se menos com questões técnicas e adotando o modelo dos Espelhos de Príncipes, tão comum à época.

Sendo considerado o pai da historiografia portuguesa, o fato de ter lidado durante muitos anos com documentações seculares na Torre do Tombo permitiu-lhe desenvolver uma escrita cronológica e diacrônica. As principais fontes narrativas que influenciaram o autor são a de Pero López de Ayala, a segunda a Crônica do Condestável - verdadeira hagiografia de Nuno Álvares Pereira - e uma crônica latina sobre o reinado de D. João I, que Lopes identifica como da autoria de um Dr. Christophorus (Cristóvão). Este eclesiástico, inflamado pelo Cisma da Igreja, provavelmente ofereceu as informações para embasar a narrativa militar. Assim entende Peter Russell:

Christoforus era um eclesiástico, e ao que parece, especialista de direito canônico. A sua crônica refere-se largamente à guerra da independência contra Castela, e era bem-vista por Fernão Lopes, que a considera com a mais fidedigna das suas fontes narrativas e vai a ponto de prestar ao autor a consideração desusada de a citar textualmente várias vezes. (...) Tanto quanto é lícito julgar, grande parte da informação de Lopes relativa a assuntos militares durante a prolongada guerra deriva diretamente da obra deste autor. No seu espírito, ela reflete a atitude da igreja portuguesa durante a crise nacional – ardente nacionalismo ligado à defesa ativa do Papa de Roma contra o seu rival Avinhão. (...) Tudo parece levar a crer que o espírito da Crônica de D. João foi altamente influenciado pelo da obra de Christoforus. (...) De todas as suas fontes historiográficas, só Christoforus tem o prestígio de autoridade.<sup>183</sup>

Bebendo de fonte em fonte, Fernão Lopes constrói a narrativa histórica da independência portuguesa, bem como seu espírito religioso, cujas interpretações dos fatos resistem ao tempo de forma tão verossímil que são ainda hoje difundidas nos livros escolares e amplamente adotadas pelo discurso institucional como a verdade do passado sobre a qual se deve construir o futuro. Ele criou uma versão convincente.

<sup>182</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. Lopes, Fernão. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. IV. Porto: Figueirinhas, 1979, p. 56-58.

<sup>183</sup> RUSSELL, Peter. **As fontes de Fernão Lopes**. Coimbra: Coleccção Universitas, 1941, p. 37-38.

Ao tentar perceber intencionalidades políticas em Fernão Lopes, Russell prossegue a investigação pela Crônica de D. João, que considera um “plano de construção muito bem pensado e cuidadosamente aplicado”. Era o cronista do poder, em um tempo que escritores não sobreviviam de seus textos, o que certamente influenciava a maneira como contaria a história, revestida das próprias memórias e associações políticas encomendadas. Tal como lembramos na introdução, quando referimos que os historiadores do presente utilizam seus teclados, assim como os do passado suas penas, o autor alerta:

É claro, que isto condicionava, necessariamente a produção e natureza das obras. No caso dos historiadores, aliás o problema colocava-se ainda com a acrescida acuidade. De fato, a pena dos cronistas podia ser para os reis e senhores, uma arma preciosa de defesa ou ataque, importava naturalmente, era assegurar sua fidelidade e eficácia. Por isso, mesmo o cronista, e como lembrou ainda A. J. Saraiva, tenderia a exprimir, talvez mais até do que a sua visão pessoal dos acontecimentos, o ponto de vista dominante na corte ou da instituição a cujo serviço se encontrava.<sup>184</sup>

A história e seus autores fazem parte do poder. Aljubarrota se constrói a partir de uma série de ações jurídicas que, por sua vez, legitimarão as militares. As engrenagens retóricas passam a girar conforme o objetivo dos vencedores, sendo cada peça institucional desse discurso cuidadosamente pensada. Tal dinâmica persiste até hoje. A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), nesse sentido, é a comprovação material da estratégia lopeana. Por meio das palavras de Fernão Lopes, a ideia da nação portuguesa assenta-se na percepção de coragem do povo, cujo destino histórico é manifesto e protegido pela divindade.

De resto, se assim não fora, nunca a candidatura do Mestre de Avis teria podido sair vitoriosa. Com efeito, para Fernão Lopes o seu trunfo foi necessariamente consignado pela Providência Divina. O que desfazia, definitivamente, os mais entranhados ceptismos! Como escreveu Armindo de Souza, “(...) Aljubarrota foi mais que uma batalha que decidiu do êxito duma revolução; ela constituiu o argumento superior e inatacável de que o Direito estava pelos Portugueses e que por eles estava também o Juízo de Deus. (...) Mais que patriotismo, patenteia-se a preocupação de garantir que o Mestre não foi um usurpador e que, conseqüentemente, a Dinastia assentava no Direito: em Coimbra, João das Regras o mostrou e, em Aljubarrota, Deus o sancionou em feito de armas que teve um valor de um ordálio.”<sup>185</sup>

A crônica tem, portanto, efeitos políticos importantes e, a historiografia, ao incorporá-la, parece endossar tal ideologia apologética. No campo militar, por exemplo, quando se constrói, e, posteriormente, se reforça, a imagem de um povo guerreiro, legitimam-se funções

<sup>184</sup> SARAIVA, J. H. *As Crônicas de Fernão Lopes*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1993, p. 21-22.

<sup>185</sup> SOUZA, Armindo de. *A Morte de D. João I: Um tema de propaganda dinástica*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos., 1984, p. 449.



hierarquizadas, fortalecem-se instituições, aumentam-se soldos, compram-se armamentos e equipamentos.

Por outro lado, o discurso lopeano encantado com condestáveis, reis, guerreiros, em tom de lenda arturiana, promove uma dinastia identificada com a instauração e conservação da ordem.

Toda sociedade afirma a sua vontade de eternidade e receia o retorno ao caos como realização da sua própria morte. Tratar-se-ia de preservar a vitalidade de um processo que algumas décadas depois, no momento conturbado em que o cronista redigia, se encontrava – como vimos – comprometido pelas suas contradições. Lopes tem, já o sabemos, perfeita consciência desta realidade; de resto, e como lembra ainda Balandier, todas as sociedades mesmo as que parecem mais hirtas, estão obcecadas pela sensação de sua vulnerabilidade. Para o cronista relatar os episódios da revolução dos finais do século XIV em termos inevitável projeção futura era, portanto, assegurar a exequibilidade do seu próprio presente.<sup>186</sup>

Logo, a historiografia lopeana da nossa contemporaneidade também é conservadora. É o que percebemos no capítulo primeiro deste trabalho, quando apresentamos a forma como o Exército português se mira em Aljubarrota. A instituição do presente se alimenta da ideia de um passado guerreiro, como se tivesse participado dos confrontos de 1385.

Fernão Lopes é um oficial da corte, pago para registrar determinada versão de um tempo, com claros objetivos políticos. Mas os historiadores de hoje, ao contrário, pretendem ser intérpretes do passado, por meio de métodos e de reflexões teóricas que se distanciam radicalmente das lógicas que presidiam o trabalho dos cronistas. Mas, não deixa de ser interessante observar como a agenda política de hoje, muitas vezes naturalizada como tradição interpretativa, acaba por incorporar imagens heroicas e apologéticas de Lopes, que servem ainda à identidade nacional portuguesa.

Com base na representação simbólica dos principais personagens, com suas características, tais como o rei fraco que não teve filhos, o rei forte que se provou em várias frentes, o condestável guerreiro imbatível, o bispo conselheiro, o doutor de Coimbra “soldado do tribunal”, e a arraia-miúda como o bom povo português, criam-se modelos facilmente replicados em outras épocas, sobre os quais se legitimam e fortalecem as instituições. No transcurso do tempo, desenvolve-se um intrincado processo de fetichização desses elementos, que acabam por dar ao Estado sua aparência humana e moral. Seguindo a Bourdieu:

É que o Estado, no sentido de “conjunto de serviços de uma nação”, é que faz o Estado no sentido de “conjunto de cidadãos com uma fronteira”. Há uma inversão inconsciente das causas e dos efeitos, típica da lógica do fetichismo, uma fetichização do Estado que consiste em fazer como se o Estado-nação, o

---

<sup>186</sup> MONTEIRO, **Fernão Lopes – Texto e Contexto...**, op. cit., p. 120.

Estado como população organizada, existisse primeiro, ao passo que a tese que eu gostaria de avançar e de pôr à prova, de uma espécie de história da gênese do Estado em duas ou três tradições, é a ideia inversa: isto é, a de que há um certo número de agentes sociais — entre os quais, os juristas — que representaram um papel eminente, em especial os detentores desse capital de recursos organizacionais que era o direito romano. Esses agentes construíram progressivamente essa coisa que chamamos de Estado, ou seja, um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial. A constituição dessa instância acompanhou-se da construção do Estado no sentido de população compreendida dentro de fronteiras. Em outras palavras, foi construindo essa espécie de organização sem precedente, essa espécie de coisa extraordinária que é um Estado, construindo esse conjunto de recursos organizacionais, ao mesmo tempo materiais e simbólicos, ao qual associamos a noção de Estado, que os agentes sociais responsáveis por esse trabalho de construção e de invenção construíram o Estado no sentido de população unificada falando a mesma língua, ao qual geralmente associamos o papel de causa primeira.<sup>187</sup>

Observe-se, nesse sentido, a importância atribuída a João das Regras, que transcende o próprio Fernão Lopes.

São manifestos o artifício, o ardil, a habilidade, o gênio literário de F. L. Será sempre, qualquer que possa ser a ideia que a crítica dele venha a fazer como historiador, um escritor fulgurante, encantador, dramático, um mestre da língua e da arte de bem dizer. Mas a nós, o que nos interessa antes de mais nada e acima de tudo, em estudo desta natureza, são, naturalmente, os seus dotes e processos de historiador. Evidente como é, que os discursos atribuídos a João das Regras por F. Lopes são arranjo seu e de mais ninguém — veremos que em certos passos de modo nenhum podem ser obra de um jurista, mesmo nas funções de mero advogado — vamos examinar a pontos largos as razões do cronista de D. João I para produzir a prova da sua tese, isto é, da vacatura do trono de Portugal em abril de 1385.<sup>188</sup>

A memória do célebre jurista será celebrada e revitalizada, com objetivos políticos claros. A transformação de sua existência em fetiche, como se pode notar na imagem a seguir, faz parte de uma estratégia que associa o poder do Estado em organizar e garantir, por exemplo, as comunicações do país.

---

<sup>187</sup> BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**, Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 49.

<sup>188</sup> MONTEIRO, Fernão Lopes – **Texto e Contexto...** op. cit., p. 10

**Figura 7. Selo Filatélico**

Clube Filatélico de Portugal. Disponível em: <https://web.archive.org/>. Acesso em: 31 mai 2023.

A legenda esclarece que o Dr. João das Regras, notável juriscônsulto, estudou em Bolonha, considerada o centro fundador dos estudos universitários medievais. Segundo Fernão Lopes, deve-se a ele o alçamento do Mestre de Avis a regedor do reino, desqualificando os outros pretendentes com argumentos jurídicos. A historiografia nos informa que a defesa do Mestre lhe rendeu boas mercês: cavaleiro de sua casa, senhor das vilas de Castelo Rodrigo, Tarouca e Beldigem, senhor de Cascais e seu termo, do reguengo de Oeiras, das dizimas das sentenças condenatórias de Évora, da jurisdição da Lourinhã e das rendas da portagem de Beja.<sup>189</sup>

Mas, há autores, que desconfiam da versão laudatória de Lopes sobre João das Regras:

Uma breve alusão do autor da Crónica de D. Fernando di-lo chegado, havia pouco, do «estudo de Bolonha»: «ElRey mandou chamar a Lixboa alguus letrados, assi como o doutor [...] Joham das Regras com elles, que pouco auia uehera do estudo de Bollonha» (Cap. 157).<sup>190</sup>

Brásio considera a possibilidade de João das Regras nem ter frequentado Bolonha, pois em suas pesquisas, não encontrou nas possíveis fontes o nome do renomado cronista-jurista. Ao longo de seu texto, acusa Fernão Lopes de praticamente personificar o douto e colocar as

<sup>189</sup> Site Bic Laranja. Disponível em: <https://biclaranja.blogs.sapo.pt/>. Acesso em: 25 mai 2023.

<sup>190</sup> Ibidem, p.8.

palavras que bem quis na boca de João das Regras, comprovando ser o texto lopeano uma convincente ficção política, legitimada por diplomações imaginárias.

O Arquivo Arquiepiscopal de Bolonha conserva o precioso *Liber secretus iuris cesarei*, que abarca os anos de 1378 a 1512 e que A. Sorbelli publicou em Bolonha em 1938 para os anos de 1378-1420 e em 1942 para os anos de 1421-1450: II a *Liber Iuris Caesarei* dell'Università di Bologna. Existe ainda o «*Liber secretus Iuris Pontificii*», de 1377-1528, totalmente inédito, e que aqui não interessa, pois não consta nem é crível que o «grão doutor» frequentasse os cursos de Direito Canónico, a que este se reporta exclusivamente.<sup>191</sup>

Considera crítico o posicionamento nada neutro do Dr. João, em Coimbra, ao comportar-se mais como um advogado político que de jurisperito ou juriconsulto. Afirma ser Lopes um gênio do gênero literário. O autor pontua os critérios e argumentos cheios de intenções discursivas, principalmente no que tange em desacreditar os outros possíveis pretendentes ao trono, com falácias de um historiador e escritor experimentado, porém com falhas fulcrais nos aspectos jurídicos.

Inicialmente, incluir as pretensões do rei de Castela nas cortes ficcionais de Lopes seria quase impossível, pois estas eram compostas por uma minoria dissidente que representava a “verdadeira nação. Sobre outras argumentações “comprovadas” na crônica de Lopes, que usa a Torre do Tombo como lastro de verdade, o autor o acusa de forjar documentações e usar depoimentos tendenciosos como o de Diogo Lopez Pacheco, o que não considera “História séria”! Juridicamente, questiona como alguém que se dizia profissional poderia cometer erros tão crassos, considerando como gravíssimos os argumentos do capítulo que trata da ilegitimidade dos filhos de D. Pedro.

O ainda. F. Lopes põe na boca de João das Regras a afirmação de que vai tratar do intrincado problema «sem afeição que se de nós assenhore», mas «segundo a rrazom e dereito require[m]». Logo veremos, ou iremos vendo, a pouco e pouco, como consegue o cronista-jurista o seu programa de incorrupta objectividade histórica.<sup>192</sup>

Nas fontes, encontra súplicas de D. Pedro por seus filhos D. Fernando, D. Dinis, D. João e D. Beatriz, mas nada sobre D. João de Avis, que fora criado com considerável distância.

É deveras lamentável que quem forjou o diploma de 30 de março de 1385 e é lamentável que um historiador da reputação de Fernão Lopes, tenham esquecido um documento que a Torre do Tombo guarda em perfeito estado de conservação, apesar dos 604 anos que sobre ele pesam, de 5, 14 e 20 de Agosto de 1355, e que é o instrumento de composição e entendimento entre D. Afonso IV e o Infante D. Pedro. Tal documento não podia nem devia F. Lopes esquecê-lo como cronista, nem João das Regras como jurista, embora o tivessem

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 11.

compreensivamente esquecido os autores da citada Inquirição de 30 de Março.<sup>193</sup>

Desacredita Lopes do início ao fim. Acusa-o de ser escritor fraudulento.

Assim se faz a história. É assim a história. Um contínuo «devenir»! Ídolos com pés de barro têm de vir fatalmente a terra, ainda que leve séculos. Aquela bula, aquela bomba final levada por João das Regras às Cortes de Coimbra, forjada ali mesmo pela facção do Mestre de Avis e distribuída em cópias em várias direcções, não é de 15 de Julho de 1361, mas de Março ou Abril de 1385. Não é de Inocêncio VI, nem de qualquer outro Pontífice, mas da fábrica que produziu outros documentos de igual teor e para idênticos fins. Um dos exemplares foi parar, não à Chancelaria pontifícia, naturalmente, mas a uma compilação de mestre Zenobio, propriedade de Boério, presidente do senado de Dijon, sem que se saiba como. Martene e Durand confessam, expressamente, que desta compilação a transcreveram.<sup>194</sup>

Sobre outro personagem icônico, comprova-se a influência da *Chronica do Condestabre de Portugal - Dom Nuno Álvarez Pereira*<sup>195</sup>. Publicação que veio a público em 1526, ou 95 anos após da morte do Condestável. Podemos perceber que ele será fortemente apropriado por duas instituições: o Exército e a Igreja.

Capitão esforçado e valeroso, soldado infatigável e invencível, a imaginação popular havia de olhá-lo como um symbolo de liberdade e de crença, de patriotismo, e de religião, deste vago e indecifrável mysticismo em que educação havia sido sempre dirigida e o seu carácter sempre moldado.<sup>196</sup>

A referida crônica anônima tem seu prefácio escrito por Mendes dos Remédios, que explica que o autor para não ser maior que o herói da narrativa, omitiu seu nome. Mas, insinua-se permanentemente ter sido escrita por Fernão Lopes, o cronista de uma geração que sucede a do Condestável. O personagem alcançaria verdadeira glória ao lado do predestinado Mestre de Avis. Em tempos que o reino português era constantemente atacado pelas “multidões de inimigos”, onde não se poupavam velhos nem crianças, o predestinado foi armado. No texto é bom filho, bom pai, bom marido, bom soldado e bom cristão. O oposto de um *condottieri* que luta apenas por aventuras e riquezas, e não pela fidelidade à bandeira e a seu povo. Os valores de um soldado português são opostos aos de um italiano, e, ainda no prefácio, são considerados os chefes de um movimento de independência e libertação.

Mas, se o espírito de cultura geral e a compreensão dos deveres políticos não fossem diferentes em Portugal dos de Itália, os chefes do movimento da independência nacional, como D. João I ou o condestável, é que não podem

<sup>193</sup> Ibidem, p. 13

<sup>194</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>195</sup> **Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Álvarez Pereira**. Coimbra, 1911. Disponível em: <https://purl.pt/14411/1/index.html#/5/html>. Acesso em: 5 jul 2023.

<sup>196</sup> Ibidem, p. X.

equiparar-se aos desses bandos de guerrilheiros da morte, do incêndio e do roubo.<sup>197</sup>

Fim do prefácio, e início do capítulo I. Pelas mãos de D. Leonor, Nuno Álvares Pereira recebe as armas do Mestre de Avis, habitando a casa de D. Fernando. Em importante momento, quando acompanha a rainha D. Leonor, e sua filha D. Beatriz a casar-se em Castela. Conta-se que então teria sido desprezado em uma das recepções, indo embora, derrubando mesas e cadeiras, reação apreciada por D. Fernando. Mas o rei morre no capítulo seguinte.

Chamado às pressas para o enterro régio, um pensamento divino lhe veio à mente: o de defender o reino, apoiando o Mestre, filho de D. Pedro, e não o conde Andeiro, homem da rainha. Assim tocou a jornada ao lado do Mestre, haja vista a forma maniqueísta como o momento é apresentado. Era preciso tomar partido pela rainha ou pelo Mestre. Observa-se que o tom empregado para se referir ao Mestre é de fato semelhante ao da crônica de D. João. Parece mesmo que Fernão Lopes empresta sua escrita, pensamentos e voz a Nuno Álvarez Pereira, como aparenta a vassalagem do Condestável ao reino e ao Mestre.

\* \* \*

Até aqui, cronistas e historiadores aparecem guiados pela política, coisa que claramente influencia suas escolhas e abordagens. Entende-se por escolhas não somente as batalhas, as personagens e os recortes, mas também a forma de narrar. É neste campo que conseguimos ouvir através da tonalidade das letras pressupostos aparentemente objetivos, travestidos de traições, aleivosias e intenções, mas que acabam por revelar estratégias discursivas nacionalistas. Bem governar, virtuosas dinastias, instituições fortes, batalhas milagrosas, fazem parte de um feixe necessário à criação de uma determinada imagem política. Mais importante que ser forte é dizê-lo e registrá-lo por escrito, para que o tempo não apague a ideia.

Mas, antes de encerrar, é interessante lembrar que, apesar do júbilo lopeano, seguido de perto pela historiografia portuguesa contemporânea, os destinos de Portugal e de Castela voltarão a se fundir após Aljubarrota. Portanto, a batalha como marco de independência e de uma nova era parece ser uma estratégia para alimentar a mística de uma dinastia vencedora, “honrada e protegida por Deus”.

---

<sup>197</sup> Ibidem, p. XLII.

## CONCLUSÃO

Com este trabalho historiográfico pretendemos oferecer uma análise das diferentes camadas de que se constrói a ideia de Aljubarrota. Abordagens e estratégias que foram abrindo seu próprio caminho, assumindo formas e funções em arcos de curta e de longa duração, em narrativas de síntese, monográficas, escolares e públicas. O fato-monumento é potente e robusto, alimentado pela historiografia, apoiada em “evidências” de tipo jurídico, militar e diplomático, com ramificações que irrigam as instituições políticas durante séculos. Tais funções institucionais não são lineares, mas helicoidais e desenvolvem-se em torno de seu centro, com diferentes sobreposições e representações. Observamos cronistas juristas, militares embaixadores, juristas políticos e historiadores soldados, todos lutando historiograficamente pela memória vitoriosa de Aljubarrota. Em cadência dicotômica, entre ficção e realidade, surgem palcos-tribunais, palcos-campos de batalha, palcos-escolares.

A historiografia operou o processo de transmutação de Aljubarrota e de seu enredo, ora como parte, ora como intérprete, na sublime arte de moldá-la de acordo com as necessidades. São aproximadamente 638 anos de existência, materializada nas memórias, nos livros, nos debates e, mais profundamente, na Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA). Apesar da longa trajetória, e da transmutação sofrida ao longo do tempo, há um aspecto que se mantém imutável: a ideia de que o fato histórico “Aljubarrota” significa a ruptura com um passado a superar. Aljubarrota inauguraria uma nova era de prosperidade.

O modelo político a ser superado tem uma genética fraca e deficiente. A morte do último rei da Dinastia de Borgonha, sem herdeiro varão, colocava em perigo o futuro, devido a fatores biológicos, a ponto de levar à anexação do reino por Castela. Naturalmente, surgem alternativas para criar e legitimar soluções políticas. Não somente no século XIV, mas no transcorrer do tempo a seguir, observa-se um processo de fortificação da ideia nova, por meio de discursos, códigos e regras. Aljubarrota, mais que um lugar e mais que uma batalha, pretende ser um novo modelo político e social.

A inovação dinástica operada pelo Mestre de Avis atendeu à necessidade da conjuntura histórica. É neste momento que se encontra o verdadeiro “decisivo triunfo” e não propriamente na batalha, em Aljubarrota. A historiografia busca reificar seus ganhos, utilizando-se do campo militar e estratégico, mas a vitória é, principalmente, política.

A crise sucessória acaba por servir também como um divisor de águas, entre um passado a superar, com características feudais, e um futuro moderno, com feições nacionalistas. O Mestre de Avis e seus apoiadores encarnariam aqueles que “já” queriam defender a nação. A

análise das crônicas nos permite concordar que algum sentimento de pertencimento de fato existia, mas, certamente, o conceito de nacionalismo não era “precoce”. Tratava-se de defender interesses de grupos aristocráticos que se sentiam ameaçados com a anexação a Castela. Houve realmente algum tipo de resistência, mas não protagonizada por uma única ordem social, mas por frações de todas as ordens que pertenciam a redes de poder.

Em termos do panorama historiográfico, poder-se-ia pensar em uma classificação entre autores “aljubarrobianos clássicos” e “neoaljubarrobianos”. Os primeiros reconhecem que no dia 14 de agosto de 1385, ocorreu uma grande batalha, na qual Portugal, levemente auxiliado por tecnologia e conhecimento bélicos ingleses, com um pequeno número de “verdadeiros portugueses” garantiu a independência frente às tropas mais numerosas de um reino vizinho ambicioso. Os cronistas (soldados de seu tempo) são os principais responsáveis pela difusão das narrativas sobre o acontecimento. Do lado português, e respondendo a uma agenda política que objetivava promover os reis e a dinastia que o patrocinavam, Fernão Lopes defendia claramente o reino de Portugal contra Castela, naquele acontecimento. Entretanto, os historiadores, em tempos futuros, fazem eco à crônica, alargando, porém, o conceito da soberania política do reino, para transformá-lo pela linguagem nacionalista.

Outro aspecto importante é a vertente sacralizadora. A nível clerical, Aljubarrota representa para este movimento a certeza de estar do lado certo. Num momento em que papas e antipapas também pegam em armas retóricas, ganhar uma batalha, considerada final, alimentava o influente tom panegírico. O fator religioso merece ser apontado, devido ao seu frequente apelo na crônica, principalmente em Fernão Lopes, na qual o maniqueísmo é latente. Para ele, a vitória da batalha constituía “juízo de Deus”.

Os defensores da imagem portuguesa de Aljubarrota são numerosos, em contraponto à versão de López de Ayala, o precursor da escrita sobre o acontecimento. Para este, a dimensão da batalha era muito mais modesta, fruto de registros em diários e, diferentemente de Fernão Lopes, sem interesses claramente “públicos e oficiais”. Escrevia para e sobre os que falharam, disciplinando os que viriam a não cometer tais desacertos. O tom geral revela preocupação com atores históricos de maior peso, como a França e a Inglaterra. Portugal é apenas o território onde se desenrolou o embate.

Sobre os “neoaljubarrobianos”, destaca-se ainda o peso das narrativas cronísticas, embora esses autores demonstrem interesse sobre aspectos que devem ser devidamente questionados do ponto de vista científico, como o número de homens que compunham as tropas, as condições materiais e as táticas militares. São analisadas com cuidado as famosas covas de lobo, a teoria do quadrado, a influência dos arqueiros ingleses, a geomorfologia e osteologia do



terreno, recorrendo, inclusive, a campanhas arqueológicas. Buscam superar o mito, transformando Aljubarrota em um acontecimento racional, para dar maior credibilidade ao fato histórico. Esses autores creem na eficácia e na existência de um projeto que, por meio da disciplina e da organização, a partir daquela batalha, preparou Portugal para seu futuro além-mar. Tal escola, por exemplo, arranca de análises centradas em elementos associados à organização da guerra, como as fardas, os soldos, os postos e a participação da nobreza com princípios de cavalaria, à qual se acresce, claramente, a genial atuação de Nuno Álvares Pereira, representação-mor e caracterização do signo de um povo: o guerreiro. Castela é a representação oposta e opulenta, que sem o devido reparo opta por invadir um território que “já” era constituído por um povo, o qual resiste e vence pela coragem, pelo seu perfil estratégico, abençoado e assertivo desde os primórdios, como já narrava o “pai da verdade”, Fernão Lopes.

Os castelhanos serão militarmente subjugados, mas também por uma memória seletiva que derrota em Aljubarrota um exército numericamente superior, vencido pelas suas más escolhas. Disto deveriam tirar a devida lição de não se envolverem novamente com os “bravos portugueses”. Tal avaliação é, ainda hoje, perceptível, com incentivos institucionais tão fortes quanto no passado. A Igreja, a Escola e o Exército constituem exemplos dessa promoção. Este último defende que a partir de Aljubarrota a nação se fortaleceu, e o Exército de hoje é herdeiro das arrojadas tropas de Nuno Álvares Pereira. Neste caso, Aljubarrota seria a semente que dá vida à nacionalidade, com garra e permanência, constituindo uma das mais belas histórias de Portugal. Ela é o alvorecer da modernidade e o fim da crise.

A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA) também copia tais modelos e valores, como previamente observado, em seus declarados objetivos científicos. Mal sabia Fernão Lopes que suas palavras literárias e políticas se tornariam objetos de investigações quase laboratoriais, e o que era um palco imagético de batalha transforma-se em terreno palpável, material, visitável, dando mais verossimilhança e realidade às narrativas. As crônicas são comprovadas não somente em sítios arqueológicos, mas também em *sites* tecnológicos e informativos, como o da Presidência da República, que divulgam as informações referentes ao passado que devem moldar o futuro. O ponto fulcral é a força jurídica utilizada também como forte arma de guerra. A obediência ao monarca, assentada num pacto ou contrato, diante da vacância de poder, emana do povo ao qual se atribui a capacidade de escolha de um novo soberano. O cronista valida a estratégia jurídica e a historiografia acentua supostas características inovadoras de governança compartilhada.

A perspectiva de Castela é diferente, para a qual Aljubarrota não tem realmente importância. Sua historiografia demonstra uma visão mais ampliada, cujo nacionalismo

constrói-se em relação a outros reinos. A anexação frustrada de Portugal naquele momento não chega a representar um drama para a história da nação Espanha, até porque sabemos que esse capítulo não estava encerrado, como se verá na segunda metade do século XVI, com a União Ibérica. No contexto de Aljubarrota, Portugal era uma porta de entrada dos ingleses, que por questões anteriores consideravam-se herdeiros do trono castelhano. Assim, era natural que os castelhanos quisessem que Portugal aceitasse sua condição ibérica e não permitisse a entrada do “outro”. Também como parte do mesmo cenário político, os embates estendiam-se a questões eclesiásticas, como o Cisma do Ocidente. O fato de Portugal apoiar as pretensões de Urbano, e Castela as de Clemente, revela um xadrez complicado que ia além das fronteiras entre os dois reinos. Castela tornava-se aliada da França e Portugal da Inglaterra, uma situação perigosa que os castelhanos pretendiam evitar, anexando o reino português. A batalha, no nível das narrativas, segue esse fluxo. A interpretação da historiografia castelhana também é de destino manifesto, como, de resto, a portuguesa.

Ainda que as versões cronísticas portuguesa e castelhana não o ressaltem, os exércitos não eram formados por “nacionais”. As tropas eram compostas por homens originários de lugares muito diferentes. A guerra mantinha ocupada parte da nobreza e mercenários que “caçavam” guerras para receber dinheiro, participar de saques e das negociações de prisioneiros. Nesse sentido, a crônica de Froissart oferece uma perspectiva que contrabalança a escrita romântica e idealista de Fernão Lopes e a conselheira e pedagógica de López de Ayala.

Outra importante visão de Aljubarrota é aquela adotada no ensino escolar. As estratégias discursivas abrangem diferentes instrumentos como livros e *games*. Mas interessa observar que Castela e Portugal são apresentados como inimigos naturais, apesar da pretensa renovação que os textos dizem adotar com base em campos de estudo como Ciências Sociais, Relações Internacionais, Geografia Política. A “nova” perspectiva tem mais de aparência que de realidade. Os resultados elevam a atual nação aos mesmos propósitos propagandísticos de outrora, classificando valores: “corretos e não corretos”. Personagens são constantemente julgados, alimentando ideais e comportamentos nos jovens estudantes, que se orgulham de seu passado e fortalecem um certo tipo de moralidade, bastante vinculado aos princípios cristãos.

Ao finalizar, queremos ressaltar que Aljubarrota constitui-se como vetor de um tempo novo para Portugal, mas que, estranhamente, se transformará numa narrativa tradicional. Há quase sete séculos, ainda que as apropriações dessa memória não se deem da mesma maneira, o resultado aparente é de permanência, pela conservação de uma ordem estabelecida em 1385. Para a Espanha (Castela), a batalha não tem realmente importância. O acontecimento/fato ora provoca confronto de narrativas, ora serve como apoio tático para outras batalhas.

Aljubarrota é, assim, um fato histórico português. Ele é vívido e sua monumentalização é resultado de diferentes agendas e estratégias políticas que, no presente, recorrem, inclusive, a linguagens tecnológicas e lúdicas, para deixá-lo mais ao gosto do tempo. Seu processo de atualização certamente não cessará, ao sabor das necessidades políticas do futuro. Resta-nos seguir acompanhando a Batalha no tempo.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

FROISSART, Jean. **Chroniques**. Disponível em: <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/browse.jsp?pb0=BookIII>. Acesso em: 13 out 2023.

LOPES, Fernão. **A Crônica de El-Rei D. Fernando**. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=129038>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

LOPES, Fernão. **A Crônica de El-Rei D. João**. Disponível em: [https://impresanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG\\_AF\\_E\\_ma.pdf](https://impresanacional.pt/wp-content/uploads/2022/09/D-Joao-PAG_AF_E_ma.pdf). Acesso em: 20 jun 2023.

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Biblioteca de Clássicos Portugueses. I. Escritorio 147 – Rua dos Retrozeiros 147. Lisboa. 1897. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Chronica\\_de\\_el\\_rei\\_D\\_Jo%C3%A3o\\_I/I\\_xCAQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA3&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Chronica_de_el_rei_D_Jo%C3%A3o_I/I_xCAQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PA3&printsec=frontcover). Acesso em: 12 fev 2021.

LÓPEZ DE AYALA, Pero. **Cronicas de los Reyes de Castilla**. Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III, por Pedro Lopez de Ayala, Chanciller Mayor de Castilla, con las enmiendas del secretario Geronio Zurita: y las correcciones e notas añaditas por Don Eugenio de Laguno Amirola. Caballero de Ila Orden de Santiago, de la Real Academia de la História. Tomo I. Que comprende la crônica de del Rey Don Pedro. Madrid: En la Imprenta de Don Antonio de Sancha, 1780.

### BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. **Historia de España de la Edad Media**. Madrid: Ariel, 2002.

BARROCA, Mário Jorge.; DUARTE, Luís Miguel.; MONTEIRO, João G. **Nova História Militar de Portugal**. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

COELHO, Maria Helena da C. A Monarquia Portuguesa na conjuntura de Aljubarrota. **Actas de la XLIII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrá**. 19-22 de jul. 2016.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I: o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

COSTA, Fatima.; MARQUES, António. **História e Geografia de Portugal**, 5º ano. Colaboração Cristina Maia. Porto: Porto Editora, 1993.

DIÁRIO da República, 1º série. Nº **250-28** de dezembro de 2010.

DINIZ, Maria Emília.; TAVARES, Adérito.; CALDEIRA, Arlindo M. **História sete: caderno de atividades: 7º a no 3º ciclo do ensino básico**. História sete: saber & fazer: [1ª ed., 1ª tir.]. Lisboa: Raiz, 2015.

DUARTE, Luís Miguel. **Batalhas da História de Portugal: Guerra pela Independência – Aljubarrota (1383-1389)**. Vol. 4. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006.

- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GIANES, Bruno. **FERNÃO LOPES (C. 1380/90-1459†): Crônica e História em Portugal (Séc. XIV E XV)**. Niterói, 2009.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (Séculos XIV E XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Lopes, Fernão. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. IV. Porto: Figueirinhas, 1979.
- MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, José. **Identificação de um país**. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Editorial Estampa, 2015.
- MATTOSO, José. **Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- MONTEIRO, João G.; OLIVEIRA, António R. de. **Historia Medieval de Portugal (1096-1495)**. Granada: Univ. de Granada, 2018.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota - 1385 – A Batalha Real**. Lisboa: Tribuna da História, 2003.
- MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Ed. Notícias, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota Revisitada**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001. Disponível em: <https://digitalisndsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32668/3/Aljubarrota%20Revisitada%20%282001%29%20Figueiredo%20e%20Catarino.preview.pdf>. Acesso em: 14 de mai. 21.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes – Texto e Contexto**. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MOREIRA, Renata. A Política Externa de D. Fernando, o Inconstante. In: **Omni Tempore: Atas dos Encontros da Primavera 2019**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.
- NUNES, João Paulo Avelãs. Reflexões sobre historiografia, didáctica e ensino da História a propósito das Metas Curriculares. Disponível em: [https://www.aacademia.edu/12893976/\\_Reflex%C3%B5es\\_sobre\\_historiografia\\_did%C3%A1ctica\\_e\\_ensino\\_d\\_Hist%C3%B3ria\\_a\\_prop%C3%B3sito\\_das\\_Metas\\_Curriculares\\_Circular\\_Informa%C3%A7%C3%A3o\\_Maio\\_de\\_2015\\_p\\_2\\_11](https://www.aacademia.edu/12893976/_Reflex%C3%B5es_sobre_historiografia_did%C3%A1ctica_e_ensino_d_Hist%C3%B3ria_a_prop%C3%B3sito_das_Metas_Curriculares_Circular_Informa%C3%A7%C3%A3o_Maio_de_2015_p_2_11). Acesso em 17 de ago 22.
- PERES, Damião. **História de Portugal**. Porto: Portucalense, 1929.
- RUSSELL, Peter. **As fontes de Fernão Lopes**. Coimbra: Coleccção Universitas, 1941.
- RUSSO, Rute. A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica. **Incipit**, v. 10, 2022, pp. 152-167.
- SARAIVA, J. H. **As Crônicas de Fernão Lopes**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1993.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos. **História de Portugal (8ª ed.)**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.
- SOUZA, Armindo de. **A Morte de D. João I: Um tema de propaganda dinástica**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos., 1984.

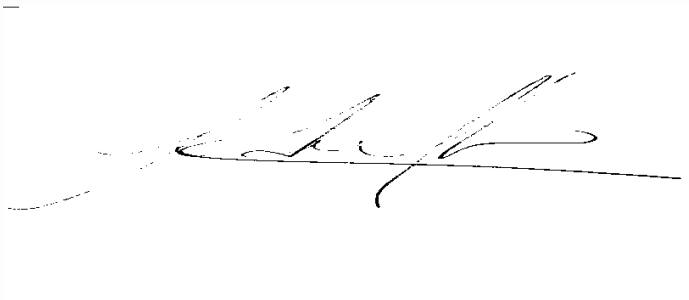
SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia de España**. Edad Media. Madrid: Gredos, 1970.

VASCONCELOS, A. Osório de. **Batalhas dos Portuguezes**. Lisboa: Editores C. Safrá & COMP<sup>a</sup>. Proprietários da Livraria Encyclopedica, 1875. Disponível em: <https://archive.org/details/batalhasdosportu00vasc/pa/ge/n5/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 28 de jan. 22.

ZIERER, Adriana. Fernão Lopes, o rei D. João I e a historiografia luso-brasileira: algumas considerações. In: RIBEIRO, M. E.; FRANÇA, S. (Orgs). **A escrita da História de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Larissa Israel Macedo de Oliveira, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da dissertação de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink. The signature is cursive and appears to read 'Larissa Israel Macedo de Oliveira'.

---

Brasília, 13 de outubro de 2023